

Natália Farkatt Tabosa de Melo

Ciberfeminismo na atualidade: uma
análise da percepção de mulheres
brasileiras face ao feminismo nas redes
sociais



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Natália Farkatt Tabosa de Melo

**Ciberfeminismo na atualidade: uma análise
das percepções de mulheres brasileiras
face ao feminismo nas redes sociais**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciências da Comunicação
Ramo de investigação

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Rosa Cabecinhas

DECLARAÇÃO

Nome: Natália Farkatt Tabosa de Melo

Título da Dissertação: Ciberfeminismo na atualidade: uma análise das percepções de mulheres brasileiras face ao feminismo nas redes sociais

Dissertação de Mestrado

Unidade Orgânica: Instituto de Ciências Sociais

Curso: Mestrado em Ciências da Comunicação, área de especialização Ramo de Investigação

Conclusão: dezembro de 2020

Trabalho realizado sob a orientação de Professora Doutora Rosa Cabecinhas

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Inicialmente, os agradecimentos são voltados à minha família, em especial aos meus pais, por terem sido, desde sempre, os maiores incentivadores dos meus estudos e dos meus sonhos, em especial o de fazer mestrado no exterior. Palavras nunca serão o suficiente para agradecer todo o apoio e suporte durante esses dois anos longe de casa, especialmente nos últimos meses, quando pude me dedicar exclusivamente à conclusão deste trabalho. A eles, meu irmão, minhas avós e meu sobrinho, minha mais eterna gratidão.

Em um ano tão desafiador, não posso deixar de agradecer àqueles que formaram a minha família longe de casa: os meus amigos e colegas de estudo e de vida. Foi com eles que dividi as experiências positivas e também negativas de estar longe do meu local de referência por um tempo tão extenso, as dúvidas e aprendizados de estar em um país novo e também de dar forças uns para os outros quando os medos, dúvidas e ansiedade batiam à porta. Aos meus amigos que ficaram no Brasil, obrigada por sempre lembrarem de mim, de compreenderem a ausência em eventos importantes e por todo o carinho de sempre.

É válido, também, fazer um agradecimento especial à Universidade do Minho pela abertura de portas e recepção a nós, alunos estrangeiros, de forma a contribuir para o intercâmbio de conhecimentos. Não poderia deixar de agradecer, também, à minha orientadora, Professora Dra. Rosa Cabecinhas, por todo o apoio, sugestões e ensinamentos partilhados ao longo do último ano.

Por fim, agradeço aos professores que compõem o júri. Muito obrigada pela leitura e por terem aceitado o convite em participar. No mais, meus agradecimentos a todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para que este trabalho fosse concretizado.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Ciberfeminismo na atualidade: uma análise das percepções de mulheres brasileiras face ao feminismo nas redes sociais

Resumo

A presente dissertação buscou investigar o modo como o feminismo tem se manifestado por meio das redes sociais no Brasil e como ele é percebido por parte das mulheres brasileiras na atualidade. Para este estudo, começou-se por analisar a trajetória do movimento feminista em uma escala mais global, compreendendo as suas fases (também chamadas de "vagas" em Portugal ou "ondas" no Brasil), de forma a compreender as demandas das mulheres de cada uma dessas épocas e, dessa forma, perceber como as suas lutas foram importantes para os diversos direitos vigentes nas constituições de diversos países.

Em seguida, explanou-se a história do movimento feminista do Brasil, destacando alguns dos nomes pioneiros nas lutas pela educação, saúde e direitos políticos e também durante o período do regime ditatorial militar vigente no Brasil durante duas décadas. Estes estudos auxiliaram a compreensão de como foi construída uma linha de pensamento e edificação das conquistas feministas no país. Ainda há que se falar sobre a evolução dos estudos feministas e os estudos de gênero, os quais estão ligados de tal forma que tornaram bases cruciais para as discussões e debates sobre temas como interseccionalidade, gênero e sexualidade.

Por fim, procedeu-se a uma investigação empírica na qual foi priorizada uma análise qualitativa, na qual o *corpus* consiste em um questionário respondido por mulheres brasileiras dentro do espectro dos graus acadêmicos de graduação/licenciatura e pós-graduação visando compreender como elas enxergam a relação entre feminismo e redes sociais. Os resultados ilustram a enorme complexidade dos fenômenos e também o recente *backlash*.

Palavras-chave: Feminismo, Redes Sociais, Ciberativismo, Ciberfeminismo

Cyberfeminism nowadays: an analysis of Brazilian women's perceptions about feminism on social media

Abstract

This dissertation aimed at investigating the way feminism has been manifested through social media in Brazil and how it is realized by part of the Brazilian women today. For this study, started by analyzing the trajectory of the feminism movement on a global scale, understanding its phases (also called "vagas" in Portugal or "ondas" in Brazil), in order to understand the demands of women in each one of those phases and, in this way, to figure it out how important their efforts were for the different rights in force in the constitutions of different countries.

Furthermore, the history of the feminist movement in Brazil was explained, highlighting some of the pioneer names struggling for education, health and political rights and also during the period of the military dictatorial regime in charge in Brazil for two decades. These studies helped to understand how a line of thought and construction of feminist achievements in the country was built. It is important to mention the evolution of feminist studies and gender studies, which are linked in such a way that they have become crucial basis for discussions and debates on topics such as intersectionality, gender and sexuality.

Finally, an empirical investigation was carried out in which a qualitative analysis was prioritized, where the corpus consists of a survey answered by Brazilian women within the spectrum of bachelor/graduate and postgraduate academic degrees in order to understand how they see the relation between feminism and social media. The results shown the enormous complexity of the phenomenon and also the recent backlash.

Keywords: Feminism, Social Media, Cyberativism, Cyberfeminism

Índice

| | |
|---|-----------|
| Introdução: | 1 |
| Modos de representação do feminismo no ambiente virtual | 1 |
| Percurso da Investigação | 1 |
| Problemática | 2 |
| Objetivo do estudo | 3 |
| Metodologia | 4 |
| Estrutura da dissertação | 5 |
| | |
| Capítulo 1 | 7 |
| Trajétória do Movimento Feminista: caminhos traçados em busca de direitos | 7 |
| 1.1 Conceito e história..... | 7 |
| 1.1.1. Primeira onda do feminismo | 9 |
| 1.1.2. Segunda onda do feminismo | 10 |
| 1.1.3. Terceira onda do feminismo | 13 |
| 1.2. Feminismo no Brasil..... | 15 |
| 1.2.1. Primórdios do feminismo no Brasil | 16 |
| 1.2.2. A imprensa feminina e o direito ao voto | 17 |
| 1.2.3. Feminismo e Ditadura Militar | 18 |
| 1.2.4. Anos 80: feminismo e redemocratização do Brasil | 19 |
| 1.2.5. Anos 90 - 2000 e os desafios contemporâneo | 20 |
| 1.3. Evolução dos estudos feministas e de gênero..... | 23 |
| | |
| Capítulo 2 | 30 |
| Movimentos sociais no ambiente virtual: como as redes sociais e o ativismo se relacionam | 30 |
| 2.1. Redes sociais na era da internet | 30 |
| 2.2. Ciberativismo: como as redes sociais e o ativismo se relacionam | 35 |
| 2.3. Ciberfeminismo: feminismo contemporâneo e como ele se manifesta no meio online | 41 |
| 2.3.1. Ciberfeminismo no Brasil | 44 |
| 2.3.2. Ascensão dos debates feministas e o <i>backlash</i> no meio digital | 47 |
| 2.3.3. Análise de base de dados de páginas feministas brasileiras nas redes sociais | 50 |
| | |
| Capítulo 3 | 58 |

| | |
|---|-----------|
| Enquadramento metodológico..... | 58 |
| 3.1. Caracterização da metodologia utilizada | 58 |
| 3.2. Constituição do <i>corpus</i> da pesquisa | 60 |
| Capítulo 4..... | 64 |
| Operacionalização da metodologia..... | 64 |
| 4.1. Procedimento de recolha e análise de dados | 64 |
| 4.1.1. Caracterização da amostra | 64 |
| 4.2. Resultados | 66 |
| 4.3. Discussão dos resultados | 74 |
| Considerações finais..... | 79 |
| Caminhos e resultados | 79 |
| Motivações, limitações e sugestões | 83 |
| Referências bibliográficas..... | 85 |

Índice de figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1: Gráfico de resultados das Movimentações Feministas Brasileiras na Internet | 46 |
| Figura 2: Página do Facebook Think Olga | 52 |
| Figura 3: Página do Instagram Think Olga | 52 |
| Figura 4: Página do Facebook Não Me Khalo | 53 |
| Figura 5: Página do Instagram Não me Khalo | 54 |
| Figura 6: Página do Facebook Blogueiras Negras | 55 |
| Figura 7: Página do Instagram Blogueiras Negras | 55 |
| Figura 8: Página do Facebook Empodere Duas Mulheres | 56 |
| Figura 9: Página do Instagram Empodere Duas Mulheres | 57 |

Índice de tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Perguntas da primeira parte do questionário | 61 |
| Tabela 2: Perguntas da segunda parte do questionário | 62 |
| Tabela 3: Perguntas da terceira parte do questionário | 63 |

Índice de gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico 01: Faixa etária | 64 |
| Gráfico 02: Região de origem | 65 |
| Gráfico 03: Qual grau acadêmico se encontram atualmente | 65 |
| Gráfico 04: Como veem o feminismo | 66 |
| Gráfico 05: Quais participantes se consideram feministas | 67 |
| Gráfico 06: Mudanças de opinião sobre o feminismo | 68 |
| Gráfico 07: Qual o primeiro contato com o feminismo | 70 |
| Gráfico 08: Através de quais meios se informam sobre pautas feministas | 71 |
| Gráfico 09: Acompanham páginas feministas nas redes sociais | 71 |
| Gráfico 10: Quais páginas feministas acompanham | 72 |
| Gráfico 11: Quais redes sociais mais utilizam | 73 |
| Gráfico 12: Influência das redes sociais para mudar de opinião sobre o feminismo | 73 |

Introdução: Modos de representação do feminismo no ambiente virtual

Percurso da investigação:

O tema abordado nesta dissertação surgiu a partir de um dos trabalhos dentro do mestrado em Ciências de Comunicação na Universidade do Minho. Durante a disciplina de Comunicação e Linguagens, em 2018, foi proposta a escrita de um ensaio em que seria elegido um suporte ou fenômeno de comunicação e feita uma dissertação sobre o ponto de vista das linguagens a que ele estão associadas.

Para a atividade em questão, o fenômeno escolhido foi o movimento feminista em suas várias vertentes e as linguagens a que estão relacionados quando se trata de plataformas de redes sociais no Brasil. Na altura, a escolha das redes sociais e as linguagens associadas a elas teve relevância por ser uma temática já presente não só no cotidiano da maior parte da população global, mas também por entender de forma mais qualificada como impactam e promovem mudanças nas pessoas, e também devido à experiência profissional em gestão de conteúdo e redação para redes sociais ao longo de sete anos. Desta forma, no ensaio, foi examinado como a linguagem nas páginas e perfis em redes sociais de cunho feminista dentro das mesmas tem contribuído para a disseminação deste tipo de conteúdo nas plataformas online.

Entretanto, foi percebido que esta temática específica poderia ser trabalhada de uma forma mais profunda, visto que havia o interesse de ir além da linguagem para perceber de que forma o impacto que o feminismo e as suas várias vertentes têm gerado ao se replicarem dentro de um ambiente tão mutável e veloz como é a internet. Um dos motivos que levou a isso foi observar, dentro do próprio ambiente familiar, uma mudança de pensamento, posturas e até mesmo renovar processos de auto aceitação e empoderamento após observar postagens de cunho feministas compartilhados por ex-alunas e outras mulheres dentro do círculo de seguidores nas redes sociais. Desta maneira, a propósito da construção de uma dissertação de mestrado, é feita a análise para o entendimento de como a forma de fazer ativismo de cunho feminista nas redes sociais tem sido percebida pelas mulheres brasileiras em 2020.

Uma vez que a temática feminista está amplamente difundida não apenas nas ditas mídias tradicionais, ultrapassando assim a barreira de um diálogo bem diverso e fervoroso dentro do ambiente online, este torna-se ainda mais pertinente nas sociedades atuais e, desta maneira, a presente dissertação encontrou um espaço para ser realizada. Por meio de bases teóricas e

interesses pessoais envolvendo a temática, escritos edificaram-se em um aspecto acadêmico reunidos no trabalho em questão.

Problemática:

É perceptível o crescimento em torno de debates com pauta feminista com forte presença nos mais diversos âmbitos da sociedade. Torna-se cada vez mais comum a criação de espaços para discussões acerca do tema, além do surgimento de diversos coletivos feministas, especialmente no meio virtual, onde aquelas(es) que se interessam pelo assunto encontram apoio, textos e debates, além de um local seguro para praticar a sua militância.

O surgimento da internet permitiu que novas formas de comunicação viessem à tona e mudou a forma como as pessoas se relacionam, sendo o contato com a mensagem transmitida uma das suas principais características, como explica Martino (2014), por meio de mapeamentos de cibercultura. Foi pela internet que surgiu uma nova forma de trabalhar, comprar e se relacionar. As conexões e inter-relações pessoais e profissionais vêm se transformando, fazendo com que as pessoas tenham mais voz e vez nas redes.

De acordo com Jenkins (2014, p. 190), as mídias sociais vêm sendo um fator decisivo para que grupos que antes eram marginalizados ou de nicho tenham vez e voz, tornando-se *mainstream*. Isso posto, as articulações e discussões dentro do âmbito dos grupos e comunidades virtuais das mais diferentes vertentes do feminismo contribuíram para que os seus discursos ultrapassassem as barreiras virtuais e tomassem as salas de aula, rodas de amigas e até mesmo o âmbito familiar. Bimber (2012) reforça essa ideia quando diz que, por meio da proliferação e evolução das tecnologias, foram surgindo novas oportunidades e espaços para que pessoas com interesses compartilhados e objetivos em comum aumentem as suas conexões.

O movimento feminista, que através das décadas vem se firmando como difusor de ideias e de lutas pelos direitos das mulheres, é um movimento político e, por isso, deve ser encarado como um agente transformador da sociedade, de acesso democrático e facilitador de novos conhecimentos, por meio da troca de ideias entre os cidadãos.

Sendo assim, surgem alguns questionamentos: como a internet e as mídias sociais atuam e qual a sua participação efetiva na ascensão e propagação de pautas feministas da atual onda do movimento, a partir dos anos 2010, em diversos âmbitos da sociedade? Quem são as pessoas por trás das telas de computadores, smartphones e como elas se identificam nessas redes? Quais são os impactos desses discursos na sociedade?

Por fim, é também importante frisar que alguns dos objetivos principais desta pesquisa são analisar a forma como os discursos e movimentos feministas se constroem dentro do contexto das redes sociais, assim como a maneira como eles se refletem dentro e fora do ambiente cibernético, e seu resultado contribuirá para uma base de dados voltada a estudantes, acadêmicos e profissionais da área da comunicação e estudos de gênero.

Objetivo do estudo:

Nas redes sociais, cada pessoa é um elemento que se comunica entre si, formando uma estrutura onde vários pontos se também se comunicam entre si e interagem com um grande número de ligações. Martino (2014, p. 100) expõe que as redes estão sempre em movimento. No mundo globalizado, o fluxo de produtos e de informações é cada vez mais rápido e atravessam barreiras nacionais, ganhando força de identidade. Desta forma, as redes sociais constroem-se como espaços abertos ao diálogo e criam oportunidades para o nascimento de canais de expressão próprios dos grupos, beneficiando-os com as facilidades de difusão de informação e sendo palco do protagonismo de suas lutas e histórias. Os movimentos que não estão ligados diretamente a entidades formais, como o movimento feminista, LGBT e negro, encontram nesses meios a visibilidade e novas perspectivas de ativismo político e crítico, promovendo debates com interpretações e linguagens mais acessíveis, ampliando, assim, a participação de mais públicos (Franco, 2017).

A popularização da internet permitiu que redes de contatos se constituíssem como organizações políticas (Ferreira, 2015, citado por Coelho, 2016), tendo como exemplo grandes grupos e portais e movimentos feministas brasileiros. Esses coletivos feministas somam mais de um milhão de curtidas em 2020 e estão envolvidos em campanhas que transcendem a esfera digital. Dois exemplos fortes são a campanha #MeuPrimeiroAssédio, idealizada pelo Coletivo Think Olga, e #MeuAmigoSecreto, do Coletivo Não Me Khalo. Neste domínio, Ribeiro, Cerqueira e Cabecinhas (2008), referenciando Donna Haraway, afirmam que, devido às novas tecnologias, surgiu um novo tipo de feminismo, denominado ciberfeminismo, o qual utiliza-se das novas tecnologias como forma de libertação das mulheres, redefinição de identidades e existência de várias vozes.

De acordo com Nogradi (2014), o movimento chamado de ciberfeminismo surgiu na década de 1990 com a ascensão da internet e, desde então, o número de produções feitas por mulheres e para mulheres só tem crescido. Sendo assim, os movimentos feministas vêm se

instalando nas pautas dos veículos de comunicação social e ganhando cobertura mediática internacional, como aponta Souza (2017). Em um contraponto, Cerqueira (2015) afirma que, apesar de ser importante que as pautas feministas estejam em evidência na mídia *mainstream*, os temas nela abordados estão em conformidade com as agendas de um poder político formal, tornando-os, assim, um obstáculo para outras pautas de lutas do referido movimento.

A partir desse contexto, o objetivo central desta dissertação foca na análise dos aspectos que permeiam a relação das mulheres brasileiras com o movimento feminista por meio das redes sociais e como elas percebem o feminismo, visto que ele está em pauta nas mais diversas plataformas virtuais. Em se tratando de forma mais específica, a investigação também percorre os caminhos da história do feminismo de uma forma mais global, a trajetória da luta das mulheres no Brasil e, além disso, contextualiza sobre a evolução dos estudos feministas e de gênero.

Ainda sobre os objetivos específicos, faz-se um levantamento de dados acerca das páginas de redes sociais de cunho feminista com grande repercussão no Brasil para a análise teórica e as construções dos discursos do movimento dentro delas, assim como construir uma base de dados de como pensam as mulheres brasileiras em relação ao feminismo nas redes sociais.

Metodologia

De forma a buscar responder às questões levantadas no estudo proposto, faz-se necessária a criação de um quadro teórico-metodológico. É na pesquisa que se faz o processamento para a construção de novos conhecimentos não só sobre o mundo, mas também para ele. Para Padua (2007, p. 32), a pesquisa tem a finalidade de "elaborar conhecimentos que possibilitem compreender e transformar a realidade" e, em se tratando de uma investigação no âmbito acadêmico, a autora aponta que a metodologia é um conjunto de procedimentos e técnicas para promover uma explicação detalhada e precisa do caminho a ser percorrida na pesquisa.

Em se tratando da metodologia utilizada na presente dissertação de mestrado, ela pode ter uma classificação principal a qualitativa exploratória, pois visa proporcionar uma maior familiaridade com o objeto de estudo e a sua aplicabilidade na sociedade. Dessa forma, esta investigação visa propor uma maior familiaridade com o crescimento das organizações de coletivos feministas brasileiros na internet, suas ações e a forma como as redes sociais mudaram a relação das mulheres com o movimento feminista.

Enquanto procedimento, para atingir os objetivos propostos do presente trabalho, será feito uso da pesquisa bibliográfica para o aprofundamento de conhecimentos acerca de redes

sociais, feminismo e ciberativismo. Também fará uso de um questionário online, o qual busca levantar dados e analisar o comportamento do público acerca da sua relação com o movimento feminista nas redes sociais, assim como de levantamento de dados e números nos websites e páginas de redes sociais anteriormente citados. O material documentado e as suas respectivas análises de pesquisa serão organizadas em um relatório a ser usado como componente da dissertação que se objetiva construir.

Por meio do método dedutivo, procura-se entender o crescimento dos coletivos feministas em ambiente online e como eles atuam dentro e fora das redes, além de investigar a relação das mulheres com esse movimento com o advento das redes sociais. Para esta pesquisa, serão utilizados como fontes de pesquisa artigos acadêmicos, revistas e autores como Henry Jenkins, Carla Cerqueira e Raquel Recuero.

Estrutura da dissertação

As ideias apresentadas anteriormente estão organizadas ao longo de quatro capítulos nesta dissertação. Em sequência desta parte introdutória, a investigação tem início com uma contextualização acerca da trajetória do movimento feminista, desde os seus primórdios, passando por todas as três ondas do feminismo até chegar ao que se considera a "quarta onda". Durante esta contextualização, são descritas as principais reivindicações de cada onda, assim como o cenário político e social de cada época que embasaram tais demandas feministas.

Ainda no mesmo capítulo, o estudo elenca os principais pontos da história do feminismo no Brasil. Traçando a trajetória do movimento desde o seu início e relacionando as suas fases aos momentos da história política e social do país, é possível ter um panorama geral de como as mulheres brasileiras têm agido e se organizado em moldes feministas em prol de conquistas de direitos. Por fim, ainda em se tratando de contextualização para a base histórica do trabalho, é feita a descrição da evolução dos estudos feministas e de gênero, a fim de se entender como eles têm contribuído ao longo do tempo para as discussões feministas atuais.

No capítulo dois, esta investigação traz o enquadramento teórico de como o movimento feminista tem se manifestado no ambiente online, a partir da criação da internet e também com a disseminação de redes sociais cada vez mais interativas e participativas. Para tal, foi feita a análise de como as redes sociais têm se manifestado como ferramentas de importância na era da internet, por meio das contribuições teóricas de Cogo e Brignol (2014), Recuero (2009), Martino (2014) e Jenkins, Green e Ford (2014). Em seguida, a investigação apresenta o conceito de

Ciberativismo, fazendo uma descrição de como o ativismo e as redes sociais se relacionam em uma sociedade cada vez mais pautada em diálogos e interações sociais nos mecanismos virtuais. Como embasamento teórico para este tópico, foram utilizados como referência os escritos de Cassiano (2011), Castells (2007) e Machado (2007), principalmente.

Dando seguimento aos argumentos do mesmo capítulo, a pesquisa é orientada para a conceituação do ciberfeminismo, aplicando bases teóricas que visam descrever o feminismo contemporâneo e como ele se manifesta no ambiente virtual, utilizando-se dos escritos de Cerqueira (2015), Dutra (2018), Wittekind (2016) e Cerqueira, Ribeiro e Cabecinhas (2009). Ao final do capítulo dois, é feita uma análise sobre como o ciberfeminismo se comporta no contexto do Brasil, baseando-se especialmente nas argumentações feitas por Wittekind (2016), assim como o *backlash* recebido pelos coletivos feministas no meio digital. Por fim, é realizado um levantamento de dados acerca das maiores páginas e/ou coletivos de cunho feministas brasileiras, avaliando o seu conteúdo, quantidade de seguidores e também as suas contribuições mais importantes para a discussão sobre feminismo dentro da internet brasileira.

Mais adiante, o capítulo três apresenta o enquadramento metodológico, caracterizando a metodologia utilizada nesta investigação, como já explanado no tópico anterior, e também a constituição do *corpus* da pesquisa. Por fim, no capítulo quatro são apresentados o procedimento de recolha e análise de dados, assim como os resultados obtidos a partir da análise das respostas colhidas no questionário aplicado. A partir disso, é possível construir perfis e formas de pensar acerca da relação das mulheres brasileiras com o feminismo.

Finalmente, nas considerações finais, apresentam-se os resultados mais pertinentes desta pesquisa, em conformidade com o quadro teórico metodológico utilizado. Também são referidos os limites dessa investigação e sugestões para estudos futuros.

1. Trajetória do Movimento Feminista: caminhos traçados em busca de direitos

1.1. Conceito e história

O movimento feminista possui como característica principal questionar a ordem estabelecida na sociedade, contestando politicamente privilégios e buscando um princípio de igualdade entre homens e mulheres. Historicamente, "o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo" (Alves & Pitanguy, 1985, p. 8). Varela (2008) afirma que o feminismo é um discurso político baseado na justiça, com teorias e práticas políticas articuladas por mulheres que buscaram analisar a realidade nas quais estavam inseridas e tomar consciência das discriminações que sofrem. Além disso, a autora mostra o movimento feminista como uma filosofia política e movimento social ao mesmo tempo, articulando discurso, reflexão e política, que, juntos, carregam ética e uma forma de estar no mundo.

Alves e Pitanguy (1985) elucidam que o feminismo não é apenas o movimento organizado e visível perante a sociedade, ele está também dentro do ambiente doméstico, no trabalho e em todas as esferas em que as mulheres participam, convivem e criam relações interpessoais. Sendo assim, na história do movimento há articulação entre luta, militância e fundamentação teórica, além de estar consolidado como um discurso que busca colocar em questão os padrões que são base das opressões pré-estabelecidas e impostas às mulheres ao longo da história (Silva, 2019).

As frentes de luta do movimento possuem diversas variáveis, cada uma de acordo com o contexto histórico e características socioeconômicas de cada país onde o feminismo teve destaque. Grosso modo, algumas reivindicações podem ser levadas em consideração, de uma forma generalizada e dividida nas seguintes categorias: sexualidade, saúde, ideologia e formação profissional e mercado de trabalho.

Tendo dito isso, Alves e Pitanguy (1985) afirmam que, no âmbito da sexualidade, a militância denuncia a "coisificação" do corpo da mulher como um objeto de consumo e usado exclusivamente para fins reprodutivos. Dessa maneira, há um estímulo para que as mulheres tenham mais autonomia sobre os seus corpos, em termos de sexualidade e direitos reprodutivos. No campo da saúde, é proposto um maior conhecimento do corpo da mulher sobre ela mesma. Acerca da ideologia, o movimento busca quebrar a reprodução de uma hierarquização de papéis de gênero, especialmente desconstruindo o machismo dentro da educação, onde há, nos livros, reproduções de papéis sociais de homens e mulheres de forma diferenciada. Por fim, na esfera do mercado de trabalho e formação profissional, há de se quebrar barreiras na demarcação de

atividades consideradas masculinas ou femininas. Para isso, o feminismo colocou bandeiras de luta para funções, salários, direitos e oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, assim como a ascensão profissional, igual a mulheres e homens, sem esquecer, também, de que a luta se estende à superação da dupla jornada de trabalho, acumulando afazeres de “dona de casa” e profissionais fora do ambiente doméstico.

Estudos reunidos no livro *Breve História do Feminismo*, de Carla Cristina Garcia, apontam que um dos primeiros grupos a debater acerca dos direitos das mulheres remontam à época do Renascimento. Ainda segundo a autora, o termo "feminismo" foi usado pela primeira vez em 1911, nos Estados Unidos, “quando escritores, homens e mulheres, começaram a usá-lo no lugar das expressões utilizadas no século XIX tais como 'movimento das mulheres' e 'problemas das mulheres'" (Garcia, 2011) para descrever um novo movimento pensado para a luta pelos direitos das mulheres.

O movimento feminista é um movimento político e, por isso, deve ser encarado como um agente transformador da sociedade, de acesso democrático e facilitador de novos conhecimentos por meio da troca de ideias entre os cidadãos. Sendo assim, de acordo com Garcia (2011):

(...) o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, movimento social. (Garcia, 2011, p. 13)

Durante a construção da história do movimento feminista é comum que se fale em três ondas ou fases do feminismo, categorização essa feita a partir de um conjunto de reivindicações e demandas principais, assim como os ideais que das mulheres da época buscavam alcançar (Silva, 2019). Em seus escritos, Silva (2019) também trata dessas fases ou ondas como possuidoras de características e particularidades próprias, através de uma efervescência acentuada de pautas e problemáticas femininas.

Sendo assim, é possível perceber que toda a trajetória do movimento feminista ao longo da história permitiu a construção de diversas correntes de pensamentos, pois, como ele se articula como filosofia política e movimento social, "está constituído pelo fazer e pensar de milhares de mulheres pelo mundo todo" (Garcia, 2011, p. 13).

1.1.1. Primeira onda do feminismo

Foram os movimentos de mulheres durante a Revolução Francesa, os quais auxiliaram na articulação do chamado feminismo moderno, que eclodiram naquela que, segundo Garcia (2011), seria uma das principais reivindicações do feminismo não apenas na primeira, mas também na segunda onda: o acesso à educação. Temporalmente, a primeira onda do movimento feminista está localizada entre o final do século XIX até meados do século XX, cujas principais reivindicações giravam em torno dos direitos debatidos e conquistados pelos homens da época, de acordo com Franchini (2017). Essencialmente, a primeira geração do movimento feminista:

(...) nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens. O movimento sufragista (que se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha) teve fundamental importância nessa fase de surgimento do feminismo. O objetivo do movimento feminista, nessa época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado. (Narvaz & Koller, 2006, p. 649)

Se falarmos em um contexto histórico, no período correspondente ao século XIX, surgiram movimentos como o socialismo, questionamento da ideia do lucro a qualquer preço e luta por participação política, a qual, no entanto, não incluía as mulheres. Foi durante a primeira onda do feminismo que as mulheres trouxeram à tona problematizações acerca dos papéis de submissão aos quais elas estavam submetidas e questionando a sua não participação efetiva na vida econômica e política da sociedade (Silva, 2019).

Durante o século XIX, as mulheres do movimento sufragista transformaram o feminismo em “um movimento social de âmbito internacional, com identidade autônoma e caráter organizativo” (Garcia, 2011, p. 51). À época, direitos civis e políticos eram negados às mulheres de todas as classes sociais, além disso, estavam à margem da degradação proporcionada pela indústria capitalista. Por isso, como aponta Franchini (2017) e Varela (2008), as primeiras reivindicações foram por esses direitos considerados básicos: voto, participação política e na vida pública, acesso ao ensino superior e à vida profissional, direitos civis e a administrar os próprios bens, pois, na época, o lugar das mulheres era reservado apenas ao espaço doméstico.

As *suffragetes*, como eram chamadas as mulheres que faziam parte desse movimento, apesar de serem, na prática, "subordinadas de seus maridos ou pais, não eram sua propriedade

institucional e jurídica" (Franchini, 2017). Conforme Garcia (2011), o movimento sufragista levou cerca de oitenta anos para conquistar as suas principais reivindicações, o direito ao voto e à educação, além da igualdade em todos os terrenos da sociedade. As pautas das sufragistas criaram terreno para o que viria a ser, a posteriori, a segunda geração ou vaga do feminismo.

Também é válido citar que, apesar do movimento pelo sufrágio, houve outro feminismo dentro da primeira onda que, "além de lutar por esses direitos políticos, lutou por algo ainda mais básico - a abolição da escravatura" (Franchini, 2017), com destaque para Sojourner Truth, escrava liberta do estado de Nova York, cujo discurso "abriu caminho para o desenvolvimento do feminismo das negras e demonstrava que a suposta debilidade natural das mulheres ou suas incapacidades para alguns trabalhos ou responsabilidades eram absurdas" (Garcia, 2011). Foi Sojourner Truth que abriu caminhos para o desenvolvimento do que mais tarde foi chamado de feminismo negro, ao demonstrar que as supostas habilidades "naturais" ou incapacidades das mulheres para fazer diversos trabalhos, discurso que pautava na época, tinha diferenças de classe e raça (Varela, 2008).

Como explana Franchini (2017), a retórica que predominava durante a primeira onda do feminismo é o liberalismo e o universalismo, pelos quais as mulheres defendiam que ambos (homens e mulheres) eram iguais, especialmente moral e intelectualmente, e, assim, deveriam ter iguais oportunidades, fossem elas de estudos, de trabalho ou participação política. Essencialmente, é um feminismo que prega a igualdade. O sufragismo foi um movimento importante no qual as mulheres acreditavam que, ao conseguir o direito ao voto e participação efetiva na sociedade, elas conseguiriam igualdade em um sentido mais amplo, por isso, promoveram uma agitação internacional cujos resultados foram conquistados em um período de 80 anos (Varela, 2008).

1.1.2. Segunda onda do feminismo

A fase inicial do feminismo, após a conquista do direito ao voto e participação na vida pública pelas mulheres, perdeu força a partir da década de 1930, voltando a ganhar mais força 30 anos depois. De acordo com Pinto (2010), durante este tempo, uma das obras que marca as mulheres e torna-se essencial para o surgimento, de fato, da segunda onda do feminismo, é *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicada em 1949, cuja frase "não se nasce mulher, torna-se", estabelece um dos principais motes do movimento, marcando um importante momento da teoria feminista, por ser uma das obras mais completas acerca da condição feminina (Varela,

2008). Ainda sobre *O Segundo Sexo*, Silva (2019) argumenta que foi recebida como uma afronta à sociedade da época, pois desafiava questões relativas às mulheres que, até então, não haviam sido elucidadas de forma tão ampla, quebrou tabus e dentre os seus questionamentos está o fato de contestar a ideia de que a mulher era naturalmente inferior ao homem, revelando que, na verdade, as mulheres eram condicionadas a serem inferiores devido a construções sociais.

Durante as décadas de 1960 e 1970, a segunda onda do movimento feminista teve seu ápice, especialmente nos Estados Unidos e na França, devido também ao contexto histórico da época. Nos Estados Unidos, aconteceu o movimento hippie e o envolvimento de jovens na Guerra do Vietnã; na Europa, estudantes ocuparam a Universidade de Sorbonne, em Paris, no que ficou conhecido como "Maio de 68" (Pinto, 2010). Assim, "o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias" (Pinto, 2010, p. 16). Assim, umas das principais características desta geração do movimento pode ser definida como:

Foi nessa época que foram iniciados uma série de estudos focados na condição da mulher, onde começou-se a construir uma teoria-base, uma teoria raiz sobre a opressão feminina. Muito por isso, geralmente, quando nos referimos ao feminismo de segunda onda, costumamos querer dizer mais especificamente do que chamamos de feminismo radical (de raiz), um movimento que teve seu início (e sua fase mais ativa) nas décadas de 60 e de 70, pois toda a movimentação feminista daquela época foi pautada na teoria radical que versa sobre a nossa condição de exploradas por conta do nosso sexo e das nossas funções reprodutivas. Isso pautou as discussões da segunda onda que se caracterizou por uma fase de luta por direitos reprodutivos e discussões acerca da sexualidade. (Franchini, 2017, s/p)

Como apontado por Narvaz e Koller (2006), enquanto nos Estados Unidos as pautas levantadas eram a opressão masculina e a busca da igualdade, na França existia uma necessidade de enfatizar as diferenças existentes entre homens e mulheres, especialmente o fato da experiência feminina ser normalmente negligenciada. Assim, nasceram duas propostas feministas que caracterizam determinadas posições, o "feminismo da igualdade" e o "feminismo da diferença".

Garcia (2011) aponta que o feminismo da diferença consiste na diferença sexual entre homens e mulheres e que a diferença não é igual a desigualdade. Nesta corrente, não existe a aceitação do modelo masculino de ser, ou seja, reivindica a igualdade entre mulheres e homens,

não a igualdade com os homens, além da ideia de que o que as mulheres fazem possuem significado e valor, seja igual ou não ao que os homens fazem. Já o feminismo da igualdade, como o próprio nome sugere, coloca homens e mulheres no mesmo patamar de igualdade.

Assim, a partir destas discussões, "começa a distinção entre *sexo* e *gênero*, sendo que aquele passa a ser entendido como uma característica biológica; e este, como uma construção social, um conjunto de características e de papéis imposto à pessoa dependendo de seu sexo" (Franchini, 2017). Sob a alcunha do jargão *sisterhood is powerful* (ou "a irmandade entre mulheres é poderosa"), uma das principais táticas das militantes para conscientizar as outras mulheres acerca da sua condição de exploração quanto ao gênero, segundo Franchini (2017), era realizar atividades coletivas que abrissem espaço para o empoderamento feminino. Assim, nessa época surgiu a ideia da coletividade, com a criação de espaços próprios para estudar, se organizar e também falar de saúde feminina, sexualidade, além da criação de atividades e centros de defesa pessoal para conscientização e segurança das mulheres (Silva, 2019; Varela, 2008).

A autora também atenta para o fato das teorias feministas da época buscarem identificar a origem da condição feminina, o porquê da opressão da mulher e as características que justifiquem esta situação. Assim, as mulheres feministas da segunda onda "foram as primeiras a apontar que, apesar de todas as diferenças entre todas as mulheres do mundo, ainda há algo que nos une a todas, indiscriminadamente: a opressão com base no sexo" (Franchini, 2017), a exploração da mulher dentro da maternidade e do casamento, além do uso da violência sexual como ferramenta de dominação masculina (Silva, 2019).

Como pode ser percebido, durante a segunda onda e os questionamentos nela formados, é notório o surgimento de diversas vertentes, dentre eles o feminismo radical, cujo termo "radical" refere-se à raiz da opressão do patriarcado, sendo este o principal responsável pelas opressões as quais as mulheres estavam socialmente condicionadas e exploradas pelo fato de serem mulheres (Silva, 2019). É a partir desta vertente, também, que há a ideia de que não é necessário apenas transformar o espaço público para as mulheres, mas também o privado, analisando as relações de poder que estruturam o núcleo familiar e a sexualidade (Varela, 2008).

Durante a segunda onda, também foram criadas outras vertentes, chamadas por Silva (2019) de feminismos identitários, formados por mulheres negras, lésbicas e das classes trabalhadoras, cujas reivindicações consistiam em considerar que as suas vivências iam além de uma universalização do que é ser mulher na sociedade. As diferenças de classe, raça e sexualidade são tidas como decisivas nas experiências e nos papéis sociais que irão exercer, assim como as

opressões sofridas (Silva, 2019). Segundo aponta Franchini (2017), foi nessa época, especialmente com o nome de Angela Davis, que houve uma maior discussão acerca do recorte de raça dentro do movimento feminista, visto que a maioria das militantes feministas que possuíam voz no espaço público ainda eram brancas, o que gerava análises consideradas insatisfatórias para outros grupos de mulheres.

Davis, em *A liberdade é uma luta constante* (2018), fala que o feminismo negro buscava entender as conexões entre o movimento negro e o movimento feminista, indo além de apenas a igualdade de gênero, pois envolve a consciência em relação ao capitalismo, colonialismo e racismo. A autora também faz apontamentos sobre a necessidade de buscar a raiz da opressão que as mulheres negras sofrem, adotando uma postura revolucionária, para que, a longo prazo, existam transformações nas condições socioeconômicas responsáveis por produzir e alimentar esta opressão (Davis, 2017). Por fim, faz-se necessária a fala de Davis (2018): "Por isso, situar o feminismo em um quadro abolicionista e vice-versa (...), significa que levamos a sério a velha máxima feminista de que 'o pessoal é político'" (2018, p. 110).

É também nesse período que o movimento traz à tona discussões acerca da liberdade sexual da mulher, despenalização da interrupção voluntária da gravidez e a liberdade de ter ou não filhos, além da escolha do momento certo para tê-los (Marques e Xavier, 2018). Em suma, as demandas das feministas da segunda onda tinham relação com a exploração do corpo da mulher, tecendo críticas acerca da pornografia, prostituição, assim como uma exploração por meio da maternidade e matrimônio compulsórios (Silva, 2019). Outro ponto de crítica das feministas da segunda onda residia também, de acordo com Silva (2019), na violência sexual e no estupro como ferramenta de dominação masculina, reforçando, dessa forma, o argumento da sexualidade feminina explorada pelo patriarcado.

Foi o fortalecimento dos ideais de movimentos identitários, suas filosofias e políticas e os recortes de raça, sexualidade e outros, que culminou no surgimento da terceira onda feminista.

1.1.3. Terceira onda do feminismo

Durante a década de 1980, com a ascensão de líderes conservadores em diversos governos, após uma fase mais libertária ocorrida durante a década de 1970, "a teoria feminista não apenas desenvolveu uma vitalidade impressionante como também conseguiu dar a sua interpretação da realidade a um *status* acadêmico" (Garcia, 2011, p. 93). Surgida a partir de um propósito questionador e visando contestar uma noção universal do que é ser mulher (Silva, 2019),

Narvaz e Koller (2006) afirmam que a terceira onda do movimento feminista pode ser interpretada dessa forma:

(...) a terceira fase do movimento feminista, cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e a produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. (Narvaz & Koller, 2006, p. 649)

Ainda de acordo com Narvaz e Koller (2006), nessa terceira fase é possível observar de forma mais incisiva a intersecção entre o movimento feminista, de forma política de luta, e o meio acadêmico, onde se vê o nascimento de centros de estudos sobre a mulher, gênero e feminismos. É também nessa fase que, como explana Garcia (2011), o feminismo se concentra na temática da diversidade entre as mulheres, as suas implicações práticas e teóricas acerca da diversidade de situações em que elas estão inseridas, dentre elas as variáveis como país, etnia e orientação sexual. Em resumo, durante essa fase, o movimento é embasado pela teoria crítica a qual diz que "o feminismo politiza tudo o que toca", compreendendo, dessa forma, as diferenças, interseccionalidades e as várias identidades entre as mulheres (Silva, 2019).

A temática da diversidade ficou ainda mais evidente a partir de 1989, quando Kimberlé Crenshaw estabeleceu o conceito de interseccionalidade para que ele pudesse ser uma ferramenta de análise das suas condições por parte de mulheres atingidas por vários tipos diferentes de opressão, como evidencia Franchini (2017). Durante a década de 1980, a reação do feminismo foi de exigir "que as mulheres tenham liberdade para definir-se por si mesmas sua identidade ao invés de que esta seja definida pela cultura da qual fazem parte pelos homens com os quais convivem" (Garcia, 2011, 95-96). Ainda sobre este assunto, complementa-se:

Ao contrário de suas precursoras da segunda onda — e até da primeira onda —, que lutavam para quebrar estereótipos associados à mulher, as feministas de terceira onda se apropriaram desses estereótipos, de condutas e de símbolos de feminilidade. Em outras palavras, elas pegaram os sutiãs, os batons e os saltos que suas precursoras haviam abandonado e os colocaram de volta, em defesa da liberdade individual de cada mulher. (Franchini, 2017, s/p)

No final da segunda onda feminista houve o nascimento dos feminismos identitários e é durante a terceira fase que estes começam a ter um maior desenvolvimento, apresentando as

ideias de Crenshaw e evitando universalizar o conceito de mulher, reconhecendo as suas diferenças (Franchini, 2017). Ainda de acordo com Franchini, a nova fase é pós-estruturalista, busca estudar e desconstruir pensamentos categóricos e critica as narrativas anteriores de liberação e vitimização, características inerentes às duas primeiras ondas.

Até então, as discussões sobre os direitos das mulheres tinham mais visibilidade quando partiam de mulheres da elite, brancas, burguesas ou pequeno-burguesas e heterossexuais, com um feminismo liberal (Marques & Xavier, 2018), apesar de muitas outras mulheres terem lutado pela igualdade, porém com uma visibilidade social pequena. Por isso, nesta terceira fase, a qual estendeu-se até década de 1990, houve maior necessidade de discussão acerca da realidade de mulheres de outras classes e diferenças sociais, assim como a crítica às narrativas pré-estabelecidas acerca da feminilidade e a busca pela desconstrução dos estereótipos ligados ao conceito de ser mulher (Silva, 2019).

1.2. Feminismo no Brasil

Diversos autores concordam que traçar a história do feminismo no Brasil não é uma tarefa fácil, pois o movimento dentro do país teve uma caminhada fragmentada, com diversas manifestações e, ainda hoje, é vivido no cotidiano, com diversas reivindicações. Celi Regina Jardim Pinto aborda, em sua obra *Uma História do Feminismo no Brasil*, a cronologia do movimento por meio de tendências expressadas na luta das mulheres brasileiras. De acordo com a autora, "o feminismo no Brasil não foi uma importação que pairou acima das contradições e lutas que constituem as terras brasileiras, foi um movimento que desde as suas primeiras manifestações encontrou um campo de luta particular (...)" (Pinto, 2003, p.10).

Quando se fala em estudos feministas no Brasil, Hollanda (2019) indica que a bibliografia inicial possui muitas referências anglo-americanas e europeias, sendo o período compreendido entre os anos 1960-1970 aquele em que há o início das questões feministas formuladas por brasileiras. É nesse período, também, em que há a formação dos chamados "grupos de reflexão", criados por ativistas como uma forma de acolhimento e resistência contra o regime militar vigente na época. Assim, a organização do movimento feminista do Brasil, a sua gradativa visibilidade e a emergência de um pensamento feminista brasileiro se deu em um momento de exceção política (Hollanda, 2019).

Ainda nesse contexto, Hollanda (2019) dá destaque para a Fundação Carlos Chagas, de fundamental importância e um dos fatores decisivos no desenvolvimento dos estudos feministas

no Brasil. Sediada em São Paulo, a partir de 1974 promoveu seminários sobre temas femininos, fomentando as pesquisas na área, além de organizar o Programa de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, programa este que realizou concursos nacionais e apoiou diversos projetos de pesquisas em várias áreas, consolidando, desta forma, os estudos feministas como área de conhecimento no Brasil.

Carla Cristina Garcia (2015) aponta que o movimento feminista brasileiro teve uma contribuição essencial para reverter muitos aspectos da desigualdade de gênero no país, mesmo que a sua visibilidade social seja pequena. Além do mais, a luta pelos direitos das mulheres está relacionado entre os processos de mudanças econômicas e sociais do Brasil. Para uma melhor compreensão de como as mulheres romperam com as tradições socioculturais que imperavam ao longo de décadas, é importante que se conheça a história geral do país.

1.2.1. Primórdios do feminismo no Brasil

No século XIX, uma das principais reivindicações acerca dos direitos das mulheres residia no direito à educação. Garcia (2015) lembra que, à época, o ensino para meninas era restrito até o 1º grau e o direito de estudar para além disso ou até mesmo de cursar uma faculdade era vetado. Dessa forma, a pequena parcela das mulheres cuja educação foi diferenciada tomou frente no que diz respeito à ampliação dos conhecimentos adquiridos para as demais, por meio da abertura de escolas e publicações de livros indo na direção contrária ao pensamento vigente, de que não havia a necessidade de a mulher saber ler e escrever (Duarte, 2019).

Um dos grandes nomes na exponencial luta pela educação e alfabetização feminina é o de Nísia Floresta, natural do Rio Grande do Norte e considerada a primeira feminista brasileira. Um dos seus maiores feitos foi a construção de uma escola só para meninas, situada no Rio de Janeiro, onde ensinava gramática, escrita e leitura de português, francês e italiano, ciências naturais e sociais, além de matemática, música e dança (Matuoka, 2017). Outro feito de Nísia Floresta foi a publicação do livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832), sendo o primeiro no Brasil a falar sobre o direito das mulheres à educação e ao trabalho, exigindo que elas fossem tratadas com respeito (Duarte, 2019). Dessa forma, Nísia Floresta é uma das primeiras, segundo Duarte (2019), a traduzir para língua portuguesa as reivindicações dos movimentos das mulheres vindos da Europa, fazendo-o de forma cultural para o contexto brasileiro.

Garcia (2015) ainda ressalta a importância das mulheres que participaram ativamente no movimento abolicionista também no século XIX, que visava o fim da escravidão no Brasil e que

apenas recentemente vem sendo estudada pela historiografia. Ainda de acordo com a autora, foram mulheres que criaram sociedades abolicionistas, tais como Sociedade da Libertação, Sociedade Redentora e Ave Libertas. Os principais nomes dentro desse movimento são Maria Josephina Mathilde Durocher, Maria Firmina dos Reis, Maria Amélia de Queiroz e, talvez a mais conhecida delas, Chiquinha Gonzaga, musicista de grande renome dentro de país, cuja atitude de trocar o casamento pelo piano escandalizou a sociedade da época.

1.2.2. A imprensa feminina e o Direito ao voto

Assim como na Europa e nos Estados Unidos, aquela que é considerada a primeira onda do Feminismo no Brasil tem como reivindicação principal o direito de votar e de serem votadas. Atrelado a isso, é importante também ressaltar a importância da imprensa alternativa feminina, criada em meados do século XIX, sendo o Brasil o país com o maior empenho feminista, com matérias que promoviam uma conscientização das mulheres acerca da sua subjugação masculina (Garcia, 2015, p. 12).

Um ponto a ser destacado é a criação da imprensa feminista alternativa, formada por mulheres consideradas cultas, muitas delas jornalistas e escritoras. Em meados de 1870 observa-se um crescimento exponencial de jornais e revistas de cunho feminista, editados não apenas no Rio de Janeiro (na época, capital do Brasil), mas também em outras partes do país, dentre os quais pode-se destacar os títulos *O Sexo Feminino* (1873), *Echo das Damas* (1875) e *O Domingo* e o *Jornal das Damas* (ambos de 1873) (Duarte, 2019). Além dos direitos políticos, questionavam a dominação masculina e abordavam assuntos polêmicos para a época, tais como sexualidade e divórcio (Cisne, 2015, p. 110). Assim, elas abriram caminho para divulgação de ideias de libertação, construção de opiniões e informações de direitos das mulheres dentro da sociedade brasileira, sendo considerada uma vertente menos comportada do feminismo do início do século XX (Pinto, 2003, p. 15)

O começo do século XX no Brasil foi marcado por movimentações de mulheres em prol do direito ao voto, acesso ao ensino superior e mais oportunidades de trabalho nas mais diversas áreas (Duarte, 2019). Durante a construção da Constituição do Brasil de 1891, as mulheres não foram citadas como eleitoras pois, na época, elas não eram consideradas como indivíduos dotados de direitos. Devido à indignação de uma parcela das mulheres brasileiras, foi fundado, em 1910, o Partido Republicano Feminino, cujas integrantes “não defendiam apenas o direito ao voto, mas falavam de emancipação e independência. Atribuíam à mulher qualidade para exercer a cidadania

no mundo da política e no do trabalho” (Pinto, 2003, p. 18). Já em 1922, Bertha Lutz, bióloga, se consagra como um dos principais nomes do feminismo ao ajudar a criar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, primeira entidade feminista do Brasil com relevância nacional e internacional e cuja luta central era pelo direito ao voto (Garcia, 2015, p. 13).

Na década de 1920, outro grupo de mulheres que participou ativamente de movimentos por direitos femininos era formado principalmente por intelectuais, militantes de esquerda e operárias, manifestando-se a partir de teses do movimento anarquista e do Partido Comunista e com uma postura de libertação da mulher mais incisiva (Cisne, 2015), propondo "a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária" (Duarte, 2019, p. 38). A grande quantidade de imigrantes italianos, portugueses e espanhóis que chegou ao Brasil no início do século XX trouxe consigo ideias mais rebeldes, as quais tiveram respaldo nas criações de grandes greves operárias do país (Pinto, 2003, p. 33), com a mulher colocada no papel de “companheira revolucionária” e que lutava contra as desigualdades presentes dentro das relações de trabalho (Cisne, 2015, p. 111), além de denunciar a opressão masculina.

Ainda nos anos 1920, outros fatos são determinantes para o avanço dos direitos das mulheres no Brasil. No estado do Rio Grande do Norte, o então governador aprova uma lei autorizando o voto feminino, em 1927, antes mesmo do resto do país (o que aconteceu apenas em 1932), e foi possível presenciar a eleição da primeira prefeita do país e da América do Sul, Alzira Soriano, na cidade de Lajes, em 1929 (Duarte, 2019).

1.2.3. Feminismo e Ditadura Militar

Durante as décadas de 1960 e 1970, os movimentos sociais surgidos nos Estados Unidos e Europa foram oriundos da efervescência cultural e política dessas regiões, de acordo com Pinto (2003). Enquanto movimentos como os hippies nos EUA e o sonho da revolução socialista na Europa estavam em ascensão, o Brasil viveu uma época de repressão política, censura, perseguição e exílio, quando os militares aplicaram um golpe e tomaram o poder do governo brasileiro. Durante a ditadura militar no Brasil, as mulheres formaram a primeira linha de resistência contra o novo governo, visto que elas estavam cada vez mais presentes no mundo profissional, na educação superior e com novos modos de acesso à informação (Garcia, 2015, p. 21).

Enquanto nos períodos anteriores da história do movimento feminista brasileiro, ele foi formado essencialmente por mulheres de classes mais abastadas, durante a ditadura houve "a presença dos movimentos de mulheres entre as classes médias e populares do Brasil" (Pinto, 2003, p. 43) e, apesar de o mote principal das reivindicações feministas no período estar associado às lutas dos direitos reprodutivos e discussões sobre sexualidade, existiram na época os movimentos em oposição à carestia, clube de mães, a favor da anistia e outros, com a mulher se descobrindo como ser político e a sua força de luta. (Cisne, 2015, p. 113)

Ainda de acordo com Cisne (2015), o exílio político de muitas mulheres durante o Regime Militar fez com que elas tivessem contato com as ideias feministas vigentes no continente europeu durante o fim dos anos 1960. Na França, por exemplo, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris fazia reuniões e mandava material para o Brasil. No ano de 1971, surgiu no Rio de Janeiro o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher e, em 1975, a ONU declarou aquele como o Ano Internacional das Mulheres. Assim, o feminismo brasileiro se integrou à referidas comemorações mundiais, interessado em um novo debate que se iniciava (Garcia, 2015, p. 23).

A década de 70, ao mesmo tempo que foi uma das mais repressivas do período da ditadura militar, também foi um momento "de expressiva definição das feministas brasileiras, elas que debateram sobre a sexualidade, o direito ao prazer e ao controle da natalidade, compreendendo e sugerindo que o planejamento familiar e o controle de natalidade fossem ações de políticas públicas bem estruturadas" (Garcia, 2015, p. 23).

1.2.4. Anos 80: feminismo e redemocratização do Brasil

No fim da década de 1970, o Brasil foi marcado por dois acontecimentos que tiveram influência no desenvolvimento do movimento feminista durante a década de 80: anistia aos presos políticos, que trouxe de volta ao país militantes de esquerda dos anos 1960 e, junto com eles, novas ideias oriundas da Europa, e a reforma partidária, assinalando assim uma época de menos repressão e mais possibilidades de manifestação, mesmo que o governo ainda estivesse sob regime dos militares (Pinto, 2003, p. 67) Devido a esses aspectos, a presença feminina na cena política nacional cresceu, por meio de debates nas eleições para governadores e na luta pelas *Diretas Já*, movimento que buscava a volta das eleições diretas para presidente no Brasil (Garcia, 2015, p. 24).

No âmbito mais específico da luta pelos direitos femininos, a década de 1980 foi marcada por "colocar questões específicas da maior importância para as mulheres, como as lutas contra a

violência de gênero e em defesa da saúde reprodutiva" (Garcia, 2015, p. 24), levando, assim, à criação de grupos de mulheres organizadas e também à criação da primeira Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher, em São Paulo. Também é importante frisar, de acordo com Pinto (2003), a atuação de grupos autônomos, os quais bateram de frente com as temáticas da violência e da saúde, fazendo com que surgissem prestações de serviços às mulheres vítimas de violência doméstica, levando essa discussão do âmbito privado para a esfera pública, e também discussões acerca de planejamento familiar, sexualidade e a despenalização do aborto.

No quadriênio 1986-1990, as mulheres conquistaram um espaço significativo, ainda que pequeno, na Câmara dos Deputados e apresentaram 30 emendas acerca "dos direitos das mulheres, englobando praticamente todas as reivindicações do movimento feminista" (Pinto, 2003, p. 74). Um dos aspectos fundamentais para o protagonismo da mulher dentro de diversas instituições brasileiras foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado junto ao Ministério da Justiça e que "tratou de quase todos os temas que centralizava a luta feminista brasileira" (Pinto, 2003, p. 72). Este mesmo Conselho também "fortalece a presença feminista no debate político nacional e, junto com os movimentos sociais, articula a participação das mulheres no processo da Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988)" (Garcia, 2015, p. 25).

Em 1988, o governo do Brasil concebe a Constituição Federal, a qual rege até hoje os princípios constitucionais e jurídicos do país. A sua implantação, de acordo com Garcia (2015), trouxe pontos que a tornou uma das mais avançadas do mundo no quesito igualdade de gênero, pois implantou e consolidou conquistas que marcaram um século da luta feminista no mundo, tais como a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, igualdade de direitos e responsabilidades na família e define como princípio do Estado a não-discriminação por motivo de sexo, raça e etnia. Assim, pode-se dizer que uma das marcas do feminismo brasileiro na década de 1980 foi a capacidade de "atuar politicamente por meio de pressão organizada, capaz inclusive de ser propositiva" (Pinto, 2003, p. 76) por meio de estratégias de mobilização que reuniram mulheres de todo o país.

1.2.5. Anos 90 - 2000 e os desafios contemporâneos

A Constituição Federal de 1988 foi, sem dúvida, um grande passo para as mudanças dos direitos e cidadania das mulheres brasileiras no âmbito jurídico, retirando o poder masculino sobre as suas decisões e liberdades. No entanto, mesmo com a promessa de ampliação da cidadania pelas novas diretrizes legais, o governo brasileiro entrou na década de 1990 com uma base

conservadora e rodeada de reformas neoliberais, contribuindo, assim, para reduzir o avanço de direitos e de processos democráticos.

Concomitantemente às forças conservadoras, durante essa década os movimentos pró-direitos femininos no Brasil continuaram ganhando força e se expandindo, apostando em atitudes democráticas. Garcia (2015) assinala que as forças sociais promoveram uma maior participação de mulheres dentro de espaços de debates sobre políticas públicas e promoção de direitos. Um exemplo disso foi a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), em 1993, cujos principais objetivos eram fazer com que o Estado reconhecesse a violência e discriminação contra as mulheres por meio de políticas públicas efetivas. No mesmo ano, a autora cita a criação do PAISM - Programa de Atenção à Saúde da Mulher, criado pelo Ministério da Saúde, como resultado de uma mobilização feminista em busca de melhorias para a saúde física e mental das mulheres.

A década de 1990, ainda de acordo com Garcia (2015), trouxe as discussões e pautas levantadas pelos movimentos feministas para um âmbito mais vasto, transformando-as em direitos constitucionais para as mulheres de todas as classes sociais, além de expor, de forma transparente, dados acerca da violência contra as mulheres. A primeira vez que esses números vieram à tona data de 1992, com a instalação da CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito em âmbito nacional. Já em 1993, foi realizado em Santos (SP) o I Encontro de Entidades Populares de Combate à Violência contra a Mulher, resultando na campanha “A Impunidade é Cúmplice da Violência”.

A chegada dos anos 2000 trouxe novos capítulos para a trajetória dos movimentos feministas no Brasil. Se nos anos 1990 houve uma maior visibilidade acerca da questão da violência contra a mulher, foi em 2006 que o país deu um grande passo para a proteção da população feminina: a criação da Lei Maria da Penha. O nome da referida lei foi uma homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de violência doméstica durante muitos anos que resultou em uma tetraplegia. Com o objetivo de punir de uma forma mais efetiva os homens e agressores dentro do ambiente familiar e doméstico, não apenas contra violências físicas, mas também psicológicas, sexuais e patrimoniais, em 2015 o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mostrou que a lei foi, de fato, responsável pela diminuição em 10% dos casos de assassinatos contra mulheres, além de proteger aquelas que denunciam as agressões (Fahs, 2016).

Em 2003, Luís Inácio Lula da Silva, então presidente na época, estabeleceu a criação da SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a qual, segundo estudo feito pela ONU

Mulheres e CEPIA (2010), lutou para derrubar as barreiras impostas por outros conjuntos do governo para que fossem reconhecidos temas de relevância política, não apenas aqueles específicos de mulheres. Em 2004, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres mostrou a capacidade de mobilização de movimentos de mulheres e feminista. A SPM, nos anos seguintes, aumentou a participação de mulheres em posições de poder e, em 2008, inaugurou a campanha "Mais Mulheres no Poder".

Ainda segundo o CEPIAS e ONU Mulheres (2020), foi também durante os anos 2000 que os programas do governo para redução da pobreza tiveram um grande impacto positivo na vida de grande parte da população feminina do Brasil, além da criação e regulamentação de centros de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, o que veio por meio de uma norma técnica do Ministério da Saúde, em 2000. Em 2010, a eleição da primeira presidente mulher, Dilma Rousseff, foi mais um passo das mulheres brasileiras alcançando posições de poder. Além disso, foi durante o governo de Rousseff que foi sancionada a lei 13.104/15, a qual torna qualificado o homicídio contra mulheres devido ao seu gênero, além de incluí-lo no rol de crimes hediondos (Fahs, 2016).

Alguns estudiosos do feminismo brasileiro já falam em uma "quarta onda" do movimento, relacionado ao uso de redes sociais e levantando bandeiras como assédio, feminicídio (assassinato de uma mulher pelo simples fato de ser mulher¹), violência e também acerca da liberdade de escolha e padrões de beleza. Rodrigues (2020) traz apontamentos sobre como as redes têm auxiliado as mulheres a se organizarem e pautarem opiniões públicas não apenas dentro de ambientes virtuais, mas também em ações nas ruas, como o movimento Mulheres contra Bolsonaro, em referência ao então candidato à presidência da república, Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018, e também a participação na Greve Internacional de Mulheres, em 2017, aderida por mais de 55 países. Ainda nesse contexto, Hollanda (2019) afirma que as pautas, questões e terrenos do feminismo no Brasil têm se disseminado entre as gerações mais jovens devido aos ativismos na internet e nas ruas, além de se notar um aumento considerável de publicações dentro do ambiente acadêmico, não apenas nas Ciências Sociais, mas em outras áreas do conhecimento.

No tocante à evolução dos direitos e poderes das mulheres brasileiras, a ONU Mulheres e CEPIA (2010) mostram que, apesar de estarem mais escolarizadas, ocupando posições de prestígio e postos de comando, as brasileiras ainda ganham menos que os homens, possuem

¹ Os motivos mais comuns que levam ao feminicídio são o ódio, desprezo e sentimento de falta de controle sobre as mulheres. Retirado de: <http://www.tjri.jus.br/web/guest/observatorio-judicial-violencia-mulher/o-que-e-a-violencia-domestica-e-o-feminicidio>

jornada dupla ou tripla de trabalho e estão no mercado informal. Assim, um dos grandes desafios do novo milênio é promover a integração entre família e trabalho, além da criação de medidas para diminuir as desigualdades no ambiente de trabalho.

1.3. Estudos feministas e de gênero

Ao longo da trajetória do feminismo, não há como desassociar a luta do movimento com os diversos estudos e debates acerca de gênero. Isso pode ser verificado pelo fato de que, durante muitos anos da história, as mulheres foram proibidas de fazer e contribuir para a produção de conhecimentos científicos, realidade que começou a mudar principalmente entre os anos 30 e 70, com produções de conhecimentos com orientação crítica, originando, assim, os estudos feministas ou estudos de mulheres (Matos, 2008).

A partir da década de 1970, em específico, houve um expressivo avanço acerca dos estudos de gênero, o qual se disseminou nas ciências durante a década de 1980 como uma construção social de identidades sexuais, abrindo um espaço para a desconstrução do binarismo entre masculino e feminino. Como explica Conceição (2009), o movimento feminista, até os anos 70, enfatizava o estudo da mulher, no singular, cuja maior preocupação girava em torno das causas da opressão e subordinação feminina pelo patriarcado. Ainda acerca deste tema, Matos (2008) traz o seguinte apontamento:

Tal reformulação surgiu com o intuito de distinguir e separar o *sexo* - categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico - do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política que implicaria análise relacional. (Matos, 2008, p. 336)

Nesta perspectiva, a autora aponta que, por meio da adoção desse conceito, é aberto um espaço para quebrar pensamentos tradicionais e desconstruir um modelo binário vigente de colocar o gênero em um lugar fixo e naturalizado. O uso da palavra “gênero” coloca em destaque o fato de homens e mulheres serem "produtos do meio social e, desta forma, suas condições de vida são variáveis e históricas" (Santos, 2012, p. 5). Ressignificar o gênero por novas perspectivas, sejam elas de classe, etária, raciais, dentre outras, vem desenvolvendo um papel de relevância nas ciências humanas, pois denuncia estruturas de opressões coloniais, racistas, sexistas e econômicas que vêm atuando em tempos e espaços diferente das realidades e condições humanas (Matos, 2008).

Como já dito anteriormente, não se pode dissociar os estudos de gênero às ondas do movimento feminista. Matos (2008) atenta para o fato desses estudos caminharem lado a lado com a segunda onda do feminismo, cujas pautas consistiam em priorizar as afirmações políticas das diferenças. Dessa forma, o conceito de gênero age como um divisor de águas entre a primeira e a segunda onda, construindo uma consciência crítica feminista por meio de ressignificações e reinterpretções acerca do paradoxo igualdade e diferença.

A partir do conceito de gênero, o enfoque das discussões entre as mulheres do movimento feminista foi alterado do singular para o plural, diferentemente do que era pregado no século XIX, quando a diferença biológica dos homens e das mulheres determinava rígidos papéis de gênero e suas características sociais, psicológicas e subjetivas (De Tilio, 2014). Dessa forma, tem início uma grande ramificação de atuações nos movimentos por parte dos homens e das mulheres perante a sociedade.

A partir dos estudos de Amâncio (1994), é destacado que o modelo da socialização e das diferenças entre os papéis sexuais começaram a partir da década de 1960, com estudos sobre como homens e mulheres divergiam nos níveis de capacidades intelectuais, temperamento e desempenho. Como resultado, eles mostraram que o papel da socialização se torna mais evidente do que o fator biológico para estimular ou inibir certas capacidades no sexo masculino ou feminino. Ainda sobre o sexo como uma categoria social, Amâncio (1994) elucida:

A conceptualização do sexo enquanto categoria social não significa simplesmente passar uma explicação em termos de espécie biológica para uma explicação em termos de espécie psicológica. Homens e mulheres distinguem-se por atributos físicos e características fisiológicas que constituem outros tantos atributos identificadores do sexo de pertença. Mas estes indícios, operacionais no saber do senso comum sobre o masculino e o feminino, e visíveis nas interações sociais, tendem a transformar as diferenças entre os sexos numa realidade aparentemente concreta e universal, porque a estabilidade temporal e a instrumentalidade contextual daquelas diferenças obscurecem as formas de construção social do masculino e feminino que se estabelecem no quadro de relações sociais específicas dos contextos históricos. (Amâncio, 1994, p. 33)

Porém, Amâncio (1994) chama a atenção para o fato de que as diferenças na construção social do masculino e do feminino são feitas de forma assimétrica e estão relacionadas com a dominância e respeito perante a sociedade do "ser masculino". Essa assimetria é um dos principais motivos para as mulheres ainda serem designadas a condição de grupo minoritário,

devido aos papéis tradicionais atribuídos a homens e mulheres, não apenas em posições sociais objetivas, mas também em um plano subjetivo, abrindo, dessa forma, espaço para o questionamento acerca da universalidade dos papéis sexuais, sendo eles considerados uma construção social do gênero.

Cecília Sardenberg (2004), referenciada por Conceição (2009), traz à tona o fato do gênero, por um lado, ter desnaturalizado o masculino e o feminino e, por outro, ter proporcionado o surgimento de uma divisão entre os chamados feminismo de modernidade e feminismo de pós-modernidade. A partir das palavras de Donna Haraway (1991), cujo questionamento estava no fato de que não há nada no ser "fêmea" que constitua as mulheres como uma categoria simples, Oliveira e Amâncio (2006) apontam para a eclosão, neste período, dos feminismos mais inteseccionalizados, tais como o feminismo negro, lésbico, entre outros. A partir destes feminismos, há a contribuição para o questionamento do ser mulher, entendendo a categoria "como uma construção social e ideológica, inserida nas grandes narrativas da legitimação" (2006, p. 600).

O feminismo liberal, uma das primeiras perspectivas traçadas no confronto pela igualdade de gêneros, foi marcado pela luta dos mesmos acessos a oportunidades e direitos individuais entre ambos os sexos (Santos, 2012). A autora ainda traz apontamentos acerca das críticas sofridas por essa perspectiva, especialmente no que diz respeito à escassez de discussões e aprofundamentos sobre questões culturais, visto que a perspectiva em questão dava muita ênfase ao individualismo.

No que diz respeito ao feminismo marxista, Santos (2012) frisa como principal pauta a igualdade dentro do mercado de trabalho através de críticas ao estado, o qual trata as mulheres como um instrumento de controle e opressão do capitalismo. Dessa forma, as militantes desta vertente se utilizaram das ideias de Marx para analisar as relações de gênero, visto que a força de trabalho feminina atuava apenas como um exército de reserva, sendo os principais postos ainda ocupados por homens.

Já em uma terceira perspectiva, chamada de feminismo radical, as mulheres travam uma batalha contra a estrutura dominante do homem que impera na sociedade. Santos (2012) explica que há um foco na intimidade pessoal, nos casamentos e relacionamentos, sendo estes interpretados como uma forma de opressão à mulher e enxergados como uma espécie de contrato, portanto, as mulheres atuantes desta frente utilizaram-se de estratégias políticas de reivindicação. É importante frisar, no entanto, que todas estas perspectivas elencadas anteriormente representam uma delimitação da atuação social em relação à natureza biológica, ou seja, as

alegadas "limitações" e diferenças entre homens e mulheres, para a realização de algumas ocupações que se davam por parte das construções da sociedade (Santos, 2012).

É necessário elucidar que os conceitos de binarismos e dualismos que regiam as relações sociais eram utilizados para justificar e reproduzir os vínculos de dominação, opressão, gênero e tantos outros que a história conhece, especialmente no âmbito da subordinação feminina, como bem aponta Matos (2008). Tal como a autora ainda aponta, o campo dos estudos de gênero relaciona-se com as caracterizações socialmente construídas, sendo as identidades individuais dentro deste campo de estudos algo constituinte dos seres, projetos mutáveis, inconstantes e complexos que vêm atuando como agentes de ressignificação científica dos estudos de gênero. Dessa maneira, Matos (2008) ressalta:

Assim, pretende-se propor que o campo de gênero, fundado numa epistemologia multicultural emancipatória da complexidade, do paradoxo e da simultaneidade, opere através de sujeitos e agenciamentos que são transitórios e múltiplos, às vezes transitivos e nunca meta-sujeitos construídos por meta-narrativas. (Matos, 2008, p. 353)

Conceição (2009), referenciando Costa (1998), chama a atenção para o fato do feminismo da virada do século abranger uma ampla variedade de discursos sobre relações de poder baseadas em diferenças, sejam elas de raça, de gênero, classe etc. Disto isso, foram essas diferenças que ocasionaram o desenvolvimento de uma variedade de feminismos (negro, lésbico, marxista, radical etc.), dentre os quais, algumas correntes pós-modernas cujas propostas visavam abolir referências às categorias de mulher como uma forma de fazer política sem uma identidade fixa para que o movimento tivesse legitimação, fazendo críticas ao modelo binário, essencial para as discussões acerca de sexo e gênero.

A análise do sentido de gênero só foi possível com a adoção de novas referências teóricas. O destaque fica por conta de estudos pós-modernos que evidenciam a subjetividade dos sujeitos e da linguagem, permitindo assim o encontro de vozes dentre as feministas, tanto em termos teóricos quanto políticos (Conceição, 2009). O autor, além de trazer à tona duas visões teóricas sobre gênero debatidas entre as feministas já explicadas anteriormente (feminismo liberal e feminismo marxista), também faz apontamentos acerca de outra vertente: de teorias psicanalíticas de matriz pós-estruturalista, nas quais são analisados os processos de criação de identidade dos sujeitos, porém reforçando o binarismo do gênero, negligenciando a construção da subjetividade dele.

Um dos nomes mais emblemáticos das teorias feministas pós-modernas é Judith Butler (1987), cujo discurso aponta para o fato do gênero ser um ponto de convergência entre grupos específicos com uma relação cultural e histórica convergentes. Dessa forma, não há uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, sendo essa identidade performaticamente constituída.

Butler, em sua obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade* (2017), traz problematizações acerca dos conceitos naturalizados na sociedade do que é ser homem/mulher ou ser masculino/feminino em decorrência de uma heterossexualidade compulsória, fazendo com que a identidade de gênero se torne algo simplista, com começo, meio e fim. Ainda sobre a obra de Butler, Oliveira complementa que ela "retira os feminismos da presunção primária da heterossexualidade e da fixidez do gênero" (2017, p. 5) e, dessa forma, dá início a questionamentos acerca de como os feminismos podem ser reproblematicados enquanto maneira de fazer política. Assim, Oliveira (2017) aponta para o fato do texto de Butler fazer com que as posições identitárias não sejam apenas restritas aos grupos nos quais os sujeitos pertencem, mas passem a ser vistas como processos políticos. Acerca das contribuições de Butler para os estudos de gênero, De Tilio (2014) discorre:

(...) Butler (2009) é mais ousada: se gênero é performatividade, então é possível renomear o(s) sexo(s) para redistribuir os discursos e práticas sobre a sexualidade, alterando discursos e práticas vigentes que sustentam exclusões – por exemplo, se o essencialismo biológico estabelece que homens são física e intelectualmente superiores às mulheres, então, a dominação é inquestionável e suas manifestações (incluindo a violência) são justificáveis; mas, se o argumento essencialista é resultado da performatividade, então, alterações e questionamentos são possíveis, pois podem ser reconstruídos. (De Tilio, 2014, p. 139)

Dessa forma, o papel social merece destaque dentro deste campo de estudos. De acordo com Santos (2012), as definições e construções dos papéis de gênero devem sair de um patamar de conceitos relacionados a atributos individuais e enveredar para uma estrutura social onde o feminino e o masculino são complementares. Ainda inserido nesses aspectos, a autora destaca os papéis sexuais, cujos objetivos propõem uma ampliação de opções de comportamentos considerados "naturais" ou "normalizados" para homens e mulheres, libertando-se de estereótipos para uma redistribuição das instituições sociais.

Em seus escritos, Butler (2017) apresenta novas maneiras de pensar o gênero, promovendo uma desconstrução de um formato rígido para uma forma descontínua e instável, aliando-se a feminismos pós-coloniais (Oliveira, 2017). Dessa forma, um dos desdobramentos dos pensamentos de Butler (2017) foi o fortalecimento das teorias *queer*, movimentos LGBT e de pessoas trans, a partir das formulações da autora sobre performatividade de gênero para subverter a heteronormatividade vigente sobre desejos, corpos e sexualidades, além de utilizarem-se dos escritos da autora para ecoar suas vozes e ocupar espaços na sociedade, de forma política e social. Assim, a obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade* (2017) promove uma mudança na forma como os investigadores abordam as relações sociais de gênero (Oliveira, 2017).

Assim, acerca das *queer theories*, De Tilio (2014) frisa que a busca pela melhor compreensão de relações entre e intra os gêneros (homens, mulheres, gays, lésbicas, travestis, transexuais etc.) é saber como os padrões heteronormativos atribuídos a eles os atinge. Além disso, procuram incluir em linhas investigativas das ciências humanas o papel das sexualidades consideradas transgressoras de forma a melhor entender os processos, não apenas sociais, mas também a nível psicológico, para as naturezas das identidades dos sujeitos. É, também, uma forma de romper com a ideia de que existe apenas uma definição considerada correta entre sexo (macho e fêmea) e gênero (masculino e feminino) e analisar a existência de sujeitos que não sejam regulares e estáveis. Por fim, sobre esta teoria, De Tilio (2014) faz o seguinte apontamento:

(...) a principal importância das *queer theories* é compreender novas formas de relações de poder e também subverter os discursos totalizantes, hegemônicos e autoritários que articulam sexo, sexualidade, etnia e classe, muitas vezes, de maneiras excludentes. É o reconhecimento de que as relações de ou entre os gêneros são atingidas por outras categorias e condicionantes sociais que não apenas a sexualidade (incluindo, por exemplo, raça, etnia, idade, geração, orientação sexual, orientação religiosa, classe/camada social) naquilo que se convencionou denominar interseccionalidades. (De Tilio, 2014, p. 141)

As perspectivas valorizadas dentro dos estudos do campo do gênero, atreladas ao movimento feminista, em sua essência, busca trazer avanços em relação às discussões "sobre sujeito e agenciamento/empoderamento das mulheres e sobre as ciências e seu enfrentamento numa versão multicultural e emancipatória (...)" (Matos, 2008, p. 351), de forma a trazer à tona discussões acerca de inúmeros aspectos que permeiam as desigualdades de acessos à educação,

à pobreza, mercado de trabalho, discriminações dentro do âmbito doméstico. Por meio da trajetória dos estudos de gênero foi possível a criação de diversas políticas públicas de universalização de direitos, tais como saúde e segurança.

Em conclusão, é possível perceber que os estudos de gênero possuem uma longa trajetória de teorias, práticas, pensadores e linhas de pesquisa. Não é possível, no entanto, estabelecer uma definição do que seja gênero, visto que existem diversos operadores teóricos que se relacionam com os sujeitos. Esses estudos procuram, então, se relacionar para a orientação de costumes e interações individuais através de construções sociais e históricas.

2. Movimentos sociais no ambiente virtual: como as redes sociais e o ativismo se relacionam

2.1. Redes sociais na era da internet

É impossível negar o fato de que a esfera midiática assume um papel central na vida cotidiana e influencia as relações interpessoais em diversos aspectos, seja em tempo, espaço ou identidades. A presença de indivíduos nos ambientes virtuais tem crescido vertiginosamente nos últimos anos, à mesma medida que a presença dessas redes cresce em seus cotidianos. É possível ver esse crescimento por meio de dados coletados pelas empresas norte-americanas Hootsuite e We Are Social, as quais produziram o relatório *Global Digital Statshot 2019*, em que calculam que o número de pessoas cadastradas em alguma rede social é de 3,5 bilhões de pessoas, enquanto a quantidade da população com acesso à internet é de 4,33 bilhões de pessoas².

Denise Cogo e Liliane Dutra Brignol indicam que as mídias são "apontadas como protagonistas de mudanças nas interações sociais e nas formas de reconhecimento" (Cogo & Brignol, 2014, p. 76) e, ainda de acordo com as autoras, estão em posição de destaque em discussões sobre globalização, mundialização da cultura e fluxos de informação. Cogo e Brignol (2014), referenciando Mata (1999), destacam a mudança gradativa de uma cultura de massa para uma cultura midiática:

Como instituição geradora de sentidos e dinamizadora de relações sociais, a mídia passa a ocupar espaços e a assumir funções antes pertencentes a outras instituições (política, educação, justiça etc.). [...] os meios alcançam aonde a interação pessoal e a influência institucional não chegam, gestando uma cultura midiática que se constituiria por um novo desenho de interações e por uma forma de estruturação das práticas sociais marcada pela existência dos meios. (Cogo & Brignol, 2014, p. 79)

Especialmente a partir da segunda metade do século XX, diversos pesquisadores da área da Comunicação postularam definições para explicar e entender as mídias digitais e suas relações com o ambiente digital. Durante a década de 1990, devido às mudanças e complexidades da vida urbana e das comunicações mediadas por computador, as pesquisas sobre redes sociais se intensificaram, especialmente no que diz respeito à forma de repensar as organizações sociais

² Retirado de: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>

(Cogo & Brignol, 2011). Portanto, as redes podem ser consideradas "estratégias de interações sociais, espaços de intercâmbios flexíveis, dinâmicos e em constante movimento (...)" (Cogo & Brignol, 2014, p. 82) onde, ao mesmo tempo em que conectam indivíduos, promovem uma forma de participação social cujas ações podem ou não levar a mudanças a nível individual e organizacionais.

As redes sociais, com o seu caráter horizontal e sem laços rígidos, são formadas a partir de interesses compartilhados de forma dinâmica, cobrindo assim "um vasto espectro de agrupamentos sociais online dedicados a todo tipo de atividade" (Martino, 2014, p. 58). Esses agrupamentos e a própria arquitetura horizontal delas permitem a troca de ideias e de mobilização capazes de transpor a barreira do virtual e real, funcionando como um complemento de interações digitais e offline, articulando-se cada vez mais e proporcionando, assim, que fatores políticos, sociais e econômicos ganhem relevância.

Falar em redes sociais é, em sua essência, falar na compreensão de como as interações humanas se formam e se desenvolvem, não apenas entre os indivíduos, mas entre os grupos aos quais pertencem. Em se tratando das redes sociais dentro de um ambiente digital, são inúmeras as relações e conexões entre os participantes a partir da criação de páginas ou de perfis onde se compartilha o cotidiano ou interesses diversos, promovendo uma análise combinatória que Martino (2014) destaca como uma forma de entender a velocidade de troca de dados e, assim, a multiplicação de conteúdos, saberes e poderes. Ainda que as redes sociais existissem antes da internet, neste âmbito, Recuero (2009) define-as como:

Um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) [...]. Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem da rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. (Recuero, 2009, p. 24)

Dentro de uma perspectiva virtual, estas redes sociais também podem ser entendidas, conforme Recuero (2009), como uma teia de conexões a espalhar informações, dar voz aos seus usuários e construir um capital social, que nada mais é do que o interesse compartilhado entre os atores. Ainda de acordo com a autora, são as ações desses autores que transformam e moldam as estruturas sociais por meio da criação de ligações sociais, da mesma forma que ocorre em

redes sociais fora do ambiente digital, sendo o seu principal traço a construção de uma identidade na internet representativa de um ator social.

O modelo emergente de comunicação que se iniciou com o surgimento e popularização da internet permite que os usuários estejam imersos em um novo modelo de processamento de notícias e entretenimento a que Henry Jenkins (2009) chamou de cultura da convergência, pela qual é possível que pessoas até então desconhecidas, mas que compartilham das mesmas referências, compartilhem ideias entre vários meios de comunicação e em várias plataformas. Sendo assim, por meio desse modelo é possível acessar plataformas participativas, as quais têm mudado o processo tradicional de comunicação, promovendo uma perspectiva multi-canal.

É pelo surgimento e disseminação da internet, com as suas facilidades operacionais e a sua capacidade de ser um meio onde as pessoas possam se encontrar e partilhar interesses, se informar e publicar opiniões que ela se torna, de acordo com Amaral (2016), uma Web Social, ao disponibilizar recursos com os quais pessoas com acesso à tecnologia podem ter voz e participação ativa, transformando a forma como elas se comunicam e interagem. A partir das comunicações mediadas por computadores e a sua influência nos âmbitos públicos e privados, Inês Amaral (2016) explana o conceito de cibercultura, baseado na teoria de Pierre Bourdieu (2001), que consiste em um universo de sociabilização cuja atuação interfere na forma como as pessoas se relacionam com o mundo e com os outros, permitindo assim que o receptor seja ao mesmo tempo um emissor.

Desta maneira, Lévy (2003), destaca o fato da internet permitir a criação de um ciberespaço, um operador de inteligência coletiva por meio da interação entre as pessoas pela mediação de tecnologias multimídia, cuja atuação proporcionou um ambiente tecnologicamente favorável ao surgimento da mudança de paradigmas do processo comunicativo, da massificação para a individualização. Dessa maneira, visto que o ciberespaço nasce em um contexto de globalização, abrem-se assim espaços para a construção de identidades próprias, as ciberculturas, que são ambientes eletrônicos "para o qual convergem as diversas mídias e os elementos produzidos por e através delas" (Martino, 2014, p. 40).

É a partir do conceito de ciberespaço que se pode caracterizar um outro elemento integrante das redes sociais virtuais, de acordo com Recuero (2009): as conexões. Caracterizadas como laços sociais construídos por meio das interações sociais mediadas pelo computador entre os atores, as conexões são variáveis e, devido a isso, modificam as estruturas da rede. No entanto,

estas modificações apenas são percebidas no momento em que os atores deixam rastros no ciberespaço, como, por exemplo, comentando em matérias de jornais online ou em um blog.

O ciberespaço e, por conseguinte, o movimento de cibercultura dentro das esferas privadas e públicas da sociedade, tem reinventado uma cultura que derruba limitações dentro dessas esferas, em especial a pública. Nesse contexto, Amaral (2014) aborda os novos ambientes sociais na internet como uma rede macro que liga outras redes menores, aumentando o envolvimento e participação do público nesses espaços de comunicação que emergem da sociedade, os quais não estão relacionados com o físico, mas sim com o conteúdo de comunicação.

Por meio dos comportamentos coletivos não centralizados dos atores das redes sociais, é perceptível observar as dinâmicas de alteração das redes sociais ao longo do tempo, dinâmicas essas que Recuero (2009) aponta como sendo: cooperação, competição e conflito; ruptura e agregação; adaptação e auto-organização; e outros comportamentos emergentes. A autora coloca a cooperação como o processo matriz da rede, seja motivado por interesses individuais ou por finalidades do grupo, proporcionando o entendimento das ações coletivas dos atores. Já a competição é vista como um meio de fortalecer a estrutura social pela cooperação dos atores envolvidos em uma luta social e, por fim, o conflito envolve um possível desgaste e desequilíbrio da estrutura social das redes.

Recuero (2009) também faz citações acerca da agregação, capacidade de incorporar mais atores às redes, e também da ruptura, a probabilidade de que os mesmos atores se afastem do grupo devido a conflitos. Quanto à adaptação, a autora atenta para o fato das redes sociais estarem sempre em constante mudança, exigindo, assim, que tenham a capacidade de se adaptar para manter um equilíbrio frente às transformações, e a auto-organização atenta para o fato de que a criação de regras e direitos promova uma melhor interação nas redes sociais. Por fim, relativamente aos outros comportamentos emergentes, Recuero (2009, p. 91) diz que os mesmos podem realizar-se "nascidos da apropriação das ferramentas e das interações entre os atores sociais" e não são estáticos, assim como as dinâmicas das redes, como já foi apresentado.

Por meio da evolução dos ambientes virtuais, conceitos como Web 1.0 e Web 2.0 surgiram e têm sido utilizados para designar as particularidades deles. Enquanto a web 1.0 tinha uma característica mais rígida de fluxo de informações, feita de forma unilateral, a web 2.0 chegou para tornar este fluxo mais fluido pelas interações e formações de espaços de troca e compartilhamento de informações e ideias, mostrando, assim, um grande poder de disseminação.

Santos e Cypriano (2014) reafirmam a definição de Web 2.0, caracterizando-a como um sistema que estimula relações, participação, compartilhamentos e troca entre os seus usuários, funcionando, assim, como uma plataforma de intermediação de interesses comuns e conteúdos integrados. Por meio desses atributos, há a possibilidade de participação política e cultural, além de impulsionar o surgimento de ambientes digitais como blogs, sites de compartilhamento e as próprias redes sociais tal como são conhecidas atualmente, como Facebook, Twitter e Instagram, plataformas com espaços adequados para a coparticipação.

A introdução dos dispositivos móveis e, conseqüentemente, da internet também móvel no cotidiano da população deu uma nova ênfase na natureza da rede, cuja principal característica é a tendência dos seus usuários estarem cada vez mais conectados, especialmente em redes sociais, proporcionando, assim, uma nova forma de dar significados ao mundo, num sentido orientado para os outros. Assim, Santos e Cypriano (2014) falam em sociabilidade, conceito formulado por Simmel (1983) que faz referência à satisfação derivada do sentimento das pessoas formarem vínculos sociais a partir das realidades da vida social, por meio de um caráter lúdico e na busca de igualdade em ações mútuas. Ainda sobre esta temática, Amaral (2014) afirma:

A Internet tem vindo a revelar ser um mundo de interações sociais mediadas onde a comunicação é recontextualizada várias vezes devido a uma distribuição de forma desagregada. (...) É neste sentido que consideramos que as novas plataformas de CMC são usadas para criar laços e capital social. O ciberespaço, ao constituir-se como um novo espaço de sociabilidades, gera também novas práticas e formas de relações sociais. Estas têm códigos e estruturas próprias. No entanto, estes códigos não serão inteiramente novos, mas antes uma re-formulação das já conhecidas formas de sociabilidade, agora adaptadas às novas condições espaço-temporais. (Amaral, 2014, p. 52)

No que diz respeito a essa nova geração da internet, o ciberespaço atua como uma “materialização da globalização em novas modalidades de sociabilidade” (Amaral, 2014, p. 51). Dessa forma, Amaral (2014) complementa quanto à composição dos fluxos de informação se moldar ao mesmo tempo que as ferramentas tecnológicas digitais também mudam e, em decorrência disso, a estrutura dos conteúdos e conversas é resultado de interações mediadas e novas práticas sociais digitais, resultando em uma afloração das redes sociais.

Ainda acerca deste tema, Barreto (1997) traz apontamentos complementares sobre as suas características: o ciberespaço é um ambiente que promove a interatividade e a interconectividade, o primeiro sendo entendido como a possibilidade de acessar um grande

volume de informação, promovendo diversas formas de interação com os usuários e o segundo caracterizado como a viabilidade dos atores deslocarem-se de um lugar de informação para outro, tornando-se, assim, seus próprios mediadores de informação, a partir das suas necessidades. Dessa maneira, essas duas especificidades indicadas pelo autor caracterizam um novo modelo de acessar e entender a informação dentro de uma realidade virtual.

Um dos aspectos a ser discutido dentro das mudanças promovidas pelas redes sociais dentro da cibercultura é a ideia da cultura participativa, descrita por Jenkins, Green e Ford (2014) como uma atitude em que os materiais produzidos pelas audiências dentro dessas redes promovem discussões e debates dentro das comunidades ativas. A sua disponibilidade em diversas plataformas, tais como YouTube, Twitter e Facebook, de rápido compartilhamento e em um formato acessível para quem está inserido no ambiente virtual, faz com que sejam fornecidos alicerces de construção de relacionamentos, com a valorização dos públicos e “como multiplicadores ativos que contribuem com um valor simbólico para a comunidade (...)” (Jenkins, Green & Ford, 2014, p. 228).

Resumidamente, é possível perceber que a introdução da internet e da comunicação móvel dentro da sociedade produz mudanças nas ações sociais dos indivíduos. A instituição de novas tecnologias possui uma importância nas relações daqueles que estão conectados em rede, por meio da intercomunicação de pessoa para pessoa ou de pessoas para os grupos sociais nos quais estão inseridas, a qualquer hora e a qualquer lugar, abrindo a possibilidade de cada um ter a liberdade de mudar de laços e redes quando quiser, em função das suas necessidades de informação e sensação de pertencimento (Santos & Cypriano, 2014). Dessa maneira, esse ambiente comunicacional e as plataformas de redes sociais que fazem parte dele, pela troca de ideias e conteúdos em diferentes formatos, promove a aproximação, criação de vínculos e produção/recepção de ideias de maneira descentralizada, além de uma nova dinâmica nos processos de comunicação interpessoal.

2.2. Ciberativismo: como as redes sociais e o ativismo se relacionam

Como já explanado anteriormente, o mundo vive hoje em uma sociedade em rede, que tem a internet como ferramenta fundamental e cujas interações são intermediadas por redes sociais como WhatsApp, Facebook e Twitter. Essas redes sociais funcionam como um meio democrático para pessoas se comunicarem, se organizarem e disseminarem informações e é por isso que abre espaço para mobilizações de cunho social.

Para embasar os conceitos de Era da Informação (datada do final do século XX e início do século XXI) trazida pela internet, Cassiano (2011), abrangendo teorias de Manuel Castells (2003), se refere aos meios de comunicação como extensões "do homem". A autora também traz à luz o fato de a internet ser uma parte fundamental da vida do "homem moderno", revolucionando a forma como ele se relaciona e dialoga, tornando-se uma pessoa ativa por meio das redes. Dessa maneira, abrem-se possibilidades de encontros entre usuários com ideais e ideias em comum.

É dentro desse espectro de um território onde a liberdade de expressão e a democracia podem ser promovidas que caminhos para a criação de manifestações e movimentos de ativismo são trilhados. Diversos autores apontam para o movimento zapatista, no México, como o principal precursor de manifestações que ficaram marcadas nas últimas décadas da história, como a Primavera Árabe (Egito e Líbia, em 2011), Occupy Wall Street (EUA, em 2011) e as Jornadas de Junho (Brasil, em 2013). Sobre o ambiente digital, Cassiano (2011) faz o seguinte apontamento:

Na Era da Tecnologia da Informação, usuários ativos não são apenas meros receptores de informações, eles são também produtores de conteúdo e dissipadores de ideias. Neste novo milênio, lutas, questionamentos, assentimentos ou ainda dissensões, podem ser feitos a partir dessa ferramenta universal, a internet. Como define Castells (2003: p. 114): "o ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques". (Cassiano, 2011, p. 09)

A estrutura da internet promove a criação do que Manuel Castells (2007) denominou "sociedade em rede", a qual se utiliza de tecnologias de informação e comunicação para se estruturar. Dessa maneira, ela está sempre em mutação constante, com uma mistura de tempos dentro dos seus canais de comunicação. Assim, as mais diversas atividades humanas no campo da política, da cultura ou da economia são interdependentes em um aspecto global e moldadas por essas tecnologias (Cassiano, 2011).

No contexto do novo milênio, Cassiano (2011) atenta para o fato da sociedade em rede travar uma luta constante por reconhecimento, identidades culturais e movimentos sociais globais. Especialmente dentro de contextos de crises democráticas, existe uma tendência a abrir novos espaços de luta com os meios de "comunicação e novas formas de tecnologia se tornaram princípios organizadores da sociedade" (Mazetti, 2007, p. 2). Dessa maneira, movimentos com pautas LGBT, ambientalistas, de camadas populares e das mulheres, em sua trajetória de busca por visibilidade e legitimidade, encontra nas redes sociais um espaço para disseminar as suas

ideias e, assim, reunir mais simpatizantes às suas causas. Cada vez mais, “ao mesmo tempo em que a sociedade se modifica através dos movimentos sociais, a internet se transforma junto com essa sociedade” (Cassiano, 2011, p. 14). Sobre esse assunto, Machado (2007) traz o seguinte apontamento:

Assim como outros aspectos das relações sociais mediadas por computadores, os conflitos e processos de mudança reverberam e se difundem nas redes telemáticas até alcançar o cotidiano das pessoas e “conquistar” suas mentes. Os agenciamentos para a mudança social ocorrem sob novos contornos, nos quais interação, intenção, conexão, identidade e ação desempenham papéis cada vez mais fundamentais, fazendo com que os atores sociais tenham uma extensão e influência cada vez maior, criando um ambiente propício à emergência de novas formas de ação coletiva. (Machado, 2007, p. 279)

Apesar de não ser necessariamente um espaço físico, a internet e, por conseguinte, as ações realizadas nas redes sociais ("curtir"⁴, "comentar", "compartilhar", "seguir", etc.), não deixa de ser um local real, ultrapassando barreiras geográficas e tecendo interações por meio de agentes também reais. Dessa maneira, Machado (2007) reuniu e descreveu algumas das principais características dos movimentos sociais cujas atuações começam dentro dos ambientes virtuais:

- Proliferação e ramificação dos coletivos sociais: devido à rapidez e ao longo alcance das redes sociais, há uma integração e disseminação de organizações civis e coletivos sociais, aumentando, assim, as formas de participação, acesso à informação e ramificações entre os referidos movimentos.
- Horizontalidade e flexibilidade das redes: as entidades que estão imersas no ambiente virtual tendem a ter uma maior flexibilidade na hierarquia, por meio de uma descentralização e integração em microrredes.
- Tendência coalizacional: possuem crescente atuação em forma de coalizão, em torno de interesses em comum e com alcance mundial.
- Existência dinâmica ou segundo objetivos ou fatos: possuem grande dinamismo e alcance, mas, ao mesmo tempo em que a sua ascensão pode ser meteórica, ela pode sumir.

⁴ No Brasil, dentro do Facebook, usa-se o termo “curtir”, enquanto em Portugal, utiliza-se o termo “gosto”.

- Minimalismo organizacional-material: a necessidade de possuir uma sede física para encontros e reuniões fica em segundo plano devido às possibilidades de associações a baixo custo.
- Universalismo e particularismo das causas: ao mesmo tempo em que os ideais defendidos pelos movimentos podem ter inclinação para aspirações menores e específicas, as lutas também podem se relacionar com quadros mais amplos e universais, como por exemplo, direitos humanos e combate ao racismo.
- Grande poder de articulação e eficiência: existe a viabilidade de preparativos para protestos simultâneos em diferentes lugares do mundo, podendo se materializar por meio de ações reais, que ultrapassam o virtual.
- Estratégias deslocalizadas de ideologias compartilhadas: as estratégias buscam unir as mais diversas identidades, objetivos, ideologias e visões de mundo que são comuns entre todos aqueles que estão distribuídos ao redor do globo, sendo a identidade e solidariedade os principais agentes para que esse elo possa acontecer.
- Multiplicidade de identidades / circulação de militantes: proporciona que os militantes estejam envolvidos simultaneamente com mais de uma causa e militar em múltiplos movimentos.
- Identidade difusa dos sujeitos sociais: devido ao anonimato e a multiplicidade de identidades, há uma dificuldade em atuar nas questões identitárias dentro dos movimentos sociais, pois os interesses dos que estão ligados em rede são cruzados e heterogêneos, tornando, dessa maneira, a luta mais relacionada a sujeitos sociais do que a indivíduos em si.

Esse ativismo relacionado com as novas redes é chamado por Mazetti (2007) de ativismo midiático, o qual pode ser entendido com a ajuda dos conceitos de mídia tática de *Culture Jamming*. O primeiro conceito diz respeito às experimentações da cultura do vídeo nas décadas de 1980 e 1990, na Europa, proporcionadas por uma revolução tecnológica que levou a um consumo mais democrático e rápido de utilização e distribuição de conteúdo independentes ou "faça você mesmo" para as televisões. Já o conceito de *Culture Jamming* foi cunhado nos anos 1980 e é apresentado pelo autor, tendo como base os estudos de Meikle (2002) e Klein (2002), como um conjunto de práticas para sabotar o conteúdo transmitido pelas mídias tradicionais, ou

seja, um movimento relacionado a ações antipublicitárias e antipolíticas, demonstrando um caráter político.

Como já explanado, é possível notar um aumento na tendência de vontade de transformações em diversos âmbitos, levando a um aparecimento cada vez maior de movimentos e voluntariados. Dito isso, Machado (2007) aponta para uma modalidade de ativismo político que vem se tornando cada vez mais comum, o chamado hackerismo:

O hackerismo inclui formas muito diferentes de atuação, que envolvem problemas tão diversos como de difícil interpretação no que se refere aos enfoques tradicionais sobre o direito internacional, a democracia, as liberdades civis, as formas de organização política e identidades e valores sociais. (Machado, 2007, p. 271)

Isso posto, embora as redes sociais tenham sido um facilitador para manifestações, discussões e protestos e onde qualquer pessoa se sente à vontade para se autointitular um ativista, é preciso não apenas se limitar ao âmbito virtual. A internet e as redes sociais são apenas o início da luta, devendo estender-se para fora dela e agindo de forma incisiva na batalha para conquistar, de fato, os seus ideais (Cassiano, 2011). Para isso, faz-se necessário lutar também por um acesso mais democrático à internet em todas as esferas da sociedade e contra os tipos de censura ainda existente de poderes corporativos e grandes conglomerados de mídia.

Dentre as plataformas de redes sociais existentes, há de se destacar a atuação do Facebook como um dos principais expoentes para as atividades dos mais diversos grupos de ativismo, sendo mais popularizado devido à "cultura do instantâneo e do efêmero, funcionando através de processos simplificados de comunicação (...) Como tal, promove o desenvolvimento de episódios 'virais', a mobilização rápida (...)" (Simões & Campos, 2016, p. 114). Também é possível dar destaque para os posts em blogs, ainda que eles sejam considerados espaços cujo conteúdo e "uma concepção da atividade cívica e política que exige um exercício de reflexão mais aprofundado, informado e duradouro" (Simões & Campos, 2016, p. 114).

Também é imprescindível mencionar os efeitos que a rede de microblog Twitter têm feito para fortalecer e amplificar as vozes de diversas movimentações de ciberativismo. O Twitter, junto com o Facebook e o YouTube, foi primordial para o alcance da denominada Primavera Árabe, ocorrida em 2010, considerada um dos principais expoentes das revoluções ativistas iniciadas nas plataformas de redes sociais com alcance global das últimas décadas. A movimentação contou com atividades as quais envolviam técnicas de resistência civil, greves, manifestações e passeatas,

e a partir disso Magalhães (2018) atenta para o fato das redes sociais funcionarem não apenas na organização dos levantes, mas também para chamar a atenção da comunidade internacional face às censuras sofridas por parte dos Estados.

Seguindo na mesma trilha que a Primavera Árabe, os Estados Unidos foram palco do movimento Occupy Wall Street, quando, unidos contra os efeitos do neoliberalismo (desigualdade econômica, corrupção e interesses de grandes corporações acima dos interesses do povo), manifestantes ocuparam o coração financeiro da cidade de Nova York em 2011.

O Brasil também teve o seu representante de movimentação de cunho político e ativista durante as chamadas Jornadas de Junho de 2013. Elas tiveram início com revoltas acerca do aumento dos bilhetes nos transportes públicos, transformando-se em movimentações com pautas heterogêneas, inclusive pedidos a favor e contra o impeachment da então presidente Dilma Rousseff (Magalhães, 2018). Ainda de acordo com a autora, os movimentos tiveram início organizando-se por meio das redes sociais e eventos criados no Facebook visando alertar os que se identificavam com as pautas abordadas. Em seu ápice, cerca de 1.2 milhões de brasileiros estavam protestando nas ruas do país e as suas lutas não foram representadas de forma imparcial pelas mídias tradicionais, gerando imensas mobilizações no Twitter, tal como a hashtag #Nãoépelos20centavos, demonstrando, assim, a confiança por parte dos brasileiros nas mídias digitais "não apenas como um meio de convocação das manifestações, mas como fonte de informação considerada mais 'imparcial' (...) e para a análise da manipulação mediática do movimento" (Magalhães, 2018, pp. 200/201).

Em se tratando de mobilizações recentes, a morte de George Floyd por dois policiais desencadeou protestos em todo o território estadunidense e reascendeu a hashtag #BlackLivesMatter, utilizada pela primeira vez em 2013, quando Alicia Garza postou em suas redes sociais estas mesmas palavras em um gesto de solidariedade à injustiça feita contra um rapaz negro de 17 anos morto por um policial branco na Califórnia (Lusa, 2020). Após a onda de protestos antirracistas que eclodiu nos Estados Unidos, uma parte da população branca brasileira despertou para o genocídio das pessoas negras ou falta de representatividade em posições de destaque dentro do próprio país, fazendo com que, assim, aderissem à versão nacional do #BlackLivesMatter, utilizando-se da hashtag traduzida: #VidasNegrasImportam. Em junho de 2020, diversas manifestações antirracistas ocorreram em diversas cidades brasileiras e postagens nas redes sociais de famosos, ativistas e campanhas de ocasião de canais de jornalismo ajudaram a chamar a atenção para a causa (Pires, 2020).

Em seguida, a expressão tornou-se uma forma de organização contra a violência policial contra pessoas negras e, com a repercussão do caso George Floyd, deu-se o estopim para mobilizações online. Uma delas foi o #BlackoutTuesday, quando uma tela preta era compartilhada nas redes sociais como uma forma de prestar solidariedade ao movimento #BlackLivesMatter e recebeu apoio de inúmeras pessoas. Além disso, o movimento ultrapassou o ambiente digital para se tornar uma organização política, levando milhares de pessoas às ruas visando a conscientização do abuso e violências cometidas por autoridades policiais (Mandelli, 2020).

As redes sociais têm sido apontadas como uma nova forma de se fazer ativismo, podendo ser analisadas em torno do seu poder de "criar meios e projetar as suas vozes às mais extensas audiências" (Magalhães, 2018, p. 42). A chamada sociedade em rede, conceito cunhado por Manuel Castells (2007), ressignifica os valores e a união de diferentes identidades em prol de lutas em comum. Práticas de ciberativismo promovem uma integração entre a participação cidadã, sociedade e esfera política.

Dessa forma, é possível verificar que as comunicações mediadas por computador cada vez mais têm dado voz às organizações devido à facilidade da disseminação de informações produzidas, reproduzidas e expressadas em torno de identidades e interesses em um curto espaço de tempo, graças a uma comunicação rápida, barata e com grande alcance. Além disso, apresentando aqui as ideias de Machado (2007), a presença de movimentos sociais dentro da rede mundial de computadores tem colaborado para que as demandas sociais tenham mais força, mostrando novas formas de se fazer política e organização de ações.

2.3. Ciberfeminismo: feminismo contemporâneo e como ele se manifesta no meio online

No tópico anterior deste trabalho, foram apresentados os conceitos de cibercultura e sociedade em rede, os quais têm mudado a forma como as pessoas interagem e se manifestam acerca de diversos assuntos, especialmente na comunicação mediada por computador. Por essas plataformas, inúmeros movimentos sociais encontraram um espaço seguro para discutir, se movimentar e expor as suas ideias, e com o movimento feminista não foi diferente.

Alguns estudos selecionados por Rhodes (1995) e referenciados por Cerqueira (2015) apontam que a relação entre a chamada mídia *mainstream* e o feminismo ocorre desde as suas primeiras manifestações, tanto para promover quanto para ir contra os objetivos das militantes feministas, contribuindo, dessa maneira, para uma imagem limitada do movimento e seus ativistas, além de reduzir o reconhecimento e legitimidade das causas defendidas por ele, graças

a notícias de cunho tendencioso. A relação entre as mídias *mainstream* e o movimento feminista resulta na procura de plataformas dentro da Internet que abrem possibilidades de dinamizar as suas lutas (Cerqueira, 2015).

Cerqueira, Ribeiro e Cabecinhas (2009) indicam que a internet e as suas ferramentas abrem novas possibilidades para o feminismo e libertação das mulheres, em especial os blogs, de tal forma que eles funcionam como uma ponte de visibilidade, uma vez que, normalmente, assuntos relacionados a direitos e desejos das mulheres são rejeitados em vários formatos informativos e de opinião das mídias tradicionais.

Nos anos 1980, mesma época do início do movimento da cibercultura, foi cunhado o termo ciberfeminismo, o qual, mais tarde, estaria aliado à *World Wild Web* (www) (Dutra, 2018). A autora também traz uma outra definição para o termo ciberfeminismo baseada nas teorias de Plant (s/d), sendo o movimento uma união entre as mulheres, máquinas e as novas tecnologias em prol de sua libertação, ocupando espaços dentro de uma cultura digital que até então era dominada pelo gênero masculino.

Apesar de, no início, o termo ciberfeminismo estar relacionado com as relações entre as mulheres e as tecnologias, a popularização da internet fez com que o vocábulo tivesse outro aspecto prático. Wirth-Nogradi (2014) acrescenta à discussão o fato do ciberfeminismo tratar do sexismo vigente não só no dia a dia, seja na rua ou em ambientes de trabalho, mas também o cibersexismo.

A partir desses aspectos, Dutra (2018) traz apontamentos acerca de uma ascensão nessa nova maneira de se comunicar e, dessa forma, executar projetos com alta relevância dentro de aspectos práticos da militância feminista, especialmente depois do uso da internet banda larga. Tendo à disponibilidade ferramentas, em sua maioria, gratuitas, blogs, páginas e perfis em redes sociais tornaram-se essenciais para os movimentos feministas mundo afora, aproximando as várias demandas políticas, sociais e culturais que envolvem o universo de luta das mulheres. Dessa maneira, Dutra (2018) ainda realça mais uma característica importante do movimento: os grupos de mulheres passam a ter uma atuação integrada não apenas no ambiente virtual, mas também fora dele, "não conseguindo mais desassociar o feminismo do ciberespaço" (2018, p. 24). Ainda acerca dos impactos do ciberfeminismo, Dutra (2018) diz:

No tocante ao Ciberfeminismo enquanto movimento social, esse consegue ressignificar elementos do feminismo a partir das novas tecnologias e dos espaços ocupados pelas mulheres. Extrapolando as fronteiras utilizando as redes sociais, fez mulheres das mais variadas classes sociais, religião,

raça/etnia e gênero se unirem para a subversão no processo de comunicar e resistir. (Dutra, 2018, p. 25)

Um dos primeiros e mais emblemáticos levantes feministas organizados a partir das redes sociais é o chamado *Slut Walk* (em português, "Marcha das Vadias⁵"), originada por estudantes canadenses por meio de um evento do Facebook levando cerca de 4 mil mulheres às ruas de Toronto, muitas delas as quais não tinham nenhum histórico de uma militância ativa. Essas manifestações foram desencadeadas após uma palestra de um policial cujo discurso se apoiava no fato de que mulheres, para não serem estupradas, parassem de se vestir como *sluts* ("vadias", em tradução para o português). Dessa maneira, a Marcha saiu em prol do combate à cultura do estupro e da violência contra as mulheres e contra o discurso vigente, o qual culpabilizava as vítimas de violência sexual.

Um dos impactos desta marcha, apontado por Oliveira e Silva (2016), foi impulsionar a criação de diversos coletivos feministas com encontros presenciais e e outros eventos que foram além do virtual. O Coletivo Marcha Mundial das Mulheres observa a transformação dos espaços virtuais como sites, blogs e mídias sociais em fóruns de discussão sobre feminismo, como aponta Wittekind (2016), além de ressaltar a importância das ferramentas virtuais como forma de ajuda para impulsionar ações feministas, sendo a sua ausência um fator de dificuldade para a organização de mobilizações. Ainda acerca desta temática, a autora propõe mais uma reflexão:

Segundo a escritora do site Blogueiras Feministas, Talita Santos Barbosa (2015), o feminismo não teve início na internet, as feministas vêm lutando há muito tempo por seus direitos, mas para Barbosa, a internet é um novo canal, para descobertas de novos horizontes, perspectivas e saberes. Salienta que o ciberespaço como uma transposição da vida social, é como se fosse uma reestruturação do mundo físico para o virtual. Acredita também que o espaço cibernético facilita a popularização do feminismo na vida das pessoas pelo país e que esses movimentos sociais virtuais são tão válidos quanto as ações físicas. (Wittekind, 2016, p. 17)

Em resumo, apesar das manifestações nas ruas e organizações em plenárias ainda serem práticas recorrentes dentre os coletivos feministas, Malcher (2016) reforça que outros formatos de manifestação só foram possíveis graças à propagação nas redes sociodigitais e novas

⁵ No Brasil, o movimento ficou conhecido pelo nome Marcha das Vadias. Retirado de: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/marcha-das-vadias-chega-ao-brasil>

tecnologias. Isso posto, a autora menciona mais uma tendência do ciberativismo: o uso de hashtags ou palavras-chaves utilizadas para compor uma ideia, seja ela testemunhos de algum tipo de opressão acompanhado de denúncia ou “a centralidade da imagem fotografada para o desenvolvimento de uma manifestação estética” (Malcher, 2016, p. 01).

A utilização de hashtags e imagens para dar visibilidade a um movimento são utilizadas visando a maior aderência a ele, e, de acordo com Malcher (2016), unifica movimentos difusos e conflituosos, ao mesmo tempo em que se mostra um formato discursivo cuja dimensão atinge até pessoas que até então não compactuavam com as ideias feministas. Dessa maneira, a relevância das manifestações vai além de um debate fechado a grupos específicos, mostrando a várias mulheres que as suas adversidades não são isoladas.

Embora as redes sociais sejam utilizadas como um meio mais dinâmico de difusão de ideias dos movimentos feministas devido aos atos de compartilhar, curtir e comentar, também é preciso dar os devidos créditos à importância dos meios digitais estáticos, tais como websites. Tal conceito é formulado por Wirth-Nogardi (2014), ao mostrar a importância deles para a comunicação de ONGs, firmando-se como ambientes onde podem ser encontrados comunicados sobre atividades das organizações, materiais de autoajuda e folhetos informativos de aconselhamento para todos.

Nos tempos atuais, já não é mais possível desassociar a igualdade de gênero e o uso das novas tecnologias, estabelecendo suas identidades por meio de novas relações e interpretações de pensamento crítico. Dessa maneira, Dutra (2018) estabelece que o ciberfeminismo rompe fronteiras ao disseminar campanhas por meio do ambiente virtual e, assim, unir mulheres em prol de um ou vários pontos em comum, transpondo a barreira do virtual para o real.

2.3.1. Ciberfeminismo no Brasil

No Brasil, o movimento feminista foi mais sistemático durante a época do Regime Militar, como já explanado anteriormente. A partir disso, manifestos e coletivos tomaram conta de universidades e organizações de bairros. Apesar da luta feminista no Brasil ter uma trajetória longa, o tema ainda era tratado como tabu em diversos ambientes, fossem acadêmicos ou familiares.

Com a popularização da internet no país, o uso dela pelas feministas brasileiras levou à criação de campanhas impulsionadas por redes como o Twitter e o Facebook, sempre levantando pautas como assédio, machismo e misoginia por meio de hashtags, textos e outros manifestos

espalhados em espaços disponibilizados na rede (Dutra, 2018). Em seus escritos, Wittekind (2016) chama atenção para o fato da explosão de hashtags com relatos de assédio abrirem um leque de discussões sobre o que é ser feminista e/ou sobre o movimento feminista no âmbito nacional.

No período compreendido entre os anos 2015 e 2016, denominado como "Primavera das Mulheres"⁶, as tags #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #AgoraÉQueSãoElas dominaram os *Trending Topics* do Twitter, em uma ação que mobilizou de milhares de mulheres brasileiras, as quais levaram a público os seus relatos de experiências de opressão de gênero, machismo, abuso, dentre outros. Dessa maneira, como aponta Dutra (2018), as ações fortaleceram a identidade feminista ao desconstruir estereótipos há muito tempo reproduzidos e cultivados em relação ao movimento de luta das mulheres e também promover uma identificação entre aquelas que compartilham as duas histórias.

A Primavera das Mulheres, como apontado por Oliveira e Silva (2016) eclodiu a partir da insatisfação das mulheres brasileiras acerca das pautas conservadoras do Congresso Nacional e dos projetos de lei, de autoria do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em torno dos direitos reprodutivos femininos e atendimento às mulheres vítimas de estupro. Somando-se a isso, as insatisfações de outros setores oprimidos dentro da sociedade brasileira, tais como população negra e LGBT, encabeçaram a movimentação #ForaCunha, também significativa nas redes sociais.

Os resultados dessas movimentações foram apurados pela ONG feminista brasileira Think Olga, e indicaram um expressivo crescimento de 354,5% nas pesquisas sobre os termos "empoderamento feminino" e "feminismo" entre os meses de janeiro de 2014 e outubro de 2015, sendo este último considerado o "ano do feminismo na internet".

⁶ Retirado de: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>

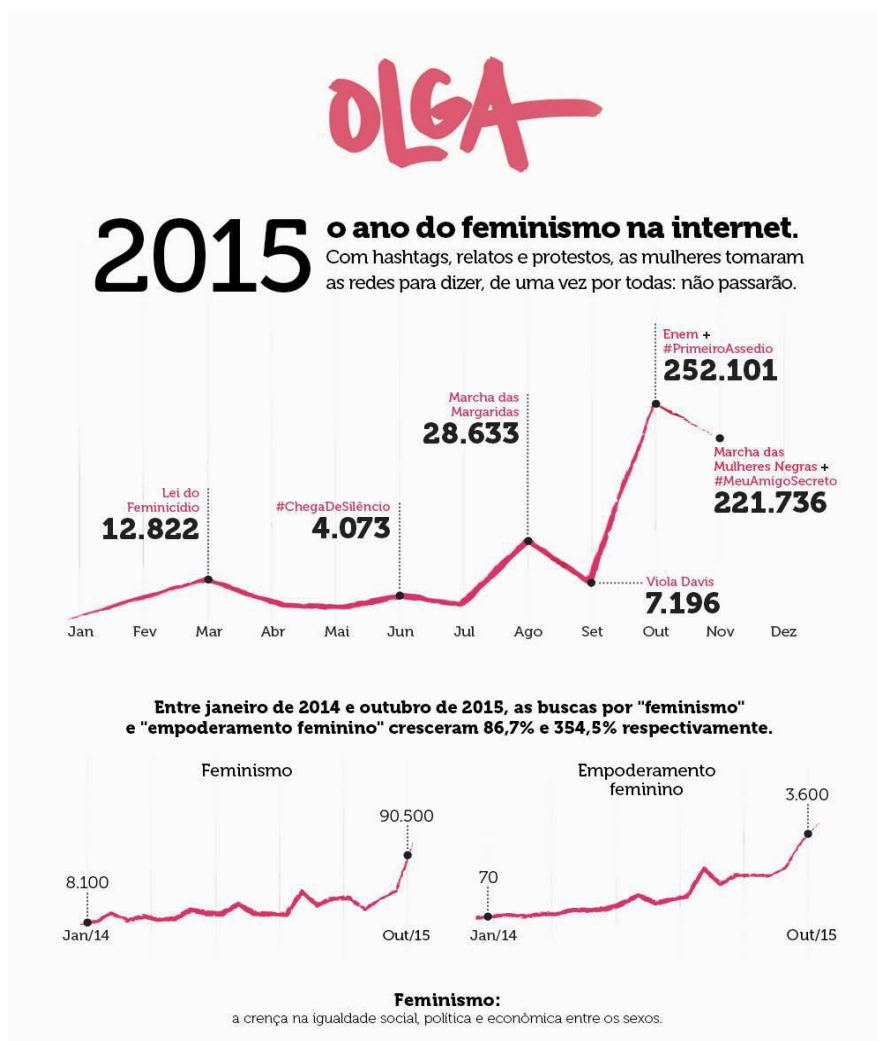


Figura 1: Gráfico de resultados das movimentações feministas brasileiras na internet
Créditos: Think Olga e Organic News Brasil (2015)

A ONG Think Olga, que começou como um coletivo online, foi um dos principais expoentes da Primavera das Mulheres, por ter sido o coletivo que lançou a hashtag #MeuPrimeiroAssédio após comentários sexistas sobre uma participante de 12 anos de um programa de televisão brasileiro. De acordo com dados apontados por Maiana Diniz, da Agência Brasil (2016), a hashtag foi usada mais de 100 mil vezes na rede de microblogs com inúmeros relatos do primeiro caso de assédio sofrido pelas mulheres e, durante a campanha, mais de 11 mil buscas sobre o que é assédio foram feitas no Google. Ainda sobre o poder das hashtags, Wittekind (2016) faz o seguinte apontamento:

Para o Coletivo Think Olga, o feminismo deixou de ser apenas manifestações de rua e ganhou espaço nas redes sociais, lugar que fez com o assunto fosse debatido e ganhado espaço na mídia. O maior poder das hashtags é a ampliação de divulgação sobre o tema. Com o debate sobre o assunto por

meio dessa ferramenta, surgiram novas possibilidades para a discussão sobre o feminismo. Trouxe debates como o empoderamento feminino, assédio verbal, sexual, violência doméstica e outros assuntos para reflexão da sociedade. (Wittekind, 2016, p. 16)

Em novembro de 2015, outra hashtag dominou os assuntos mais comentados no Twitter: iniciada pelo coletivo Não Me Khalo, #MeuAmigoSecreto⁷ buscava expor comportamentos invasivos e constrangedores até então considerados como brincadeira aos olhos da sociedade brasileira. Por ter sido lançada no fim do ano, época em que coincide com confraternizações de Natal das empresas, surgiu como um paralelo à dinâmica do "Amigo Secreto", que envolve troca de presentes entre os participantes. Nesse caso, a troca era divulgar histórias de opressão, sem revelar a identidade do opressor, que normalmente era um pai, tio, amigo da família ou até mesmo chefe.

Uma característica comum aos movimentos é o seu surgimento de forma espontânea, com a sua divulgação feita especialmente por internautas mulheres, não só apenas dentro das próprias redes sociais, mas também em outras plataformas digitais, tais como portais de notícias, indicando uma viralização das campanhas, transpondo-as para os *mass media* e promovendo uma apropriação delas por marcas (Freire, 2016). Dessa maneira, é possível perceber os resultados desses movimentos em termos práticos: de acordo com reportagem da Revista Fórum (2015), as denúncias de agressões domésticas feitas por mulheres entre janeiro e outubro de 2015 subiram em cerca de 40% se comparado com o mesmo período do ano anterior, mostrando a contribuição dos debates e visibilidades às pautas de movimentos feministas articulados via redes sociais para encorajar mulheres. Freire (2016) reforça a ideia que essas movimentações ajudam a aumentar as vozes de mulheres e geram debates acerca dos mais diversos temas ao promover a identificação das participantes com outras, ainda que seja difícil mensurar de forma isolada a real efetividade das campanhas.

2.3.2. Ascensão dos debates feministas e o *backlash* no meio digital

Em meio à crescente onda de discussões sobre feminismo se disseminando nos mais diversos meios de comunicação, não apenas os novos, mas também os tradicionais, vem surgindo também uma nova onda do que tem sido chamado como "antifeminismo" ou "*backlash*", que consiste em discursos contrários aos que os movimentos feministas vêm pregando. Sendo assim,

⁷ Disponível em: <https://naomekahlo.com/project/meuamigosecreto/>

aqueles cujas ideias vão de acordo com o antifeminismo utilizam-se de atitudes que vão desde discursos para deslegitimar as feministas, até atos mais extremos, tais como agressões físicas e verbais, além de ameaças à integridade física das militantes.

Faludi (2001), em sua obra, caracterizou o *backlash* como sendo uma resposta às investidas e avanços dos movimentos feministas no que diz respeito aos direitos das mulheres. Criado nos anos 1980, tinha como a mídia seu principal aliado, sustentando o discurso no qual o excesso de independência tem relação com os sentimentos de angústia e insatisfação das mulheres, concomitantemente, tem desfeito os avanços no campo da política e do trabalho.

Ainda na mesma linha, Faludi (2001) indica que, a princípio, o *backlash* busca prender as mulheres nos papéis sociais "aceitáveis", os quais consistiam em ser uma chamada "filhinha de papai" e uma procriadora ativa, reestabelecendo a ordem tradicional entre os gêneros, batendo de frente com o feminismo vigente, pelo qual mulheres buscavam convencer as outras acerca da sua liberdade e não serem definidas pela cultura ou pelos homens.

O espaço criado pela cibercultura nas redes sociais proporcionou a circulação de ideias de forma ativa, com criação de conteúdo. Nesse espectro, o discurso de ódio às feministas nas redes sociais é como "uma atualização online de um preconceito contra mulheres que se manifesta desde os tempos remotos" (Anjos, 2017, p. 2). No ambiente online, é possível encontrar inúmeras páginas empenhadas em proferir, em uma abordagem mais moderna, ideias erradas sobre a mulher, tais como histérica e ressentida. Ainda sobre este assunto, Anjos (2017) elucida o pensamento a seguir:

Emma Jane (2014) apresenta o conceito de *gendered e-bile*, que pode ser traduzido como proliferação de discursos hostis e misóginos na Internet, e defende que, apesar de o meio online ser novo, o fenômeno do *e-bile* possui raízes numa tradição discursiva muito mais antiga: tais discursos são novas articulações da misoginia, da crença da inferioridade das mulheres. O alastramento nas redes sociais de piadas, publicações, comentários, ameaças e outros tipos de conteúdo que denigrem (sic) mulheres são sintomáticos para revelar a maneira incansável como a retórica da misoginia e violência de gênero continua crescente na sociedade atual. (Anjos, 2017, p. 2)

Na internet, as investidas violentas contra as mulheres se manifestam nas mais diversas formas: assédio, roubo de identidade, publicação de fotos sem consentimento e a prática do chamado *doxing*, que consiste na divulgação pública de dados pessoais, tais como endereço e

telefone (Engler, 2018). Dessa maneira, é como se as feministas, pelo simples fato de serem mulheres, tivessem que pagar um preço mais alto por falar o que pensam. Engler (2018) também faz um importante apontamento sobre o antifeminismo: este não é um fenômeno surgido com o advento das redes sociais, mas de muitos séculos, a exemplo das sufragistas, que eram espancadas em praça pública, perdiam seus empregos e até mesmo a guarda dos filhos apenas por reivindicarem o direito das mulheres ao exercício do voto.

Dessa forma, é como se a própria arquitetura da internet facilitasse "a ligação entre misoginia e uma cultura neoliberal de performance hipersexualizada da feminilidade, a qual atravessa em particular as redes sociais e reifica os significantes de diferença de gênero" (Álvares, 2017, p. 103). A autora também chama a atenção para a multiplicação dos chamados *trolls* da internet, um dos problemas específicos deste ambiente, os quais, utilizando-se de um pseudônimo, escondem a sua verdadeira identidade para provocar perturbação, seja por meio de manipulação ou de comentários provocatórios e intimidatórios. O *gender trolling*, termo utilizado por Álvares (2017), é o tipo de *troll* cujos alvos são as mulheres, e seus ataques vão desde insultos sexualizados, *body shaming* (comentários críticos e ofensivos aos corpos das mulheres) à ameaças de violência sexual.

No Brasil, um dos casos mais emblemáticos dessas reações de ódio a feministas teve como principal vítima a professora universitária e blogueira Lola Aronovich, a qual recebeu inúmeros ataques por parte de uma quadrilha composta por homens cujo objetivo era espalhar xingamentos e mensagens de intolerância não apenas às mulheres, mas também a negros, comunidade LGBT e outras minorias. Em 2018, o principal articulador da quadrilha foi preso, após 11 boletins de ocorrência registrados pela blogueira e, no mesmo ano, Aronovich expôs toda a sua luta contra a misoginia do grupo em uma matéria no jornal The Intercept Brasil.

No entanto, a onda de ataques aos movimentos feministas não vem apenas da parte de homens. Muitas mulheres fazem coro às vozes do antifeminismo, especialmente pela hashtag #WomenAgainstFeminism (Mulheres contra o feminismo) em diversas plataformas de redes sociais, saindo em defesa das famílias tradicionais e do ideal de mulher que, segundo elas, vem sendo esquecido com o excesso de direitos e liberdades dado às mulheres.

Nos últimos tempos, é perceptível o crescimento de uma onda antifeminista por parte de mulheres jovens na Europa e na América do Norte. Segundo Scharff (2019), pesquisas apontaram que, ao mesmo tempo em que há uma ascensão dos debates e dos protagonismos do movimento feminista, há também uma crescente parcela das mulheres que não se sentem representadas

pelo termo, tendo em vista a persistência concepções redutoras e equivocadas sobre o feminismo, tais como o feminismo ser sinônimo de "ódio aos homens", "lesbianismo" ou "ausência de feminilidade".

À vista do que foi exposto anteriormente, é possível chegar à conclusão de que, devido ao anonimato proporcionado pela internet, os usuários ficam mais desinibidos para expor os seus preconceitos e propagar o ódio. Em se tratando do chamado *backlash* relacionado aos movimentos feministas, o incômodo causado pelas vozes das mulheres no ambiente digital promove uma reação contrária de uma parte dos usuários, o que ameaça, muitas vezes, a integridade física e moral do outro.

2.3.3. Análise de base de dados de páginas feministas brasileiras nas redes sociais

A criação de blogs, páginas no Facebook e sites também se destaca no Brasil na construção de um feminismo contemporâneo, como bem aponta Oliveira e Silva (2016), especialmente em páginas como Blogueiras Feministas, Geledés, Blogueiras Negras, Empodere Duas Mulheres, dentre outras. Essas redes feministas virtuais têm conquistado seu espaço na internet de forma a difundir ideias, protestos e ser um espaço seguro de informação e apoio. Ainda sobre essas páginas, Rodrigues (2016) diz:

São redes online feministas que têm se apropriado da internet e das redes sociais virtuais de maneira a promover a informação de pautas antes negligenciadas pela mídia tradicional, a expansão da rede feminista no país e possibilitar que diferentes mulheres tenham voz e exponham seus pontos de vistas e problemas sobre o que é ser mulher no Brasil, considerando, inclusive, os seus fatores interseccionais, como raça e classe social. (Rodrigues, 2016, p. 86)

Cerqueira, Ribeiro e Cabecinhas (2009) atentam para o papel do universo da blogosfera ter uma importância significativa como local de expressão dentro do espaço público, dando voz àquelas cujas vozes são silenciadas ou diminuídas, promovendo, assim, uma forma de democratização do acesso à palavra. Dentre os que compõem essa esfera de vozes silenciadas e diminuídas estão as mulheres, que podem apresentar as suas identidades no ciberespaço. Ainda segundo as Cerqueira, Ribeiro e Cabecinhas (2009), apesar da ampliação de possibilidades de atividade proporcionadas pelas novas mídias, a participação feminina no que se refere a uma representação na imprensa digital ainda se encontra desigual.

Dessa forma, os blogs feministas brasileiros encontraram, no ciberespaço, um ambiente propício para a propagação das suas ideias de forma democrática e acessível, ao mesmo tempo em que o Brasil vem passando por um momento de ascensão de políticas conservadoras e comentaristas tem cada vez mais espaço dentro dos meios de comunicação, dando um novo tom ao jornalismo de opinião brasileiro (Ortellado, 2015).

Hoje autointitulada ONG, o blog Think Olga é uma das maiores plataformas virtuais brasileiras quando se trata de empoderamento feminino e combate ao assédio. Em 2013⁸, o então coletivo lançou a campanha virtual #ChegadeFiuFiu⁹, contra o assédio em espaços públicos. No ano seguinte, foi lançado o Mapa Chega de Fiu Fiu, que reúne denúncias e relatos de assédios em vários lugares do Brasil, tudo feito de forma espontânea e colaborativa. Dessa maneira, a Think Olga transformou-se em uma das maiores vozes contra o assédio no Brasil, tendo como resultado um estudo online e uma cartilha sobre assédio sexual em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Também foi uma das principais responsáveis pela campanha virtual #PrimeiroAssédio, cujo compartilhamento de histórias de assédio por parte de leitoras e outras usuárias do Twitter fez com que a mesma campanha reverberasse em outros países como Chile e Reino Unido.

O foco principal da Think Olga é a criação de um impacto positivo na vida das mulheres por meio da comunicação, tendo desenvolvido uma série de iniciativas com grande repercussão nacional, influenciando, dessa forma, o desenvolvimento de diversas políticas voltadas para as mulheres¹⁰. A ONG possui expressiva participação nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e LinkedIn), somando milhões de seguidores nas mais diversas plataformas digitais, e seu conteúdo engloba a divulgação dos seus projetos, os quais incluem laboratórios e jornadas, divulgação de campanhas, postagens de cunho informativo, além de funcionar como um espaço de discussões e debates de temas que envolvem o universo de direitos e lutas feministas. No Facebook, a página conta com mais de 172 mil curtidas e, no Instagram, 81,9 mil seguidores. O Site do Think Olga, atualmente, funciona como um espaço para hospedar os projetos, jornadas promovidas pelo coletivo e conteúdos informativos para a igualdade de gênero.

⁸ Disponível em: <https://thinkolga.com/projetos/chega-de-fiu-fiu/>

⁹ Disponível em: <http://chegadefiufiu.com.br/>

¹⁰ Disponível em: <https://thinkolga.squarespace.com/quem-somos>



Figura 2: Página do Facebook Think Olga
 Fonte: Facebook Think Olga (2020)

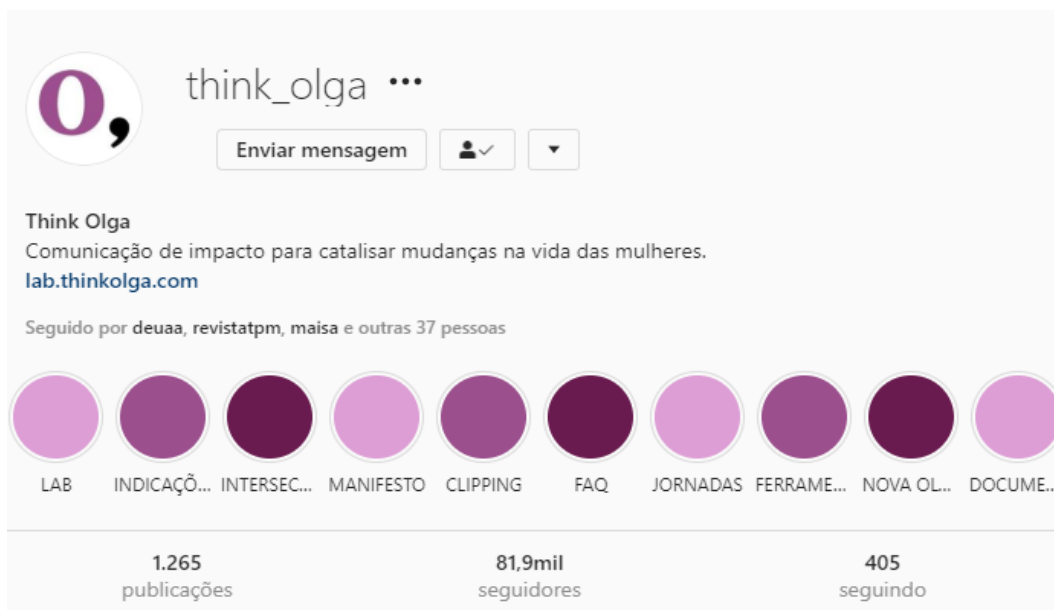


Figura 3: Página do Instagram Think Olga
 Fonte: Instagram Think Olga (2020)

Outro nome forte na luta feminista brasileira, cujo reconhecimento se deu a partir da criação de um grupo na rede social Facebook em 2013 para discussões sobre feminismo, é o coletivo Não Me Khalo. Após um crescimento exponencial, foi criada a página do coletivo, também na mesma rede social, para difundir as ideias antes restritas ao grupo. A grande ascensão do coletivo se deu em 2015, ao lançarem nas redes sociais a hashtag #MeuAmigoSecreto, que compartilhava histórias de assédio, resultando em um livro chamado *#MeuAmigoSecreto*:

Feminismo além das redes (cuja edição em Portugal foi lançada sob o título de *#NãoMeKhalo: feminismo além das redes*)¹¹.

Atualmente, a Não Me Khalo é uma ONG que também conta com uma forte presença nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram e YouTube) e cujos números, somados, ultrapassam a casa dos milhões de seguidores. Apenas no Facebook, somam-se mais de um milhão de curtidas e, no Instagram, 115 mil seguidores. O conteúdo compartilhado pelo coletivo nestas plataformas trata sobre estudos feministas, interseccionalidade, dicas de filmes, série e livros, além da divulgação de artigos do blog da própria ONG.



Figura 4: Página do Facebook Não Me Khalo
Fonte: Facebook Não Me Khalo (2020)

¹¹ Disponível em: <https://naomekahlo.com/sobre-2/sobre/>

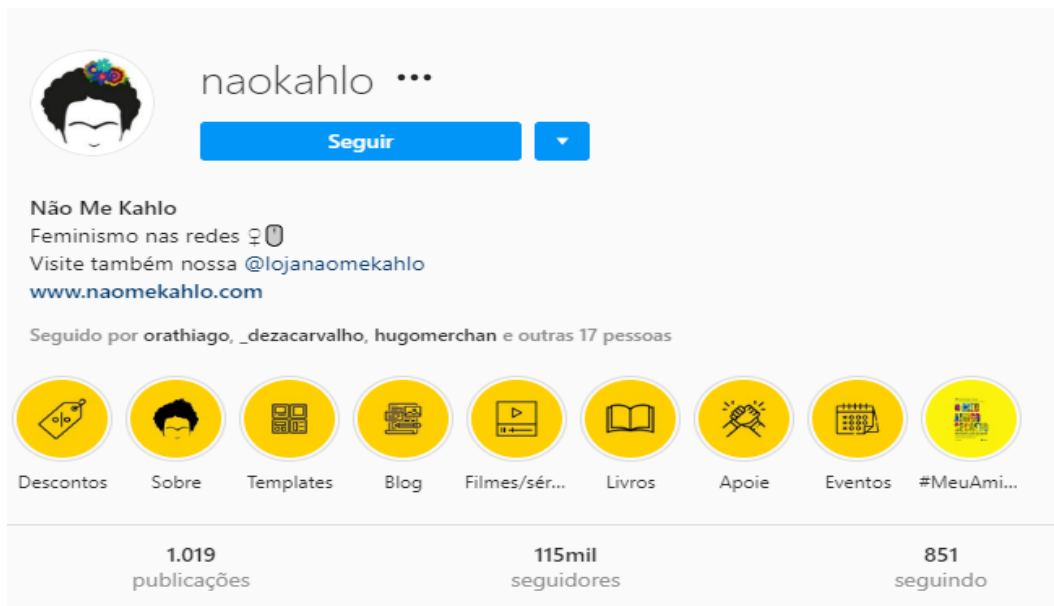


Figura 5: Página do Instagram Não me Khalo
Fonte: Instagram Não Me Khalo (2020)

O Blog Blogueiras Negras também tem bastante força no universo de discussões virtuais sobre feminismo, o qual surgiu a partir de um outro site, nascido por meio das aproximações de discussões sobre o Dia da Consciência Negra e o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. A partir disso, foi descoberto um nicho de blogueiras negras e afrodescendentes que, juntas, criaram um espaço de visibilidade para produções ao combate ao racismo, sexismo, transfobia, gordofobia e tantas outras lutas de grupos oprimidos¹². Dessa maneira, a página Blogueiras Negras firma-se como um espaço de acolhimento, empoderamento e visibilidade especialmente para mulheres negras.

Com uma comunidade com cerca de 200 autoras, o coletivo conta com um blog onde é possível que a comunidade de leitoras envie publicações e artigos e que reúne os projetos do coletivo. Nas redes sociais, o Blogueiras Negras é um blog com considerável relevância, pois reúne 33,4 mil seguidores no Instagram e mais de 220 mil curtidas no Facebook. Nessas plataformas, assim como em outras, como Twitter, YouTube e SoundCloud, as organizadoras do coletivo buscam divulgar textos, pesquisas, e-books, episódios de podcasts, dentre outros materiais cujos conteúdos tenham a ver com as propostas principais da organização.

¹² Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/quem-somos/>



Figura 6: Página do Facebook Blogueiras Negras
 Fonte: Facebook Blogueiras Negras (2020)

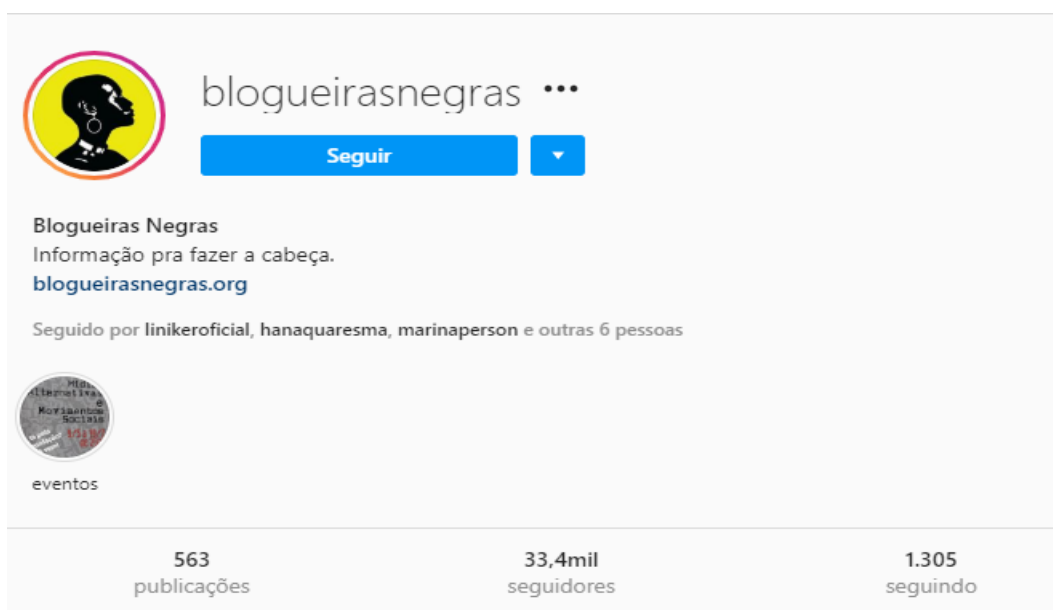


Figura 7: Página do Instagram Blogueiras Negras
 Fonte: Instagram Blogueiras Negras (2020)

A página Empodere Duas Mulheres também é expoente no universo de páginas sobre feminismo no Brasil, idealizada por May Fanucci. Criada em 2015, tem o intuito de ser uma plataforma de união, empoderamento e acolhimento de mulheres, cujo conteúdo engloba questões que envolvem suas inseguranças, dificuldades e vitórias. Ainda de acordo com a criadora, o espaço funciona como um canal de contato trazendo hoje a voz do amanhã¹³.

¹³ Disponível em: <https://www.empodereduasmulheres.com/sobre/>

O Empodere Duas Mulheres reúne em seus sites reportagens, artigos de opinião e matérias especiais, focando no cotidiano de mulheres ao redor do mundo. Um dos resultados do sucesso foi a criação de um livro intitulado *Empodere-se: 100 desafios feministas para reconhecer sua própria força e viver melhor*. Em se tratando de redes sociais, o projeto carrega consigo milhares de seguidores nas mais diversas plataformas (Instagram, Twitter e Facebook). O Facebook coleciona mais de um milhão de curtidas, enquanto, no Instagram, a página é seguida por 923 mil pessoas. Em ambas as redes, há um espaço para divulgação dos artigos, estímulo ao diálogo, vídeos informativos e publicações com dados, estatísticas e direitos das mulheres.



Figura 8: Página do Facebook Empodere Duas Mulheres
Fonte: Facebook Empodere Duas Mulheres (2020)

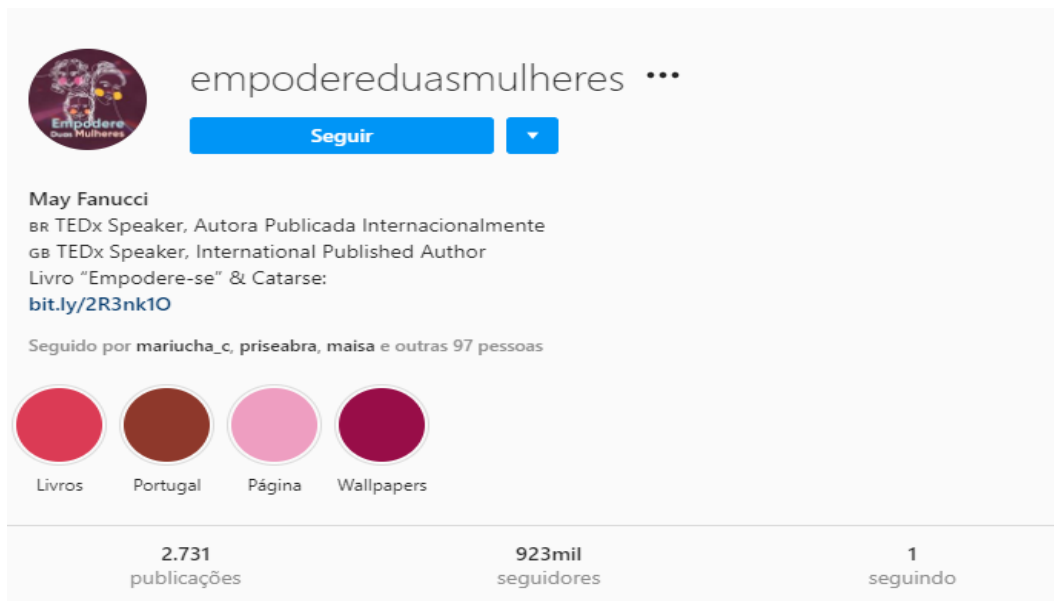


Figura 9: Página do Instagram Empodere Duas Mulheres
Fonte: Instagram Empodere Duas Mulheres (2020)

Por meio dos números e dados coletados, é possível perceber que existe um forte nicho dentro do universo das redes sociais no Brasil acerca de pautas feministas. Em sua maioria, começaram a partir de uma necessidade das próprias usuárias das redes sociais de formar um espaço para discussão e acolhimento entre mulheres. A partir dessas perspectivas, observa-se um crescimento exponencial não apenas das páginas feministas com cunho informativo, mas também de movimentos de ações dentro das plataformas de redes sociais em busca de visibilidade para suas diligências, bem como de mudar a realidade de opressão do patriarcado ainda vigente na sociedade.

3. Enquadramento metodológico

Neste capítulo, é apresentada a metodologia utilizada nesta pesquisa, bem como são apontadas quais as ferramentas usadas na condução de recolha e análise de resultados. Em seguida, é feita a apresentação da constituição do *corpus* da pesquisa, por meio de questionário aplicado como forma de entendimento para o que se pretende estudar visando atingir os objetivos propostos nesta dissertação de mestrado.

3.1. Caracterização da metodologia utilizada

Dentro das investigações acadêmicas que privilegiam as pesquisas alinhadas com revisão bibliográfica, elaboração e aplicação de questionários, buscam-se análises quantitativas ou qualitativas para encontrar respostas ao que se propõe no estudo. Face aos objetivos propostos e explicados no início desta investigação, é necessário definir quais abordagens são as mais indicadas para atingir o que se pretende.

Para tanto, foi necessário traçar uma trajetória de investigação. Inicialmente, foi feita a análise, a qual consistiu em revisão bibliográfica para o embasamento teórico não apenas a respeito do movimento feminista e as suas ondas em um aspecto global, mas também no Brasil. Ainda dentro do aspecto de revisão bibliográfica, buscou-se entender o que constitui o ciberativismo, ciberfeminismo, além de uma compilação de páginas de militância feminista de destaque dentro das redes sociais no âmbito brasileiro.

Levando em conta a descrição dos objetivos propostos e do caminho a ser traçado ao longo do estudo desta dissertação, prioriza-se uma investigação exploratória, visto que, essencialmente, procura-se obter um conhecimento inicial da situação a ser estudada (Coutinho, 2014), no caso, a relação das mulheres brasileiras com o feminismo a partir das redes sociais. Entretanto, a pesquisa conta também com uma fase descritiva, visto que ela busca descrever os fenômenos obtidos a partir das respostas do questionário aplicado (Tumelero, 2019), assim, promove novas perspectivas sobre o tema, considerando que já existem outros estudos com abordagem semelhante.

A partir dos aspectos bibliográficos, questionou-se: qual o perfil das mulheres brasileiras que estão envolvidas com o movimento feminista? Quantas delas o veem de forma negativa ou de forma positiva? Qual o acesso que elas possuem a pautas feministas e como é a sua relação com elas? A partir destes questionamentos, foram elaboradas perguntas de forma a construir um questionário cujos resultados têm em vista buscar respostas aos objetivos principais da

dissertação. Dessa forma, a investigação envereda-se para uma trajetória centrada em problemas de uma "realidade social e na prática dos sujeitos nela implicados (...)" (Carr & Kemmins, 1988 referenciado por Coutinho, 2014, p. 32).

Os procedimentos metodológicos utilizados centraram-se em duas fases: a primeira constitui-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada utilizando-se de publicações como livros, artigos, posts em blogs, periódicos e outros trabalhos acadêmicos para a base teórica da investigação. Para a segunda parte, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de coleta de dados e levantamento de informações junto a um grupo de mulheres para avaliar seus comportamentos em relação a proposta principal deste trabalho.

Nesta investigação, foi privilegiada uma análise qualitativa, visto que ela tem como objetivo "desvendar a intenção, o propósito da ação, estudando sua própria posição significativa" (Coutinho, 2014, p. 18), por meio de noções de compreensão, significado e ação para interpretar as situações e os seus significados para, assim, entender os questionamentos da pesquisa a partir do ponto de vista de quem o vive (Coutinho, 2004). Pela análise em questão, é possível observar e descrever o fenômeno a ser estudado em uma forma mais complexa e completa, indo além de dados estatísticos.

Ainda na configuração da análise qualitativa, a presente dissertação está dentro dos aspectos conceituais difundidos por Coutinho (2014), ao buscar investigar ideias e explorar significados nas ações individuais das mulheres que participaram do processo do questionário investigativo. Dessa forma, a nível metodológico, busca-se compreender como essas mulheres pensam e atuam quando se fala em feminismo e como ele está relacionado com as redes sociais, fazendo com que a investigação seja construída à medida que os dados empíricos surgem (Coutinho, 2014).

Entretanto, apesar de ter sido evidenciada uma análise qualitativa no questionário, também é percebido um destaque para uma análise quantitativa, de tal forma que ela "centra-se na análise de factos e fenómenos observáveis e na medição/avaliação em variáveis comportamentais e/ou socioafetivas passíveis de serem medidas, comparadas e/ou relacionadas no decurso do processo da investigação empírica (Coutinho, 2014, p. 26). Dessa maneira, pode ser observado durante o percurso técnicas estatísticas para a análise dos dados e, ainda com base nos escritos de Coutinho (2014), desenvolver, ao final das observações, conclusões que possam explicar e contribuir para o aumento de conhecimentos acerca do tema proposto.

Assim, a dissertação busca, a partir das análises sistemáticas dos dados recolhidos no questionário aplicado, responder aos questionamentos levantados a partir dos objetivos propostos. A partir destas ideias e do que se propõe a compreender, o maior objetivo desta investigação é analisar de que forma as mulheres brasileiras percebem conteúdos de caráter feminista que se manifestam dentro do ambiente digital pelas plataformas de redes sociais. Além disso, busca-se entender como essas ferramentas são percebidas por essas mulheres como um palanque para novas vozes da militância, considerando o perfil etário, demográfico e acadêmico.

3.2. Constituição do *corpus* da pesquisa

O objetivo desta dissertação, como já explanado anteriormente, é analisar e investigar como pensam, percebem e como se portam as mulheres brasileiras em relação ao movimento feminista e como o envolvimento delas com as redes sociais mudou (ou não) sua relação com o movimento.

Durante o processo de construção do questionário, pensou-se em abranger uma diversidade de mulheres, dentro do espectro da idade e de regionalidades. Por isso, foi escolhido como público-alvo do questionário estudantes do sexo feminino, nos graus acadêmicos de graduação e pós-graduação (dentre estes, MBA, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado).

O questionário aplicado é constituído por dezesseis perguntas e está dividido em três partes: na primeira, composta por três perguntas, busca-se coletar informações de forma a obter dados para montar o perfil das mulheres voluntárias. Na primeira questão, foi perguntada qual a faixa etária das participantes; na segunda, pergunta-se qual é a região de origem delas e por fim, na terceira questão é perguntado em qual grau acadêmico as voluntárias encontram-se atualmente.

| Questão | Alternativas |
|--|---|
| Qual a sua faixa etária? | Até 20 anos 21 - 35 anos 36 - 50 anos 51 – 65 anos 65 ou mais |
| De qual região do Brasil você é? | Nordeste Norte Centro-Oeste Sudeste Sul |
| Qual o grau acadêmico que se encontra atualmente | Graduação/Licenciatura Pós-Graduação Mestrado Doutorado Pós-Doutorado |

Tabela 1: Perguntas da primeira parte do questionário

A segunda parte tem em vista entender qual a relação dessas mulheres com o feminismo, como elas o percebem e se ele causa algum impacto em suas vidas. Para isso, foram elaboradas oito perguntas, cinco delas de caráter objetivo e três de caráter subjetivo¹⁴. Na primeira questão desta segunda parte, pergunta-se como as participantes veem o feminismo, se de uma forma positiva ou negativa e, em seguida, é pedido para justificar o questionamento anterior numa resposta subjetiva.

Ainda na segunda parte do questionário, também foi perguntado se as participantes se consideram feministas, assim como pede-se para justificar a escolha na pergunta anterior. No momento seguinte, é questionado se alguma vez as entrevistadas mudaram de opinião em relação ao feminismo e, caso a resposta fosse afirmativa, é pedido que seja feita uma justificativa. Na parte final, foi inquirido sobre qual o primeiro contato das mulheres participantes com o movimento feminista, tendo sido dadas algumas opções, como “na escola/faculdade”, “entre amigas(os)”, “em casa” e “na mídia”, além da alternativa para que elas pudessem acrescentar outras opções que não foram fornecidas na pergunta principal.

¹⁴ O equivalente aos termos portugueses "questão fechada" e "questão aberta", no Brasil, corresponde, respectivamente, aos termos "questão objetiva" e "questão subjetiva". Retirado de: <https://vestibular.mundoeducacao.uol.com.br/dicas/questoes-objetivas-discursivas.htm>

A questão que encerra esta segunda parte busca saber quais são os meios os quais as participantes utilizam para se informar sobre as pautas feministas. Assim como na pergunta anterior, nesta foram fornecidas algumas opções, sendo elas "reuniões de organizações feministas", "redes sociais" e "grupos de discussão online", e as voluntárias poderiam marcar mais de uma alternativa, além de dar outras respostas que não constavam nas alternativas principais.

| Questão | Alternativas |
|---|---|
| Você vê o feminismo como algo | Positivo Negativo |
| Justifique | Questão subjetiva |
| Você se considera feminista? | Sim Não |
| Justifique | Questão subjetiva |
| Já alguma vez mudou de opinião sobre o feminismo? | Sim Não |
| Se sim, justifique | Questão subjetiva |
| Qual foi o seu primeiro contato com o feminismo? | Na escola/faculdade Entre amigas(os) Em casa Na mídia Outro |
| Por meio de quais meios você procura se informar sobre pautas feministas? (Pode marcar mais de uma opção) | Reuniões de organizações feministas Redes sociais Grupos de discussão online Outro |

Tabela 2: Perguntas da segunda parte do questionário

A terceira e última parte do questionário aplicado a mulheres brasileiras estudantes de graduação e pós-graduação tem como objetivo entender a relação delas com as redes sociais e o feminismo nas redes. Dessa forma, foram elaboradas cinco questões, das quais quatro são de caráter objetivo e apenas com caráter subjetivo.

A primeira questão teve em vista saber se as participantes acompanhavam algum tipo de página de conteúdo feminista nas redes sociais e, caso a resposta fosse positiva, a pergunta seguinte buscou fazer um levantamento de quais são as páginas feministas mais influentes nas redes, de acordo com o que foi coletado junto às participantes. Na pergunta em questão, foram

fornecidas algumas opções com títulos de perfis que possuem notoriedade e grande quantidade de seguidores nas redes sociais, tais como Think Olga, Blogueiras Negras, Blogueiras Feministas, Revista AzMina e Não me Khalo, assim como foi dada também a opção para as participantes fornecerem outros nomes além daqueles já citados originalmente na questão.

Dando seguimento às questões da terceira parte do questionário, foi perguntado quais as redes sociais utilizadas pelas entrevistadas dentre as opções fornecidas: Instagram, Facebook e Twitter. Assim como em perguntas anteriores, é possível marcar mais de uma alternativa, bem como conceder nomes de outras redes sociais que elas façam uso constante. Para finalizar a terceira parcela do questionário em questão, uma das perguntas buscou saber das inquiridas se as redes sociais podiam ou não exercer influência para a sociedade mudar de opinião sobre o feminismo para, em seguida, justificar a resposta anterior, seja ela positiva ou negativa.

| Questão | Alternativas |
|--|---|
| Acompanha páginas feministas nas redes sociais? | Sim Não |
| Se sim, quais destas? (Pode marcar mais de uma opção) | Think Olga Blogueiras Negras Blogueiras Feministas Não me Khalo Revista AzMina Outro |
| Dentre as opções abaixo, quais são as redes sociais que mais utiliza? (Pode marcar mais de uma opção) | Twitter Facebook Instagram Outro |
| Na sua opinião, as redes sociais exercem influência para mudar a opinião da sociedade sobre o feminismo? | Sim Não |
| Justifique sua resposta | Questão subjetiva |

Tabela 3: Perguntas da terceira parte do questionário

Essa foi a maneira mais assertiva encontrada para colher informações acerca do que pensam as mulheres brasileiras sobre o feminismo e a sua relação com as redes sociais e, dessa forma, tentar encontrar respostas às perguntas feitas visando atingir os objetivos propostos nesta investigação.

4. Operacionalização da metodologia

No presente capítulo serão apresentados e discutidos os principais resultados desta investigação. Dessa forma, tendo presente a revisão bibliográfica e de acordo com os dados recolhidos no questionário, procurou-se analisar e fazer uma reflexão sobre as atitudes, reações e opiniões das mulheres brasileiras diante do uso de redes sociais, o movimento feminista e como ambos se interligam e atuam nas suas percepções sobre direitos das mulheres.

4.1. Procedimento de recolha e análise de dados

As perguntas que constam no questionário foram formuladas no decorrer do processo de investigação, mais especificamente entre os meses de maio e setembro de 2020. Por se tratar de uma pesquisa que procura saber as relações existentes entre as mulheres com o movimento feministas e as redes sociais, as próprias redes foram os meios escolhidos para a sua divulgação, buscando o público-alvo definido anteriormente. O questionário ficou disponível para a submissão de respostas, com participação voluntária e anônima, no período compreendido entre os dias 7 e 13 de outubro de 2020, contabilizando 200 respostas.

4.1.1. Caracterização da amostra

No que respeita à faixa etária das participantes voluntárias do questionário, 71.5% das mulheres que responderam possuem entre 21 e 35 anos, 13.5% possuem entre 36 e 50 anos, 8% possuem até 20 anos, 6% possuem entre 51 e 65 anos e apenas 1% das participantes possui 65 anos ou mais.

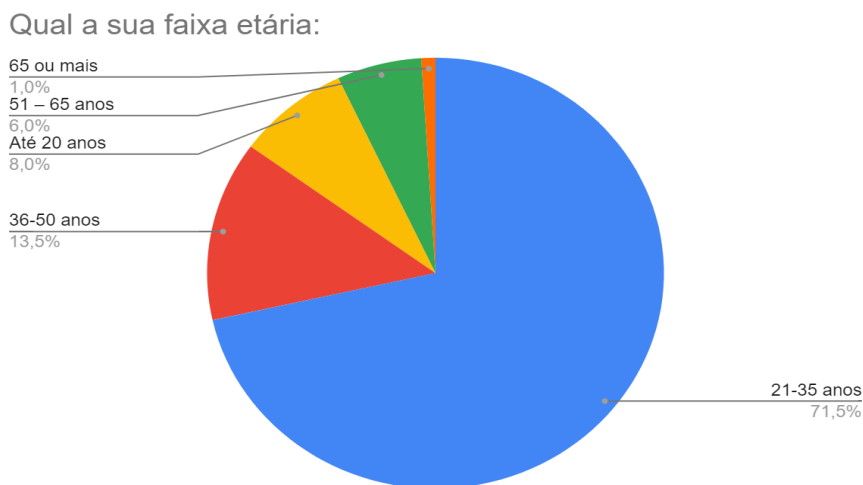


Gráfico 01: Faixa etária

Quanto à região do Brasil, pelas respostas obtidas, 56.5% são mulheres da região Nordeste, 18% são da região Sudeste, 12.5% são da região Norte, 7.5% são da região Sul e 5.5% das participantes são da região Centro-Oeste.



Gráfico 02: Região de origem

No que diz respeito ao grau acadêmico em que as participantes do questionário encontram-se atualmente, 40% das mulheres declararam graduação/licenciatura, 26,5% encontram-se no mestrado, 23% estão cursando uma pós-graduação, 10% das participantes encontram-se no doutorado e apenas 0,5% tem como grau acadêmico atual o pós-doutorado.

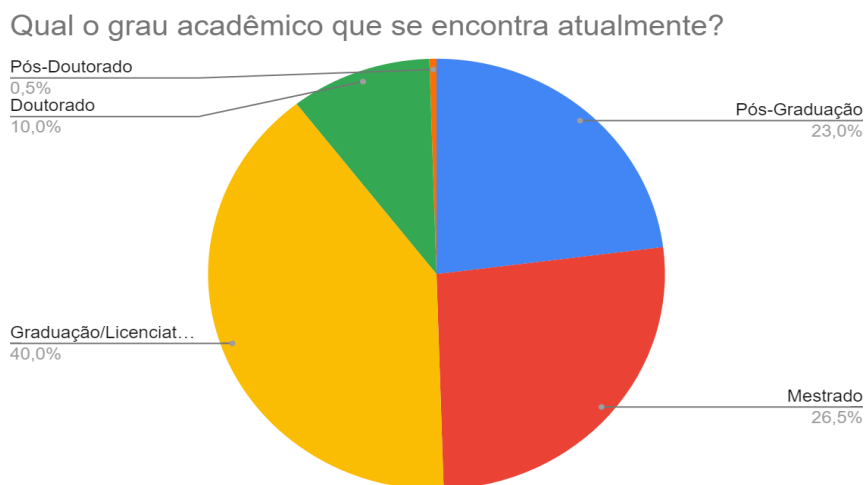


Gráfico 03: Qual grau acadêmico se encontram atualmente

4.2. Resultados

Na quarta pergunta do questionário, procura-se saber como as voluntárias avaliam o feminismo: como algo positivo ou negativo. Das respostas obtidas, 96% consideram o feminismo como algo positivo e 4% como algo negativo.



Gráfico 04: Como veem o feminismo

A partir das respostas coletadas na pergunta anterior, foi pedido para que as participantes justificassem as suas escolhas (pergunta 5). Dentre as 200 as voluntárias, 41 (20,5%) não responderam ou deixaram o espaço de resposta em branco.

Das mulheres que justificaram como sendo o feminismo algo positivo (96%), os argumentos giram em torno de reconhecer a importância do movimento para promover a igualdade de gênero e uma sociedade mais justa em oportunidades para homens e mulheres.

Outro argumento recorrente dentre as respostas recebidas é de que o feminismo tem ajudado mulheres a entenderem e lutarem por direitos básicos, tais como o estudo, combate à violência contra a mulher e ao feminicídio, além de abrir os olhos para as vivências de um relacionamento abusivo. Dessa forma, o feminismo envolve a perspectiva de fazer a mulher ser vista como um ser político e livre, ensinando-as a ver o seu valor e poder de escolha, propondo reflexões acerca de práticas sociais que, atualmente, não fazem mais sentido. É importante destacar também, a resposta de duas participantes que consideram o feminismo como algo positivo, porém com ressalvas. Essas ressalvas consistem no fato de que, desde que o movimento

não se porte como uma via “extremista” (não especificadas pelas participantes), ele pode ser benéfico às mulheres.

Em se tratando das justificativas das voluntárias que enxergam o movimento feminista como algo negativo (correspondente a 4% do total), dentre os argumentos utilizados, uma participante disse que o feminismo está cheio de "más ideias". No entanto, duas outras respostas merecem destaque: em uma delas, a participante afirma que o feminismo atual promove uma "segregação negativa", pela qual as integrantes buscam algum tipo de "bônus" em vez de igualdade. Além disso, a participante faz um paralelo entre o feminismo dos anos 60 e o de hoje, dizendo que, em tempos anteriores, havia uma busca por direitos, enquanto hoje, as mulheres feministas só conseguem ser vistas "como loucas com o corpo pixado (sic) na rua". Por fim, outra participante categorizou o feminismo como algo que já foi positivo, mas hoje é negativo, pois considera que "tanto feminismo quanto o machismo são movimentos radicais e discriminatórios".

Quando questionadas sobre se consideravam feministas ou não (pergunta 6), 86.5% das participantes declararam-se feministas e 13.5% declararam que não se consideram feministas.

Você se considera feminista?

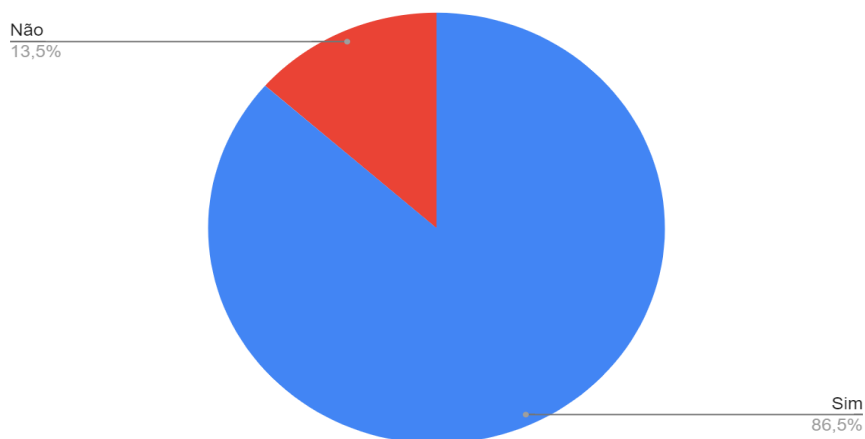


Gráfico 05: Quais participantes se consideram feministas

Em seguida (pergunta 7), foi pedido para que as participantes justificassem o porquê de se considerarem feministas ou não. Dentre as respostas coletadas, 56 mulheres (28%) preferiram não responder e, dentre as justificativas dadas, o argumento que mais se sobressaiu foi o de acreditarem na igualdade de gênero, em que homens e mulheres possuem os mesmos direitos. Outra justificativa que se sobressaiu durante a análise das respostas foi a consciência das

dificuldades enfrentadas pelas mulheres, assim como a necessidade de repensar os papéis exercidos por elas dentro da sociedade.

Outras participantes justificaram o "sim" a partir de suas experiências pessoais. Uma delas afirmou que o feminismo em que acredita é o que pratica, de ocupar espaços tradicionalmente masculinos de forma silenciosa, sem discursar sobre o movimento em si. Outra participante justifica se considerar feminista ao perceber dentro do próprio ambiente familiar a diferença de tratamento das mulheres e dos homens. Mais uma resposta que merece atenção é uma participante afirmar que, por ser a única mulher e negra dentro de um laboratório de doutorado em Química, luta diariamente por respeito e impõe a sua posição no meio de muitos homens, tentando educá-los sobre falas e atitudes machistas.

No contraponto das mulheres que se responderam "sim", algumas participantes não se consideram feministas (13,5%), justificando suas respostas por meio de alguns argumentos, dentre eles: de não participar ativamente de reuniões, caminhadas ou outras movimentações pró-feminismo, apesar de serem apoiadoras da causa, por acharem alguns posicionamentos muito "radicais e extremistas" e também por acharem que o feminismo "deveria ser algo maior que ficar apenas com os peitos de fora". Além disso, há participantes com o entendimento de que para ser, de fato, feminista, é preciso concordar com todas as premissas e vertentes que o movimento abrange.

Na questão 8, foi perguntado às participantes se alguma vez já mudaram de opinião em relação ao movimento feminista. Dos retornos obtidos, 57.8% das mulheres responderam que "não", enquanto 42.2% responderam que "sim".

Já alguma vez mudou de opinião sobre o feminismo?

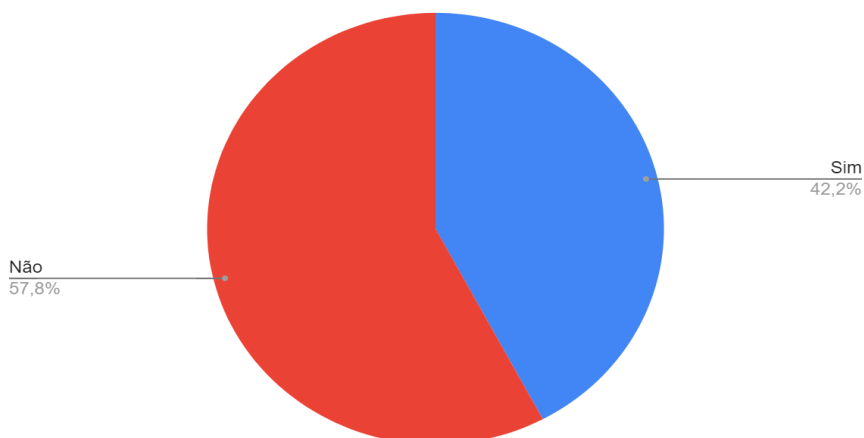


Gráfico 06: Mudanças de opinião sobre o feminismo

Em seguida, foi questionado às que responderam "sim" (pergunta 9) qual (quais) o(s) motivo(s) que levou (levaram) a essa mudança de pensamento. Em grande parte das respostas obtidas, foi possível encontrar um argumento em comum: o conhecimento ser o grande responsável por essa mudança de pensamento, de negativo para positivo, por meio de livros, textos e vídeos que auxiliaram as mulheres a perceber o feminismo como um movimento com o qual se identificam e apoiam.

Ao fazer a análise de outras respostas coletadas, mais de uma participante respondeu que nunca percebeu o feminismo como algo ruim, entretanto, a sua percepção sobre o movimento mudou após estudos e sobre ter consciência dos vários feminismos que existem, nas vertentes interseccionais (feminismo negro, feminismo lésbico etc.) com as suas diversas demandas e pautas.

Dentre as respostas analisadas, foram recolhidas respostas de algumas participantes que mudaram de opinião sobre o feminismo, mas de uma forma positiva para uma negativa. Elas argumentam que, pelo contato com atitudes que consideram extremistas e também com outras pessoas que se autointitulam feministas, mas se mostraram intolerantes às outras pessoas que não pensam igual a elas. Importante destacar aqui a resposta de uma das participantes, a qual mais uma vez expressou a sua insatisfação com o "excesso de nudez" de algumas mulheres que participam mais ativamente de manifestações.

Na pergunta 10, foi inquirido sobre qual o primeiro contato das mulheres participantes com o feminismo, com quatro opções de resposta, dentre elas: (I) Na escola/faculdade (31.8% das respostas); (II) entre amigas(os) (21.1% das respostas); (III) em casa (16.1% das respostas); (IV) na mídia (24.9% das respostas). Importante apontar que na questão há a possibilidade de marcar mais de uma alternativa. Também foi dada a opção de resposta livre para aquelas que tivessem o desejo de acrescentar outra experiência.

Também foram obtidas outras respostas na alternativa "outros", em que a opção "internet" aparece com 0.8% do percentual; "livros" corresponde a 1.1% das respostas e as alternativas "coletivos feministas", "em casa, com as filhas", "participação em palestras e protestos", "movimento de humanização do parto", "não lembro" possuem o percentual de 0.5%. Dentre este percentual de 0.5%, é importante destacar duas respostas: na primeira, a participante afirma que "não me lembro de um primeiro contato direto com o feminismo; mas o assunto foi introduzido na minha vida de forma bem natural, gradual, até que despertou a curiosidade de ter

um entendimento e empoderamento mais profundo sobre o assunto"; na segunda, a participante argumenta: "Havia um muro com uma arte em minha cidade que dizia 'o feminismo nunca matou ninguém, o machismo mata todos os dias'. Na hora eu me perguntei o que era feminismo. Eu tinha 14 anos".

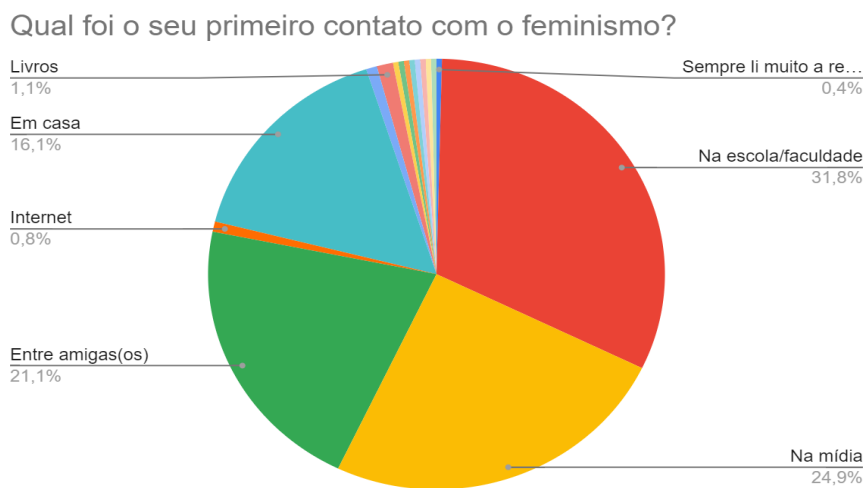


Gráfico 07: Qual o primeiro contato com o feminismo

Na pergunta 11, buscou-se saber por quais meios as participantes procuram se informar sobre o movimento feminista. Dentre as opções fornecidas para as participantes (e elas puderam marcar mais de uma preferência), foram oferecidas três alternativas: (I) reuniões de organizações feministas (12.6% das respostas); (II) redes sociais (47.5% das respostas); (III) grupos de discussão online (16.7% das respostas).

Dentro da questão também há uma opção "outros", para aquelas que desejassem compartilhar outros meios relevantes utilizados por elas para se manter informadas ou estudar acerca do movimento feminista. Dentre o que foi analisado, foi possível perceber diversas respostas cujos conteúdos eram recorrentes às mesmas temáticas. Estes, então, puderam ser encaixados em algumas divisões para melhor entendimento: (I) leituras acadêmicas (3.8% das respostas); (II) livros (6.7% das respostas); (III) notícias (1.5% das respostas); (IV) TV (0.9% das respostas) e (V) não acompanho (0.2% das respostas).

Através de quais meios você procura se informar sobre pautas feministas? (Pode marcar mais de uma opção)

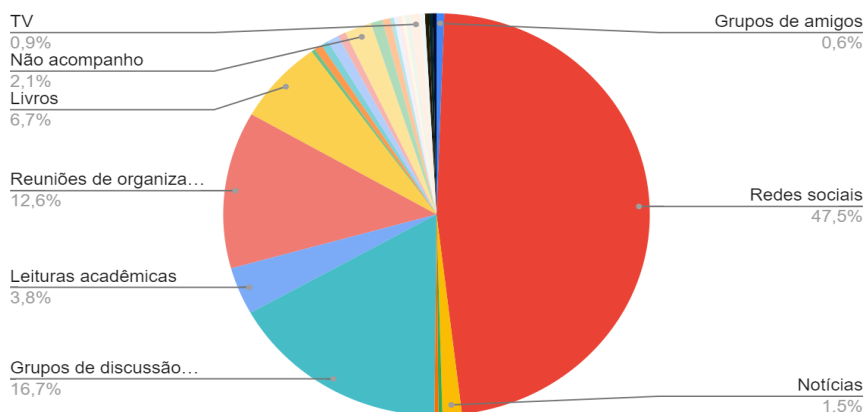


Gráfico 08: Através de quais meios se informam sobre pautas feministas

A seguir (pergunta 12), buscou-se saber das mulheres participantes do questionário se elas acompanham páginas nas redes sociais que abordam conteúdos relacionados ao feminismo. 69.9% das respostas foram positivas, enquanto 30.1% foram negativas.

Acompanha páginas feministas nas redes sociais?

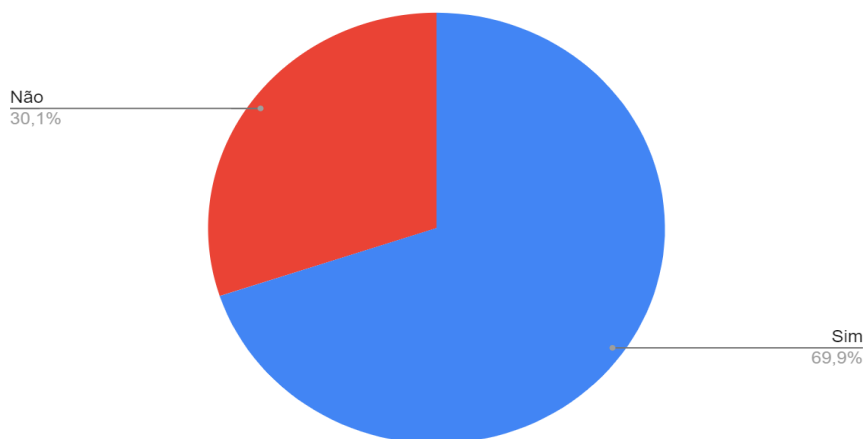


Gráfico 09: Acompanham páginas feministas nas redes sociais

Em complemento à pergunta anterior, procura-se saber quais são as páginas que essas mulheres acompanham e acham relevantes para a visibilidade dos discursos feministas. Na pergunta 13, existem algumas alternativas à disposição das participantes, sendo elas: (I) Think Olga; (II) Blogueiras Negras; (III) Blogueiras Feministas; (IV) Não Me Khalo e (V) Revista AzMina. Feita a análise, foi constatado que a opção (I) possui um percentual de 15.4% da escolha das

participantes; a opção (II) consta com 11.5% das escolhas; a alternativa (III) possui o percentual de 13.1%; a opção (IV) contém a correspondência de 30.8% e, por fim, a alternativa (V) corresponde a 7.5% das escolhas.

Na mesma questão também foi colocada a alternativa "outro", para que as participantes pudessem exemplificar novos nomes de páginas feministas na internet (que não foram citados anteriormente) as quais acompanham diariamente. Alguns títulos tiveram destaque dentre os vários citados pelas mulheres participantes, dentre eles: Quebrando o Tabu (1.3%), Obviousagency (0.7%), Femiinismo (1.6%), Empodere Duas Mulheres (1%), Sagradofeminino (0.7%) e blogs (não especificados), que correspondem a 0.7% das respostas.

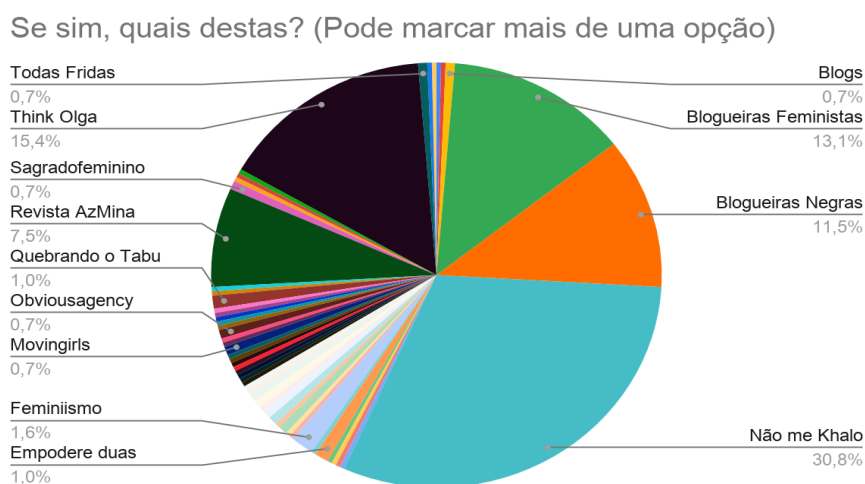


Gráfico 10: Quais páginas feministas acompanham

A pergunta 14 tem em vista saber quais são as redes sociais mais utilizadas por aquelas mulheres que participaram do questionário, e nela foram fornecidas três opções principais: (I) Twitter; (II) Instagram e (III) Facebook. Após avaliação dos dados apurados, verifica-se que a opção (I) foi escolhida por 22.4% das participantes; a alternativa (II) contabiliza uma porcentagem de 51.6% das escolhas e a opção (III) corresponde a uma porcentagem de 19.9% das respostas.

Assim como nas duas perguntas anteriores, foi colocada a opção "outros", e as voluntárias puderam complementar com outras alternativas não abordadas na questão principal. A partir do que foi analisado, é importante destacar o WhatsApp, o qual corresponde a 2.2% do percentual, e o YouTube, com 0.9% das escolhas.

Dentre as opções abaixo, quais são as redes sociais que mais utiliza? (Pode marcar mais de uma opção)

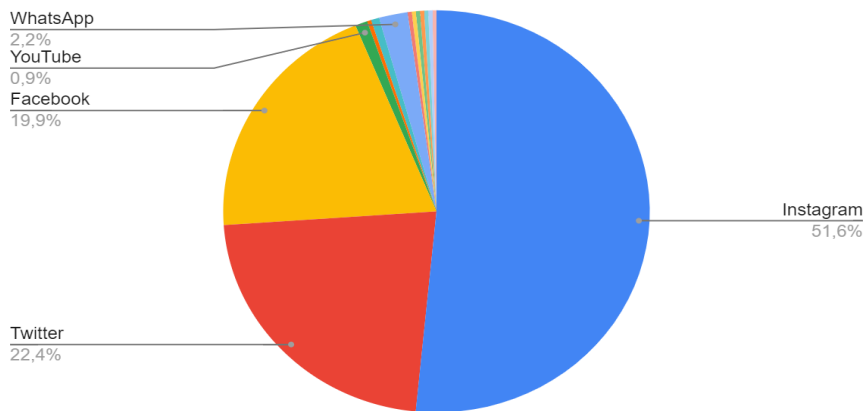


Gráfico 11: Quais redes sociais mais utilizam

Na pergunta 15, foi procurado saber das participantes se elas acreditam que as redes sociais possuem algum poder de influência para fazer as pessoas mudarem de ideia em relação ao feminismo, seja essa mudança de uma ideia negativa para uma positiva ou de uma ideia positiva para uma negativa. O resultado final foi que 95% das mulheres responderam que "sim" e 5% responderam que "não".

Na sua opinião, as redes sociais exercem influência para mudar a opinião da sociedade sobre o feminismo?

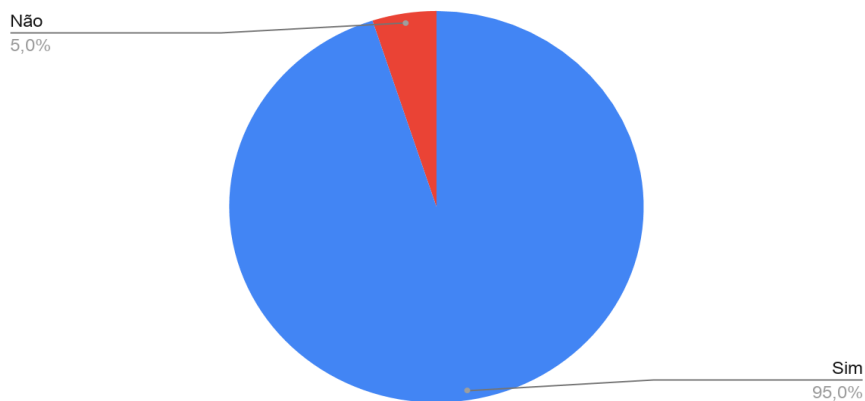


Gráfico 12: Influência das redes sociais para mudar de opinião sobre o feminismo

O questionário encerra-se na pergunta 16, na qual pede-se para que as participantes justifiquem as suas respostas na questão anterior. Do que foi coletado, 52 mulheres não responderam à questão. Em uma análise mais minuciosa, foi possível observar que, na maior

parte das respostas, há uma predominância da argumentação que as redes sociais são um meio de comunicação mais acessível e as publicações acerca do feminismo que por lá circulam ajudam a promover e disseminar uma consciência coletiva, especialmente em relação aos ideais dos movimentos feministas.

Também foi possível observar, dentre os resultados, citações, por parte de algumas participantes, a partir de experiências pessoais como uma forma de mudança de perspectivas acerca do feminismo, sendo as redes sociais uma fonte de informação essencial para se descobrirem feministas ou apoiadoras do movimento. Um dos relatos chama atenção, em que uma das participantes destaca o exemplo da sua mãe, a qual possuía uma visão distorcida do movimento feminista, porém, após publicações compartilhadas em redes sociais, começou a perceber a importância do referido movimento. Outras participantes também revelam que é nas plataformas de redes sociais que são encontrados espaços onde julgam ser seguros para se informar, trocar ideias e debater.

Outras mulheres participantes alertaram para o fato de, algumas vezes, informações não serem repassadas de forma ética ou clara nas redes sociais, fazendo com que, muitas vezes, esse conteúdo desconhecido seja favorável para a propagação das chamadas *fake news*. Foi também verificado que parte das voluntárias diz que algumas publicações, com ações e discursos os quais consideram extremistas, acabam por afastar mais mulheres do movimento feminista, visto que essas atitudes inviabilizam o diálogo de forma construtiva. Por fim, também foi pontuado que, muitas vezes, o feminismo disseminado nas redes sociais ainda é predominantemente branco e hétero, não abrangendo as interseccionalidades.

4.3. Discussão dos resultados

Para melhor entender as motivações das mulheres brasileiras em relação ao feminismo e a associação do movimento com as redes sociais, foi aplicado um questionário com dezesseis perguntas, cujos resultados baseiam-se, fundamentalmente, na análise das respostas obtidas com as participantes. Visto que o objetivo principal deste trabalho de investigação é perceber como as mulheres brasileiras se relacionam como o feminismo e qual a importância das redes sociais nesse aspecto, as notas obtidas no questionário buscaram recolher atitudes e reações das brasileiras diante desses dois itens.

Durante a recolha, não houve a intenção de direcionar as respostas para um resultado "certo" ou "errado", mas sim ajustar e direcionar as perguntas tendo em vista as questões

orientadoras da investigação: como as mulheres enxergam o feminismo; se as redes sociais fazem um bom trabalho ao promover o feminismo nesses meios; quais as atitudes e reações das participantes em relação ao uso das plataformas virtuais e propagação dos ideais feministas. Também é importante colocar em pauta que o questionário não abrange o pensamento das mulheres brasileiras em sua totalidade, visto que há um recorte de idade e de escolaridade para melhor entender as correlações propostas desta investigação.

Após interpretação inicial dos resultados coletados, foi possível perceber que houve uma predominância de respostas positivas sobre o entendimento das mulheres participantes acerca do movimento feminista e as suas implicações na sociedade, não apenas como uma forma de libertação de conceitos patriarcais pré-estabelecidos, mas também em relação às vertentes interseccionais existentes. Entretanto, também é possível observar a existência de uma certa resistência por uma parte das participantes em perceber o feminismo como um movimento político e social positivo, passível de transformações profundas nos mais diversos aspectos da vida das mulheres.

Em uma primeira análise, foi verificado que a maior parte das mulheres brasileiras que se disponibilizaram a responder a questões são de uma faixa etária jovem (21 a 35 anos) e, em sua maior parte, provenientes da região nordeste do Brasil. Dentre os resultados apurados, pode-se perceber que o movimento feminista é visto de uma forma positiva entre a maior parte das participantes, as quais buscam consumir e compartilhar informações sobre o feminismo, assim como há um grande entendimento sobre a importância dele não só como um movimento político, mas também social.

Foi possível perceber, por meio da análise das respostas, que a maior parte das mulheres, mais precisamente 173 das inquiridas, se consideram feministas e veem o movimento como algo positivo. Dentro desse aspecto, 127 delas encaixam-se na faixa etária de 21 a 35 anos e há a predominância de mulheres atualmente no grau acadêmico graduação/licenciatura, correspondendo a 74 entrevistadas. Também foi percebido que 93 delas são provenientes da região nordeste do Brasil. Desta maneira, verifica-se que há um maior entendimento sobre as implicações políticas e sociais do movimento feminista por parte de uma população feminina nordestina, jovem, especialmente a qual está em contato com um ambiente acadêmico amplo e diverso, como é a graduação/licenciatura.

Outro aspecto a ser pontuado é procurar saber quantas são as mulheres que veem o feminismo de uma forma negativa. Verificou-se, que dentre as 200 participantes do inquérito,

apenas oito enquadram-se em uma visão negativa do feminismo. A análise chegou ao resultado de que há uma prevalência de mulheres entre 36 e 50 anos, cujo grau acadêmico é o doutorado como representantes na pesquisa de uma ideia negativa do movimento feminista.

Em outro aspecto, percebeu-se que, apesar de poucas participantes enxergarem o feminismo como algo negativo e muitas, como algo positivo, há uma parcela significativa que não se considera feminista. Foi possível verificar, dentre as 27 respostas negativas à pergunta "Você se considera feminista?", que 19 delas responderam, na questão 4, que veem o movimento feminista como algo positivo. Dentre as mulheres que responderam às justificativas perguntadas, seis delas não se percebem como feministas por não atuarem de forma ativa em prol do movimento, seja estudando com mais afinco ou participando de palestras e rodas de discussões. Ainda há que acrescentar a justificativa de quatro participantes, as quais não se consideram feministas, apesar de enxergarem o movimento com bons olhos, pois não concordam com vertentes que consideram extremistas. O restante das participantes englobadas neste recorte preferiu não justificar a sua resposta.

Em seguida, foram coletadas 84 notas positivas em resposta à pergunta "Você mudou de opinião em relação ao feminismo?" Dentre estas, apurou-se que 14 mudaram de opinião, porém 11 são mulheres que consideram o feminismo positivo, mesmo não se considerando feministas. Em contrapartida, foi apurado que 115 participantes não mudaram as suas opiniões em relação ao feminismo e, por fim, 103 participantes não só veem o feminismo como algo positivo, mas também se consideram feministas.

Como já apresentado no tópico anterior deste capítulo, as avaliações feitas a partir do que foi coletado na pergunta "Qual o seu primeiro contato com o feminismo" resultou numa predominância da opção "na escola", com 85 respostas, seguindo-se às opções "na mídia" (65 respostas), "entre amigas (os)" (55 respostas) e "em casa" (42 respostas). É importante, também, chamar a atenção aqui para duas pessoas que comentaram que a internet foi o primeiro contato com o feminismo, não a considerando dentro da opção "na mídia". Dessa forma, verifica-se que os ambientes acadêmicos e escolares ainda são grandes propulsores na disseminação e discussão do pensamento feminista entre as mulheres.

Em determinado momento do questionário, é perguntado às mulheres participantes como se dá a sua relação com feminismo e redes sociais. Na pergunta "Acompanha páginas feministas nas redes sociais?", 59 respostas foram negativas, das quais 20 são mulheres que não se consideram feministas, enquanto 137 respostas foram positivas, apesar de seis participantes

não se considerarem feministas. Do total de mulheres entrevistadas, apenas quatro optaram por não responder à pergunta.

Ao buscar descobrir qual ou quais as páginas feministas mais relevantes nas redes sociais, de acordo com as entrevistadas, percebe-se que a página Não me Khalo, uma das opções da pergunta em questão, é a mais acompanhadas entre as participantes, com 91 respostas. As outras opções, Blogueiras Negras, Blogueiras Feministas, Revista AzMina e Think Olga, também tiveram porcentagens significativas, mas é interessante atentar para outros títulos nomeados pelas inquiridas, os quais não necessariamente possuem conteúdo exclusivamente feminista ou de militância, mas abordam o assunto com frequência: as páginas Quebrando o Tabu (25 respostas), a qual aborda política com viés de esquerda, raça, gênero e, claro, feminismo; e a Obviousagency (2 respostas), uma "plataforma de conteúdo que tem como missão trazer felicidade feminina"¹⁶, assim como auxilia marcas a se conectarem com as mulheres. Dessa forma, é possível entender que, para as entrevistadas que consomem conteúdo nas redes sociais, há um espaço significativo para assuntos que envolvem militância, mas também outros que mesclam feminismo e outros tipos de abordagens.

Na pergunta 15 ("Na sua opinião, as redes sociais exercem influência para mudar a opinião da sociedade sobre o feminismo?"), 10 respostas foram negativas, enquanto 190 foram positivas. Entretanto, das 10 mulheres que responderam "não", cinco delas acompanham páginas feministas nas redes sociais e as justificativas dadas por elas envolvem os argumentos que o conteúdo replicado nas páginas de militância feminista só alcança aquelas(es) que já se interessam sobre o tema, além de ser um pequeno recorte acerca de um assunto tão vasto e cheio de nuances, o qual, muitas vezes, não abrange e representa todas as parcelas das mulheres.

Por outro lado, 53 participantes cujas respostas foram positivas sobre as redes sociais possuem o poder de influenciar a sociedade a mudar de opinião sobre o feminismo, também responderam que não seguem nenhuma página de conteúdo feminista nas redes. As justificativas obtidas giram em torno do reconhecimento da importância das redes sociais como um forte mecanismo de comunicação, cada vez mais expandido e que promove visibilidade ao assunto em questão, conseqüentemente, proporcionando reflexão sobre ele; no entanto, a forma como o feminismo é exposto pode influenciar na promoção de opiniões positivas ou negativas.

Pelas notas pontuadas anteriormente, foi possível perceber que, apesar de um bom entendimento acerca do feminismo por grande parte das inquiridas, é notória uma parcela

¹⁶ Retirado de: <https://www.obvious.cc/>

significativa das brasileiras que ainda possuem uma visão negativa acerca do movimento. De acordo com as participantes que compartilham desta visão, o movimento feminista pode ser considerado um sinônimo de opressão para todas as mulheres cujos comportamentos não se igualam ao que é reverberado por aquelas que estão em uma militância mais ativa, seja ela feita de forma online, em publicações na internet ou fora do ambiente virtual. Outro argumento recorrente entre as mulheres cuja visão do feminismo é negativa reside no fato de que, para elas, o feminismo é composto por mulheres cujas atitudes envolvem apenas nudez e não argumentos sólidos para dialogar sobre pautas importantes.

Portanto, é possível formular algumas indagações, após análise minuciosa das notas coletadas no questionário, acerca de uma possível reavaliação da forma como os mais diversos veículos de mídia, sejam eles online ou não, repassam notícias, informações, reivindicações e pautas relacionadas ao feminismo. A partir de algumas respostas, faz-se necessário entender qual o tom adotado pelos meios de comunicação: em relação a pautas reivindicatórias de direitos das mulheres, será que apenas focam-se em aspectos negativos? Como as mulheres ou frentes feministas estão sendo retratadas? As interseccionalidades estão sendo consideradas? Quais atitudes são divulgadas que contribuem para a existência de uma parcela de mulheres contra um movimento cuja essência é a promoção de seu próprio bem-estar político e social?

Considerações finais

Caminhos e resultados

A presente dissertação buscou investigar o modo como o feminismo tem se manifestado na era da comunicação digital, por meio da ascensão das redes sociais no Brasil e da sua capacidade de transmitir mensagens de forma interativa e de rápida disseminação. A partir disso, o trabalho também visou questionar como as mulheres brasileiras tem observado esse fenômeno comunicativo e como ele tem impacto no modo de agir e pensar sobre o feminismo nos últimos anos.

Portanto, para este estudo, importou analisar a trajetória do movimento feminista em uma escala mais global, compreendendo as suas fases (também chamadas de "vagas" ou, no Brasil, "ondas"), de forma a entender as demandas das mulheres de cada uma dessas épocas e, dessa forma, perceber como as suas lutas foram importantes para os diversos direitos vigentes nas constituições de diversos países (Garcia, 2011; Silva, 2019; Narvaz & Koller, 2006; Franchini, 2017).

Por se tratar de mulheres brasileiras, também se fez importante explicar a história do movimento feminista do Brasil, assim como destacar nomes pioneiros nas lutas pela educação, saúde e direitos políticos, não apenas quanto ao voto, mas também durante o período do regime ditatorial militar vigente no Brasil durante duas décadas (Garcia, 2015; Hollanda, 2019; Pinto, 2013). Esses estudos auxiliaram a compreensão de como foi construída uma linha de pensamento e edificação das conquistas feministas no país. Ainda há que se falar sobre a evolução dos estudos feministas e, atrelados eles, os estudos de gênero, os quais estão ligados de tal forma que se tornaram bases cruciais para a discussões e debates sobre temas como interseccionalidade, gênero e sexualidade, principalmente pelas teorias de Amâncio (1994), Butler (1987, 2017) e Davis (2017, 2018).

Ainda em se tratando do contexto metodológico, verificou-se a importância de entender como as redes sociais funcionam como mecanismos de comunicação na era da internet, mostrando-se como um espaço democrático (apesar de não ser necessariamente democrático quanto ao seu acesso) e firmando-se como plataformas para dar voz a grupos historicamente marginalizados pela sociedade (Jenkins, 2009; Lévy, 2003; Recuero, 2009). A internet, então, torna-se como um ciberespaço, com conexões cada vez mais interligadas e produtora de mudanças nas ações sociais dos indivíduos.

A partir das conjecturas mencionadas acima, foi feita a análise dos ciberativismos, mostrando, assim, a sua importância para mudanças profundas em termos políticos e sociais em diversas partes do mundo. Através do terreno de liberdade de expressão e democracia que a internet proporcionou, eventos como a Primavera Árabe (Egito e Líbia, em 2011), Occupy Wall Street (EUA, em 2011), as Jornadas de Junho (Brasil, em 2013) e, mais recentemente, a marcha do #BlackLivesMatter (em português, #VidasNegrasImportam¹⁷), em 2020, foram possíveis. Dessa forma, a sociedade em rede proposta por Castells (2007) abre caminhos que facilitam as articulações da sociedade e grupos de ativistas em prol daquilo que acreditam (Cassiano, 2011; Machado, 2007).

Por intermédio de todas as facilidades proporcionadas pela cibercultura e a ascensão de uma sociedade em rede, o movimento feminista contemporâneo encontrou na internet um espaço democrático e cujas características permitiram não só alavancar ações em prol das mulheres, com movimentos a favor do aborto legal e seguro, contra a violência de gênero, a favor da igualdade de gênero e libertação das mulheres, mas também ser um espaço facilitador de troca de experiências, artigos, livros e outros mecanismos de estudos sobre feminismo, sexualidade e também gênero (Cerqueira, 2015; Dutra, 2018; Cerqueira, Ribeiro & Cabecinhas, 2009). Não só as redes sociais, mas também as plataformas de blogs possibilitaram a aproximação de lutas, demandas políticas, sociais e culturais das mulheres não só dentro dos ambientes virtuais, mas também fora dele. Um exemplo disto é a *Slut Walk* (Marcha das Vadias), que teve início no Canadá e disseminou-se ao redor do globo, abrindo portas para a criação de inúmeros outros coletivos feministas e encontros que vão além do virtual, como a Marcha Mundial das Mulheres.

Ainda sobre o ciberfeminismo, o Brasil não ficou atrás quando se trata de intervenções populares e de organizações feministas em prol de ações que visam a promoção de direitos das mulheres. Especialmente por meio de ações nascidas em redes sociais, especificamente no Facebook e no Twitter, hashtags como #MeuPrimeiroAssédio e #meuAmigoSecreto começaram a abrir espaço para discussões sobre machismo, assédio, misoginia e o que é ser mulher e feminista no Brasil (Dutra, 2018; Wittekind, 2016). Em 2015, a chamada Primavera das Mulheres impulsionou pesquisas e debates acerca da palavra feminismo, até então repleta de tabus no Brasil e, dessa forma, 2015 foi considerado "o ano do feminismo no Brasil" (Think Olga, 2015). Desde então, percebe-se um crescimento expressivo de perfis e páginas brasileiras em redes

¹⁷ No Brasil, o movimento ficou conhecido como Vidas Negras Importam. Retirado de: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/30/campanha-lanca-manifesto-vidas-negras-importam-e-propoe-10-metas-para-reduzir-impacto-do-racismo.ghtml>

sociais de cunho feminista, propondo debates, trazendo informações, curiosidades, fatos históricos e novidades sobre aquisições de direitos das mulheres não só a nível nacional, mas também mundial.

Entretanto, os debates sobre feminismo cada vez mais progressivos e ocupando diversos espaços não só na internet, mas também fora dela, seja em salas de aula, nos locais de trabalho ou dentro do ambiente familiar, traz consigo uma reação contrária ao movimento, o que Faludi (2001) chama de *backlash*. Neste aspecto, a mídia funciona como a principal aliada do *backlash* e tenta manter as mulheres dentro de padrões sociais que são "aceitáveis". Com o espaço criado por meio da cibercultura e os debates feministas espalhados por todas as plataformas desse meio, o *backlash* voltou à tona, dessa vez com investidas violentas nas mais diversas formas, tais como roubo de identidade, assédio, divulgação de fotos e dados pessoais sem consentimento, além do surgimento dos chamados *trolls* que permeiam os espaços feministas na internet com comentários depreciativos e intimidatórios (Álvares, 2017; Engler, 2018).

No decorrer da investigação, verificou-se que o melhor caminho para analisar como as mulheres brasileiras vêm percebendo essa efervescência de debates, diálogos e informações acerca do feminismo dentro das redes sociais foi adotar uma metodologia qualitativa que fosse capaz de fazer essa análise, mas também aspectos quantitativos, a fim de traçar um perfil das mulheres que possuem visões positivas e visões negativas acerca da temática proposta. Para chegar aos resultados finais, o caminho foi traçado pela construção de um questionário, aplicado entre 200 mulheres estudantes de graduação/licenciatura e cursos de pós-graduação (MBA, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado).

Para a construção desta investigação, o *corpus* da pesquisa é constituído de dezesseis perguntas, cujo conteúdo foi dividido em três partes. Após a análise dos dados coletados, verificou-se que a maior parte das mulheres possuem uma visão positiva acerca do feminismo e compreendem a sua importância. Em se tratando do perfil traçado da totalidade das respostas recebidas, verificou-se que a maior parte delas está inserida em uma faixa etária jovem (21-25 anos), são originárias da região nordeste do Brasil e estão, atualmente, no grau acadêmico de graduação/licenciatura. Entretanto, foram coletadas algumas respostas por parte de mulheres cuja visão sobre o feminismo tende para o lado negativo.

Apesar de grande parte das participantes perceberem o movimento feminista como algo positivo, percebeu-se também que muitas destas mulheres não se consideram feministas, seja por não participarem ativamente de coletivos, rodas de discussões ou, simplesmente, não

concordarem com algumas vertentes do movimento, as quais consideram extremistas e pouco inclusivas. Também há, por parte dessas mulheres, uma mudança de pensamento em relação ao feminismo, seja para começar a enxergá-lo de uma forma positiva ou mesmo de uma forma negativa, já dando indícios que o ativismo feminista nos moldes vistos nos últimos tempos tem provocado transformações.

Em se tratando do primeiro contato das participantes com a palavra feminismo e com o que ela representa enquanto movimento social e político, verificou-se, nas respostas, que o ambiente acadêmico e escolar são os principais expoentes para a promoção do diálogo e disseminação dos ideais feministas. Também foi interessante observar que, para parte das inquiridas, a internet se deu como o primeiro veículo de ligação com o feminismo, dessa maneira, a investigação de como as mulheres participantes se envolvem com perfis e páginas de cunho feminista nas redes sociais chegou à conclusão de que há uma predominância de seguidoras dos títulos Não me Khalo, Blogueiras Feministas, Blogueiras Negras e Think Olga, os quais, coincidentemente, são nomes expressivos dentro das redes sociais, como já havia sido apontado na parte teórica desta investigação.

Os resultados apurados nos questionamentos anteriores levam, então, ao fim do questionário, quando foi perguntado se as mulheres participantes veem as redes sociais como um meio de influenciar a sociedade acerca da importância do movimento feminista. É possível perceber que há, pela maior parte das participantes, o reconhecimento da importância das redes sociais como um meio de comunicação relevante e cada vez mais difundido entre as pessoas, funcionando como uma plataforma de visibilidade e credibilidade para propor reflexões acerca de um tema tão importante e cada dia mais atual como é o feminismo nas mais diversas camadas da sociedade.

A partir de tudo que foi analisado após o procedimento de recolha e estudo das respostas do questionário aplicado, foi possível chegar à conclusão de que, apesar da maior parte das mulheres entender a importância do feminismo enquanto movimento social e político, e também a relevância das redes sociais como um espaço favorável para a propagação dos ideais do referido movimento, ainda existe uma parcela da população feminina que não se vê representada nesses discursos e forma de ativismos.

Dessa forma, foi possível formular questões para reflexão. Dentre elas: como a comunicação realizada pelas páginas e perfis feministas nas redes sociais tem promovido os ideais do movimento? Como a mídia ainda tem retratado aquelas mulheres cuja luta tem sido a favor da

libertação do patriarcado e por direitos? Quais são as atitudes cuja visibilidade contribui para que ainda exista uma grande parcela da população feminina brasileira a qual é contra o feminismo? Assim, abre-se um leque de possibilidades para que esta pesquisa possa ser expandida e aprofundada.

Motivações, limitações e sugestões

Faz-se importante compreender que não existem respostas certas ou erradas durante a construção de um trabalho acadêmico e, para além disso, novos questionamentos surgem nesse ínterim, promovendo, desta maneira, a abertura de espaços para aprofundamentos e outras construções de conhecimento. Neste trabalho em questão, algumas motivações foram tentar entender como, em 2020, as mulheres brasileiras têm se relacionado com o movimento feminista não só de uma forma positiva, mas também entender as motivações das mulheres que enxergam o feminismo como um inimigo e não um aliado à construção do ser mulher em uma sociedade.

A partir de perspectivas não só pessoais, mas também como observadora, é perceptível a mudança de mentalidade sobre o funcionamento do movimento feminista e a sua importância histórica para que eu possa ter os direitos e as liberdades que gozo hoje enquanto um ser social. Além da minha perspectiva, tenho percebido em mulheres próximas a mim, como a minha mãe (e tantas outras de sua faixa etária), uma mulher criada num ambiente patriarcal e machista, que cresceu acreditando que certas atitudes não eram consideradas "de uma mulher de respeito", uma mudança gradual na forma de se portar, agir em prol de si mesma e do seu bem-estar, libertando-se de amarras sociais e pressões estéticas, especialmente ao ter contato com diversas publicações feministas partilhadas nas redes sociais não apenas por mim, mas também por conhecidas, alunas e ex-alunas.

Dentro da academia, encontrei o espaço que precisava para traçar caminhos os quais pudessem me levar a um melhor entendimento acerca das motivações e métodos que promovem uma relação das mulheres brasileiras nas mais diversas faixas etárias com o movimento feminista, como os discursos dele têm chegado até elas e como elas o percebem na teoria e na prática. A partir da posição de investigadora, foi possível perceber que, numa amostra não representativa, há uma indicação de um entendimento positivo em relação ao movimento feminista, entretanto, há um recorte de escolaridade na pesquisa que pode se mostrar como um obstáculo para compreender o objetivo principal em um todo.

De forma a explicar melhor, ao limitar a escolaridade das entrevistadas para os graus acadêmicos de graduação/licenciatura e pós-graduação, não é possível enxergar um pensamento macro das mulheres brasileiras em relação ao feminismo. Sabemos que o Brasil é o maior país da América do Sul, com aproximadamente 212 milhões de pessoas, das quais 99 milhões são mulheres, de acordo com o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁸, dessa maneira, torna-se difícil perceber como o objetivo da pesquisa resultaria se aplicado de forma mais generalista. Existem recortes de idade, religião, classe social, trabalhista e também de escolaridade, os quais promovem influência no pensar e analisar o feminismo. Certamente, caso os critérios fossem outros, o resultado desta investigação tenderia a ir para outro caminho.

O caminho traçado durante a investigação não foi fácil, pois, depois de anos no ambiente profissional da comunicação, de repente estive imersa em um trabalho acadêmico o qual possui uma maior densidade, nuances e etapas. Entretanto, tenho a certeza de que, ao chegar no final, o resultado foi significativo não apenas de uma forma pessoal, mas também no que diz respeito a contribuições científicas acerca de comunicação digital, gênero e os lugares das mulheres na sociedade. Ainda há muito o que se dizer, visto que no percurso científico não existem respostas prontas nem definitivas, mas sigo com a plena certeza de que o meu papel de investigadora foi de importância para colaboração de outras pesquisas do gênero.

¹⁸ Retirado de: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

Referências bibliográficas

2015: O Ano do Feminismo na Internet (2015, 31 de dezembro). *Organic News Brasil*. Retirado de: <https://organicsnewsbrasil.com.br/retrospectiva-2015/2015-o-ano-do-feminismo-na-internet/>

Álvares, C. (2017). Pós-feminismo, misoginia online e a despolitização do privado. *Media & Jornalismo*, 30, 99-110. https://dx.doi.org/10.14195/2183-5462_30_7

Alves, B. & Pitanguy, J. (1985). *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense

Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.

Amaral, I. (2016). *Redes Sociais na Internet: Sociabilidades Emergentes*. Covilhã: Universidade da Beira Interior [ebook]. Retirado de: <https://labcom-ifp.ubi.pt/livro/286>

Anjos, J.C.V. (2017). *Discurso de ódio antifeminista em páginas do facebook e as contranarrativas feministas*. Artigo apresentado no 13º Mundo de Mulheres & fazendo gênero 11: Transformações, conexões, deslocamentos, Florianópolis. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499181095_ARQUIVO_DISCURSODEODIOANTIFEMINISTAEMPAGINASDOFACEBOOEASCONTRANARRATIVASFEMINISTAS.pdf

Aronovich, L. (2018, 21 de dezembro). 'O dia em que o cara que quis me destruir foi condenado a 41 anos de prisão'. *The Intercept Brasil*. Retirado de: <https://theintercept.com/2018/12/21/prisao-do-misogino-marcelo-mello/>

Barreto, A.A. (1997). Perspectivas da ciência da informação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 21(2), 155-166. Retirado de: <http://aldoibct.bighost.com.br/PerspectivasCI.pdf>

Badinter, E. (1993). *XV: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bimber, B., Flanagin, A., Stohl, C. (2012). *Collective Action in Organizations: Interaction and Engagement in an Era of Technological Change*. New York: Cambridge University Press. Retirado de: <https://www.cambridge.org/core/books/collective-action-in-organizations/6FDFFF8AA215B9A1F2422A1FE4AAC2B7#fndtn-references>

Butler, J. (2017). *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*. Lisboa: Orfeu Negro.

Butler, J. (1987). Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: Seyla Benhabib e Drucilla Cornell (coords.). *Feminismo como crítica da modernidade* (pp. 139-154). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Campanhas feministas na internet aumentam número de denúncias no 180. (2015, 30 de novembro). *Revista Fórum*. Retirado de: <https://revistaforum.com.br/noticias/campanhas-feministas-na-internet-aumentam-numero-de-denuncias-no-180/>

Cassiano, A. M. (2011). *Ativismo a partir das redes sociais*. Artigo de Conclusão de Curso, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Retirado de: <http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/426-1204-1-PB.pdf>

Castells, M. (2003). *A Galáxia da Internet. Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Castells, M. (2007). *A Sociedade em rede – A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.

Cerqueira, C. (2015). As estratégias de comunicação das ONGs de cidadania, igualdade de gênero e/ou feministas: interconexões entre *media mainstream* e *medias* sociais. In Gonçalves, G. & Filho, F (org.). *Novos Media e Novos Públicos* (pp. 45-62).

Cerqueira, C.; Ribeiro, L. & Cabecinhas, R. (2009). Mulheres & Blogosfera: Contributo para o estudo da presença feminina na <<rede>>. *ex æquo* (19), 11-128. Retirado de: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n19/n19a10.pdf>

Cisne, M. (2015). *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Coelho, M. P. (2016). Vozes que ecoam: Feminismo e Mídias Sociais. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais* (pp. 2014 – 224). Retirado de: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/1543/1131

Cogo, D., & Dutra Brignol, L. (2011). Social networks and reception studies on the internet. *MATRIZES*, 4(2), 75-92. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v4i2p75-92>

Conceição, A. C. L. (2009, dezembro) Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 8, 738-757. Retirado de: http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf

Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.

Coutinho, C.P. (2004). A avaliação de competências. Reconhecimento e validação das aprendizagens adquiridas pela experiência. *Actas do XVII Colóquio ADMEE-Europa*, 436-448.

Davis, A. (2018). *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo.

Davis, A. (2017). *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo.

De Tilio, R. (2014). Teorias de Gênero: Principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. *GÊNERO*, 14, n.2, 125-148. Retirado de: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31193>

Diniz, M. (2016, 08 de março). Com internet, feminismo está em alta entre as jovens, diz especialista. *Agência Brasil*. Retirado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/com-internet-feminismo-esta-em-alta-entre-jovens-diz-especialista>

Duarte, C. L. (2019). Feminismo: uma história a ser contada. In: Hollanda, H.B. (Org.). *Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto*. (pp. 26 - 51).

Dutra, Z.A. (2018). A PRIMAVERA DAS MULHERES: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. *Revista Feminismos* (6), 19-31. Retirado de: <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30384>

Engler, V. (2018, julho). Antifeminismo on-line. *Nueva Sociedad*. Retirado de: <https://www.nuso.org/articulo/antifeminismo-line/>

Fahs, A. C. S. (2016, 19 de setembro). *Movimento Feminista*. [Post em blogue]. Retirado de: <https://www.politize.com.br/movimento-feminista/>

Faludi, S. (2001). *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco.

Franchini, B. S. (2018, 8 de março). O que são as ondas do feminismo? [Post em blogue]. Retirado de <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>

Franco, B. D. V. (2017). *#Feminismo: Desafios e oportunidades na apropriação das redes sociais para a difusão de discursos*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Retirado de: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18034/1/2017_BeatrizDelgadoValFranco.pdf

Freire, F. (2016). Campanhas feministas na internet: sobre protagonismo, memes e o poder das redes sociais. *Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política* (5), 26-32. Retirado de: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3111>

Garcia, C. (2011). *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade.

Garcia, C. C. (2015). *Breve histórico do Movimento feminista no Brasil*. Disponível em: <https://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2015/08/Capitulo-brasil-historia-do-feminismo.pdf>

Hollanda, H. B. (Org.) (2019). *Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Jenkins, H. (2009). *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph.

Jenkins, H., Green, J., & Ford, S. (2014). *Cultura da Conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável* / Henry Jenkins, Sam Ford e Joshua Green. São Paulo: Aleph.

Levy, P. (2003). *O que é o virtual*. São Paulo: 34.

Lusa (2020, 03 de junho). As origens do movimento #BlackLivesMatter. *SIC Notícias*. Retirado de: <https://sicnoticias.pt/especiais/george-floyd/2020-06-03-As-origens-do-movimento-BlackLivesMatter>

Machado, J. A. S. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias* (18), 248-285. <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222007000200012>

Magalhães, M. (2018). *Net-Ativismo: protestos e subversões nas redes sociais digitais*. Lisboa: ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova. Retirado de: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/17545457/ICNOVA_NetAtivismo.pdf

Malcher, A.B.M.G. (2016). *#FEMINISMO: ciberativismo e os sentidos da visibilidade*. Artigo apresentado no 40º Encontro Anual da Anpocs, São Paulo. Retirado de: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st05-8/10165-feminismo-ciberativismo-e-os-sentidos-da-visibilidade/file>

Mandelli, M. (2020, 21 de julho). #BlackLivesMatter e a força das hashtags. *Folha de S. Paulo*. Retirado de: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/blacklivesmatter-e-a-forca-das-hashtags.shtml>

Marques, M. & Xavier, K. (2018) A Gênese do Movimento Feminista e sua Trajetória no Brasil. *VI Seminário CETROS - Crise e mundo do trabalho no Brasil*. Itaperi: UECE.

Martino, L. M. S. (2014). *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes*. Petrópolis: Vozes.

Matos, M. (2008). Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudo de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, 16, 333-357. Retirado de: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000200003&script=sci_abstract&lng=pt

Matuoka, I. (2017, 21 de junho). Nisia Floresta: a primeira educadora feminista do Brasil. [post em blogue]. Retirado de: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>.

Mazetti, H. M. (2007). *Ativismo midiático, redes sociais e novas tecnologias de informação e comunicação*. Comunicação apresentada no XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/r0688-2.pdf>

Mulheres, ONU & CEPIA. (2011). *O Progresso das Mulheres no Brasil*. Retirado de: <http://www.onumulheres.org.br/noticia/publicacoes/desenvolvimento/>

Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 3, 647-654. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>

Nunes, M. A. M. (2015). *A encruzilhada entre rua e internet: redes sociais como fator de mobilização nas manifestações brasileiras em 2013*. Galáxia (São Paulo), 29, 293-296. <https://doi.org/10.1590/1982-25542015103>

Oliveira, B.N. & Silva, F.J.G. (2016). *Feminismo nas mídias sociais: atualidades e potencialidades*. Artigo apresentado no I Seminário Nacional de Sociologia da UFS, Sergipe. Retirado de: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12874/2/FeminismoMidiasSociais.pdf>

Oliveira, J. M. & Amâncio, L. (2006). Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Revista Estudos Feministas*, 3, 597-615. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300002>

Ortellado, P. (2015, 10 de abril). A ascensão do conservadorismo no Brasil. *Pragmatismo Político*. Retirado de: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/a-ascensao-do-conservadorismo-no-brasil.html>

Padua, E. M. M. (2007). *Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórico-prática*. Campinas, São Paulo: Papirus Editora.

Pereira, M. (2015). *Fighting the ghosts: o feminismo e as lutas das mulheres*. Comunicação proferida no Evento: XVI Diálogos da Educação sob o tema Mulheres: Cidadania, Educação, Trabalho, promovido pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho, Braga. Retirado de: <http://hdl.handle.net/1822/46290>

Pinto, C. (2003). *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Pires, B. (2020, 07 de junho). "Vidas Negras Importam" chacoalha brasileiros entorpecidos pela rotina de violência racista. *El País Brasil*. Retirado de: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/vidas-negras-importam-chacoalha-parcela-de-brasileiros-entorpecida-pela-rotina-de-violencia-racista.html>

Recuero, R.C. (2009). Redes sociais. In: SPYER, J. (Org.). *Para entender a Internet: noções, práticas e desafios da comunicação em rede*. Retirado de: <http://stoa.usp.br/oerworkshop/files/1333/7925/Para+entender+a+Internet.pdf>

Recuero, R.C. (2009). *Redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina. Retirado de: http://www.redessociais.net/cubocc_redessociais.pdf

Rodrigues, S. (2020, 21 de janeiro). Conheça a História do Feminismo no Brasil. [Post em blogue]. Retirado de: <https://azmina.com.br/reportagens/feminismo-no-brasil/>

Santos, S. P. (2012,). Teorias feministas e a evolução das relações de gênero na sociedade. *Publicatio UEPG*, 20, 213-233. Retirado de: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/3649>

Santos, F. C. & Cypriano, C. P. (2014). Redes sociais, redes de sociabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 85, 63-78. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000200005>

Scharff, C. (2019, 19 de fevereiro). Por que tantas mulheres jovens não se identificam como 'feministas'. *BBC Brasil*. Retirado de: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47283014>

Silva, J. M. (2019). *Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda*. Recife: Independently Published

Simões, J. A & Campos, R. M. O. (2016). Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. *CMC: Comunicação, mídia e consumo* (13), 130-150. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/1159/pdf>

Souza, J. (2017). Feminina e não feminista: a construção mediática do backlash, do consumo e dos pós-feminismos. *Media & Jornalismo*, 30, 71-83. https://dx.doi.org/10.14195/2183-5462_30_5

Tumelero, N. (2019, 25 de setembro). *Metodologia de pesquisa: guia rápido de possibilidades* [Post em blogue]. Retirado de: <https://blog.mettzer.com/metodologia-de-pesquisa/>

Varela, N. (2008). *Feminismo para principiantes*. Barcelona: Ediciones B.

Wirth-Nogradi, N. (2014). Feminism in the Cyberspace - Presentation Summary. In Magalhães, S. I.; Alvarez, T. *Mulheres e Media* (pp. 24-28). Lisboa: APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres [ebook]. Retirado de: http://www.apem-estudos.org/pt/files/2015-06/e_book_Mulheres_e_Media.pdf

Wittekind, M. (2017). *Empoderamento feminino: estudo de manifestações feministas nas redes sociais por meio de hashtags*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Brasil. Retirado de: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/4139>